

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**INSTITUTO DE GEOGRAFIA E  
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**



**Desenvolvimento do Artesanato de Peniche  
- Elementos para um Plano de Acção -**

**Tiago Filipe Barradas Pereira**

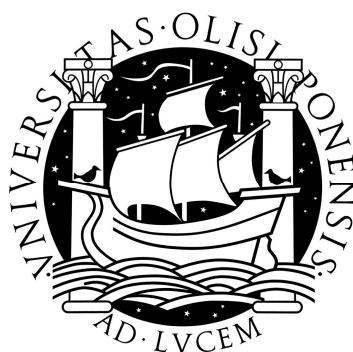
**MESTRADO EM GESTÃO DO  
TERRITÓRIO E URBANISMO**

**2011**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**INSTITUTO DE GEOGRAFIA E**

**ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**



**Desenvolvimento do Artesanato de Peniche**

**- Elementos para um Plano de Acção**

Relatório de Estágio de candidatura ao grau de Mestre em Gestão do Território e Urbanismo, a submeter ao Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT), sob a orientação do Prof. Doutor Luís Moreno (IGOT) e do Mestre António Oliveira das Neves, da entidade de acolhimento do Estágio, Gabinete Oliveira das Neves – Consultoria, Estudos e Projectos.

**Tiago Filipe Barradas Pereira**

**MESTRADO EM GESTÃO DO**

**TERRITÓRIO E URBANISMO**

**2011**

## Índice

Introdução .....	9
Ponto I - Descrição do Estágio .....	11
Ponto II - Enquadramento Teórico .....	13
2.1. Do conceito de Desenvolvimento ao de Desenvolvimento Local .....	13
2.2. A importância do Artesanato .....	18
2.3. A Relevância das produções artesanais para o Desenvolvimento Local .....	23
2.4. Enquadramento Legal e Institucional das actividades artesanais .....	27
Ponto III - Artesanato em Peniche – Objectivos de Intervenção.....	37
3.1. Visão Estratégica Global do PADAP .....	37
3.2. Enquadramento da Área de Estudo – Peniche .....	39
3.3. Expressão e significado das actividades artesanais em Peniche .....	44
3.3.1. A dimensão dos Artesãos de Peniche.....	45
3.3.2. Artesanato alimentar de Peniche – Elementos de Análise.....	54
3.3.3. Rendilheiras de Peniche – Elementos de Análise .....	56
3.4. Análise SWOT das actividades artesanais em Peniche .....	59
Ponto IV – Linhas de Orientação Estratégica – Síntese dos Instrumentos de Apoio.....	65
4.1. Linha de Orientação Estratégica A - Valorização dos Recursos Humanos.....	66
4.2. Linha de Orientação B - Apoio Institucional .....	70
4.3. Linha de Orientação C - Apoio à Criação de Micro-Empresas .....	72
4.4. Linha de Orientação D - Certificação e Qualificação dos Produtos Tradicionais.....	72
4.5. Linha de Orientação E - Participação em Feiras e Prémios Nacionais de Artesanato .....	73
V - Conclusão .....	75
VI - Bibliografia .....	79
ANEXOS .....	82
Anexo I – Inquérito aos Artesãos de Peniche .....	83
Anexo II – Inquérito ao Sector Alimentar de Peniche .....	90
Anexo III – Inquérito às Rendilheiras.....	95

## Índice de Quadros

Quadro 1-Evolução da população residente, entre 1991 e 2009.....	40
Quadro 2-Número de Empresas da Indústria Transformadora em Peniche, 2008 .....	41
Quadro 3-Número de Empresas em Peniche, 2008 .....	42
Quadro 4-Número de empregados em Peniche, 2008.....	43
Quadro 5-Número de empregados da indústria transformadora.....	43
Quadro 6-Empresas em Peniche, segundo o escalão de pessoal ao serviço, 2008.....	44
Quadro 7-Characterização dos artesãos.....	46
Quadro 8-Distribuição dos inquiridos pelas freguesias .....	46
Quadro 9-Número de Inquiridos que frequentaram.....	47
Quadro 10-Meios de subsistência .....	47
Quadro 11- Condição face à actividade de artesanato.....	47
Quadro 12-Número de horas por dia, dedicadas à actividade do Artesanato .....	48
Quadro 13-Local de trabalho do artesão.....	48
Quadro 14-Apreciação da oferta de artesanato.....	50
Quadro 15-Ações – tipo visando aumentar a produção de artesanato de Peniche .....	50
Quadro 16-Apreciação de tipicidade penichense das peças de artesanato.....	51
Quadro 17-Peças típicas do artesanato de Peniche .....	52
Quadro 18-Melhor época para a venda de artesanato .....	52
Quadro 19-Criação de novos produtos .....	52
Quadro 20-Modalidades de venda do artesanato confeccionado .....	53
Quadro 21-Principais dificuldades encontradas na actividade de artesanato .....	53
Quadro 22-Principal actividade das unidades artesanais.....	54
Quadro 23-Número de unidades artesanais, por dimensão do pessoal ao serviço .....	54
Quadro 24-Qualificações na área de formação do artesanato .....	68
Quadro 25-Actuações desejáveis para desenvolver o artesanato .....	71

## Índice de Gráficos

Gráfico 1-Estrutura etária, segundo o género.....	40
Gráfico 2- Estrutura da População Activa, por sector de actividade, segundo os trabalhadores dependentes nos estabelecimentos do município (2008) .....	41
Gráfico 3-Número de anos de actividade de artesanato.....	49

## **Lista de Abreviaturas**

ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local  
CAE - Classificação das Actividades Económicas  
CEARTE - Centro de Formação Profissional do Artesanato  
CEE - Comunidade Económica Europeia  
CEPSA - Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar  
CITEX - Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil  
CIVEC - Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e Confeção  
CMP - Câmara Municipal de Peniche  
CPD - Centro Português de Design  
CRAA - Centro Regional de Apoio ao Artesanato  
CRAT - Centro Regional de Artes Tradicionais  
EUA - Estados Unidos da América  
FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional  
FPAO - Federação Portuguesa de Artes e Ofícios  
GON - Gabinete Oliveira das Neves  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional  
IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos  
ILE - Iniciativas Locais de Emprego  
INE - Instituto Nacional de Estatística  
INOVINTER - Centro de Formação e de Inovação Tecnológica  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PADAP - Plano de Acção para o Desenvolvimento do Artesanato em Peniche  
PAOT - Programa das Artes e Ofícios Tradicionais  
PIB - Produto Interno Bruto  
LEADER - Ligações entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural  
PIDL - Programa das Iniciativas de Desenvolvimento Local  
PO - Programa Operacional  
POPH - Programa Operacional do Potencial Humano  
POVT - Programa Operacional Valorização do Território  
PPART - Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais  
ProDeR - Programa de Desenvolvimento Rural  
PRORURAL - Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores  
QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional  
RIME - Regime de Incentivos às Microempresas  
SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats  
UPA - Unidade produtiva artesanal

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, queria deixar uma palavra de apreço, para o Dr. Oliveira das Neves, pelo forte contributo prestado na elaboração do meu Relatório, pela orientação, interesse e por toda a inspiração que tem sido na minha inserção no mercado de trabalho.

Ao professor Luís Moreno, pelas suas horas de dedicação, orientações e paciência que ajudaram a que o meu Relatório tivesse um melhor rumo.

Ao CEARTE, através do seu director, o Dr. Luís Neves Rocha, e do técnico Ulisses Monteiro, pela visão que me facultaram do artesanato em Portugal.

À Dra. Ana Cláudia Valente, pela disponibilidade em me apontar caminhos importantes no desenvolvimento do Artesanato em Peniche.

A todos os meus amigos e familiares.

Às minhas companheiras de sala de quarentena, Susana Rodrigues e Filipa Santos, pela ajuda e apoio moral diário.

Ao casal Fumega, João e Diana, pelo apoio, revisão de textos e por serem os maiores nos melhores.

À minha irmã.

E por fim, às pessoas mais importantes na minha vida, os meus pais, sem eles nada do que atingi seria possível.

## **Resumo**

As artes e ofícios tradicionais representam um saber tão ancestral, como o próprio Homem, que tiveram uma enorme importância como suporte às actividades humanas (económicas, domésticas, entre outras). No entanto, com a concorrência industrial, o artesanato perdeu grande parte da sua vocação utilitária, passando a ter actualmente uma função mais decorativa.

O objecto do presente Estudo, será apresentar a importância do artesanato no campo do Desenvolvimento Local, demonstrando de que modo, a sua valorização por parte dos actores locais, pode representar uma mais-valia.

O Relatório está dividido em quatro partes. Na primeira parte é descrita, de forma breve, a experiência do Estágio, bem como as mais-valias adquiridas.

Na segunda parte do Relatório faz-se uma pequena reflexão em torno dos conceitos de Desenvolvimento Local e de Artesanato, de modo a perspectivar a relevância das actividades artesanais no processo de Desenvolvimento Local.

Em seguida, efectua-se a caracterização das formas de expressão tradicional do Artesanato em Peniche, que será o ponto de partida para a delineação da Estratégia.

Por fim, serão propostos alguns caminhos/ sugestões, que poderão contribuir para o desenvolvimento das formas de expressão tradicional em Peniche, protegendo esta actividade, tornando-a num elemento de relevo para o município.

**Palavras-chave:** Artesanato, Desenvolvimento Local, Práticas Culturais, Formação Profissional

## **Abstract**

The arts and traditional crafts represent such an ancestral knowledge, as man himself, that they had a huge importance as a support to human activities (economic, domestic, among others). However, due to industrial competition, handcrafts have lost a major part of its utilitarian vocation, having presently a more decorative function.

The subject of this study will be to present the importance of handcraft in the field of Local Development, showing how its valorisation by local actors may be an asset.

The Report is divided in four sections. The first one briefly describes the experience of the stage as well as the gains acquired.

The second section of the Report includes a small reflection on the concepts of Local Development and Handcraft, so as to put in perspective the relevance of Handcraft activities in the process of Local Development.

Then the characterization of the traditional ways of expression of Handcraft in Peniche is carried out, being it the basis to the delineation of the strategy to follow.

Finally, some paths/suggestions will be proposed, which may contribute to the development of the traditional ways of expression in Peniche, thus protecting this activity and making it a element of importance to the municipality.

**Key words:** Handcraft, Local Development, Cultural Practices, Professional Formation



## **Introdução**

Este trabalho realiza-se no âmbito do Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo, que contempla, à partida, duas vias: a académica e a profissionalizante, implicando esta última a elaboração de um Relatório Final. Após reflexão, desde cedo decidi enveredar pela via profissionalizante, com o objectivo de prosseguir num processo de qualificação mais orientado para a prática, procurando obter, assim, mais-valias importantes para a minha evolução profissional.

O percurso profissionalizante, designado por Estágio, foi realizado no Gabinete Oliveira das Neves - Consultoria, Estudos e Projectos, uma oportunidade que me foi concedida de poder trabalhar e participar em múltiplos projectos, com especial incidência na minha área de formação académica, mas permitindo alargar os meus horizontes noutras áreas profissionais.

A frequência do Estágio veio a culminar neste Relatório, que assenta nas três vertentes seguintes:

- a) Descrição das tarefas efectuadas durante o Estágio, bem como todas as mais-valias adquiridas;
- b) Enquadramento teórico, com a descrição dos conceitos utilizados no Estudo;
- c) Análise do artesanato de Peniche;
- d) Identificação de caminhos / rumos pelos quais se poderá contribuir para o desenvolvimento do artesanato em Peniche.

O projecto em que participei e que serve de suporte empírico ao Relatório de Estágio foi o PADAP - Plano de Acção para o Desenvolvimento do Artesanato em Peniche, o qual me pareceu aliciante, nomeadamente pela perspectiva de contribuir para a valorização de uma produção de base local, o Artesanato, no quadro de uma estratégia que potencie a qualificação do território.

O Estudo incidiu sobre a problemática do Artesanato, tendo como objectivo compreender e avaliar de que forma as Artes e Ofícios Tradicionais podem representar uma mais-valia que potencie o Desenvolvimento Local, tendo como Caso de Estudo o território de Peniche. Neste sentido, a elaboração do Relatório de Estágio compreendeu várias fases.

Numa primeira fase procede-se à descrição do Estágio, sendo uma contextualização que passa por ilustrar a experiência que o Estágio representou no âmbito da aquisição de competências e conhecimentos.

A etapa seguinte corresponde ao enquadramento teórico, nomeadamente analisando os conceitos de Desenvolvimento Local e de Artesanato, com o intuito de promover um entendimento sobre a ligação entre eles. Desta forma, pretende-se facilitar a percepção sobre

a importância que o Artesanato pode representar no processo de Desenvolvimento, numa escala local, assim como os seus impactos.

De seguida, é feita uma análise com incidência nas formas de expressão artesanal em Peniche, fazendo um levantamento dos vários tipos de artesanato existentes e a caracterização dos artesãos. Para uma observação suficientemente incisiva foram utilizados três tipos de Inquéritos, no âmbito da colaboração entre o Gabinete Oliveira das Neves e a Câmara Municipal de Peniche, que permitiram a caracterização dos artesãos de Peniche, do Artesanato alimentar e, por fim, das Rendas de Bilros. Estes inquéritos foram fundamentais como meio para conhecer os responsáveis pela manufactura do artesanato, e como forma de avaliar as dificuldades sentidas e as possíveis soluções para que o Artesanato se possa desenvolver e evoluir e, assim, para que esta actividade se possa transformar numa das bandeiras de afirmação do Desenvolvimento Local em Peniche.

Esta análise culmina no delineamento de um quadro estratégico, com o suporte de uma Matriz SWOT, o que se associa a uma reflexão sobre um conjunto de caminhos de promoção do desenvolvimento do Artesanato. Visa-se criar, assim, condições para que esta actividade tenha capacidade de se afirmar, mais que subsistir, promovendo o património histórico-cultural que constitui uma das riquezas de Peniche.

## **Ponto I - Descrição do Estágio**

Ao longo deste ponto pretende-se caracterizar as actividades do Estágio no Gabinete Oliveira das Neves, fazendo uma descrição das tarefas realizadas, dos projectos envolvidos, sobretudo no âmbito do Planeamento Regional, Ordenamento do Território e estudos económico-territoriais. Incide-se também na relação com o orientador do Estágio e a equipa de trabalho, descrevendo os contributos e competências adquiridas para a minha evolução pessoal e profissional.

O Gabinete Oliveira das Neves - Consultoria, Estudos e Projectos (GON), foi criado em Março de 1993 e tem desenvolvido a sua actividade, no domínio dos estudos sociais e económicos, de apoio ao planeamento regional e local, e no domínio da consultoria orientada para a preparação técnica de projectos e iniciativas e de "dossiers" de financiamento, para acesso e utilização de recursos de financiamento público, nacionais e comunitários. Paralelamente, e com carácter pontual resultante da natureza específica da entidade cliente, assegura estudos de avaliação de programas e políticas públicas nos domínios da formação, emprego e coesão social.

Esta entidade, está habilitada a desenvolver estes estudos, acções de consultoria e iniciativas de acompanhamento e avaliação em áreas específicas enquadráveis no perfil de intervenção (atribuições e competências) de várias entidades públicas e associativas, designadamente Institutos e Departamentos da Administração Pública Central e Regional, Associações Empresariais, Associações e Agências de Desenvolvimento Local e Regional, Câmaras Municipais e outras Instituições.

A oportunidade de colaborar com o GON surgiu através de um contacto "fortuito" entre o Professor Raul Marques e dois colegas meus do curso, que em "conversa" lhes relevou que estava envolvido num projecto que necessitava de dois geógrafos. Desse modo, foi assim facultado o meu contacto, juntamente com de outra colega minha, ao Professor Raul Marques, que por seu lado o passou ao Dr. Oliveira das Neves, o coordenador do projecto. Esta troca de contactos permitiu a minha entrada no GON, onde desde então tenho colaborado em vários projectos.

No âmbito da minha colaboração no GON, sugeri a possibilidade de elaborar o meu estágio de Mestrado nesta entidade, integrando um projecto do GON na minha dissertação. A minha proposta foi aceite pelo Dr. Oliveira das Neves, que se prontificou a dar orientação da parte da entidade, para a realização do meu Relatório de Estágio.

Este Estágio afirma-se como uma mais-valia, no âmbito do desenvolvimento das minhas capacidades técnicas e profissionais, já que colaborei de forma intensiva em vários projectos, não exclusivamente nos do GON, tendo igualmente a oportunidade de participar em

vários estudos adjudicados ao Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), uma entidade que desenvolve os seus projectos nas mesmas instalações.

Esta experiência proporcionou-me a oportunidade de me envolver em múltiplos projectos com uma grande diversidade, no que respeita às temáticas:

- Políticas de educação, formação e emprego (Estudo da Avaliação Externa da Expansão dos Cursos Profissionais; Relatório de Avaliação Intercalar do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida 2007-2009; Avaliação das Tipologias de Intervenção 2.3., 8.2.3. e 9.2.3. Formações Modulares Certificadas, entre outros);
- Desenvolvimento Rural (Avaliação Contínua do ProDeR 2007-2013, Avaliação Contínua do PRORURAL, entre outros);
- Políticas públicas, designadamente no campo do QREN (Estudo da Avaliação Global do QREN, Avaliação da Operacionalização do POVT, Estudo da Avaliação do Modelo de Elaboração dos Regulamentos Específicos dos PO FEDER e Fundo de Coesão, entre outros).

A minha participação nos vários projectos têm-se traduzido no apoio à elaboração dos relatórios, dando apoio ao Dr. Oliveira das Neves e restante equipa, prestando auxílio através de tarefas como a criação de cartografia de suporte, recolha e tratamento dos dados e apoio à escrita dos vários relatórios.

O meu Estágio possibilitou o contacto com técnicos de áreas profissionais diferentes da minha formação académica, que favoreceu o desenvolvimento de novas competências e perspectivas, de forma a permitir o alargamento dos horizontes técnicos, para além de contribuir para a minha inserção no mercado de trabalho, onde actualmente continuo a desempenhar funções.

## Ponto II - Enquadramento Teórico

### 2.1. Do conceito de Desenvolvimento ao de Desenvolvimento Local

Antes de abordar um plano que visa estimular o desenvolvimento local/ micro-territorial pela via do artesanato - o PADAP, que será explicado adiante – é importante fazer uma breve reflexão sobre o conceito de Desenvolvimento, com especial incidência no seu âmbito local.

Neste sentido, começa-se por salientar que o Desenvolvimento Local é um conceito que pressupõe a referência à evolução e transformação de um território, a uma escala micro. Assim, pode ser considerado como Desenvolvimento Local o complexo processo de transformação de um município, de modo mais ou menos associado ao seu crescimento. No entanto, falar em crescimento não traduz propriamente a existência do desenvolvimento, tendo sido sempre importante para numerosos autores distinguir estes dois conceitos.

Na sua dissertação de doutoramento, Moreno (2002) mostra-nos uma evolução do conceito de Desenvolvimento, através do recurso a vários autores, de modo a apresentar uma contextualização histórica do termo e a situar as diferentes abordagens do mesmo.

Uma dessas abordagens, feita por Murteira (1990), apresenta o «desenvolvimento» numa tripla perspectiva: uma ideologia, em que ele se traduz na forma como “o Ocidente se pensa a si próprio”; uma utopia, contendo uma crítica “radical ao *mainstream*, contendo normalmente a proposta (normativa) de um óptimo social”, e como uma prática social, relacionado com as mutações que advêm do sistema económico. Na óptica de Thines e Lempereur (1984), que enfatiza o sentido ideológico, coloca-se o desenvolvimento como o patamar que as sociedades mais pobres pretendem alcançar, no sentido de se igualarem às nações consideradas mais ricas e desenvolvidas, não só campo económico mas também no âmbito social.

Outra visão influente que Moreno apresenta é a de Perroux (1969), que afirma que o “Desenvolvimento é a combinação das mudanças mentais e sociais duma população que a tornam apta para fazer crescer cumulativa e duravelmente o seu produto real e global”, que aparenta identificar o conceito com uma “finalidade produtiva e material”, que no entanto permite desde já elaborar uma diferenciação entre o conceito de Crescimento e o de Desenvolvimento.

O conceito de Desenvolvimento pode vir acompanhado de várias componentes, crescimento económico, progresso tecnológico, mudança social, desenvolvimento sustentável, entre outros, sendo convergentes os sentidos que representam uma melhoria significativa na qualidade de vida das pessoas.

O conceito de Desenvolvimento surge como algo que está para além do crescimento de um país ou região, sendo o primeiro conceito de âmbito qualitativo e o segundo quantitativo. Quer isto dizer que ao falar do crescimento de um território se está por norma a referir que esse tem vindo a conhecer níveis económicos importantes, com especial relevo para o aumento do PIB, não querendo dizer necessariamente que seja desenvolvido, pois poderá carecer de infra-estruturas básicas de saúde, educação, e o povo estar a ser sujeito a condições de vida extremamente duras. O conceito de Crescimento deve ser assim encarado como uma dimensão quantitativa do fenómeno do Desenvolvimento.

Esta óptica de complementaridade entre estas duas dimensões é apresentada por Lopes (1995), que defende que a distinção entre desenvolvimento e crescimento se baseia pelos objectivos, ou seja, o crescimento tem uma perspectiva de curto e médio prazo, sendo um meio para atingir um objectivo a longo prazo, o desenvolvimento, que proporcione uma melhoria da qualidade de vida, como acesso a bens, serviços, emprego, entre outros. Esta visão estabelece que o desenvolvimento é algo que se só pode ser trabalhado a longo prazo, sendo que, para que exista desenvolvimento, terá de existir a curto prazo crescimento económico. Para este autor, o desenvolvimento traduz-se "em última análise em quadros de vida evoluídos, o que passa pela disponibilidade de bens e serviços básicos em condições de acesso (...) para todos os indivíduos", e que também "impõe condições de ordem qualitativa – de equilíbrio, de harmonia, de justiça social" (tal como Cameron, 1989), que associa ao Desenvolvimento a melhoria substancial da qualidade de vida das pessoas, com a distribuição mais equilibrada dos rendimentos). Refere ainda que o desenvolvimento tem uma escala temporal, ou seja, é preciso que a utilização dos recursos não coloque as gerações vindouras em risco.

Existem muito mais abordagens ao conceito de Desenvolvimento; no entanto, importa reforçar o âmbito do termo, relacionando-o com a aceção do Desenvolvimento Humano, que pretende uma maior satisfação das necessidades de bem-estar dos cidadãos, tanto no campo económico, ao nível do poder de compra, empregos com salários atractivos, e do lado social, como o acesso a serviços como saúde, educação e cultura, entre outros.

A Organização das Nações Unidas (ONU), definiu um conceito para medir o nível de desenvolvimento de um território, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Pretendeu que desse modo se pudesse analisar o grau de desenvolvimento de um país, tendo em conta três indicadores, *PIB per capita*, taxa de alfabetismo e pela esperança média de vida. A qualidade de vida seria assim medida, pois não basta ter riqueza material. Tomando como exemplo os países produtores de petróleo, esses possuem níveis elevados de PIB per capita, mas a riqueza não se encontra adequadamente repartida, estando as pessoas a viver em condições bastante

duras. Assim, é possível com o IDH ter uma percepção mais objectiva da qualidade de vida de um país, medindo os seus níveis de riqueza, conhecimento e longevidade.

A utilização do IDH tem feito a separação dos países que se industrializaram primeiro, nos séculos XVIII e XIX (correspondendo à maioria das antigas potências coloniais, com algumas excepções de países que se desenvolveram, nomeadamente EUA e Japão, por exemplo), dos países que sofrem actualmente de graves problemas estruturais, onde se enquadram boa parte dos que foram colonizados pelos países europeus. É o caso da maioria dos países africanos, da América Latina e da Ásia, com baixos níveis de desenvolvimento / IDH, tendo sido antes considerados subdesenvolvidos e hoje países em vias de Desenvolvimento (têm um PIB per capita baixo, níveis de escolaridade modestos e esperança média de vida abaixo da média, sofrendo ainda de problemas sociais como a pobreza, desemprego ou emprego precário, entre outros).

Outra concepção refere-se ao Desenvolvimento Sustentável, que se tornou moda, por razões pertinentes, desde o Relatório Brundtland (WCED, 1987) e acompanhando o crescente reconhecimento dos problemas ambientais. O Desenvolvimento Sustentável pressupõe a satisfação das necessidades das gerações actuais, sem pôr em risco as gerações vindouras, pelo que propõe que os recursos do planeta sejam geridos de forma mais cuidada e sustentável, evitando os desperdícios, para que as gerações futuras tenham possibilidades de possuir condições de vida com níveis razoáveis de qualidade.

No entanto, estas concepções de Desenvolvimento e considerações sobre a sua problemática têm estado a ser apresentadas numa perspectiva macro-regional ou planetária, sendo aqui mais apropriado mostrar que outras escalas nos interessam.

Durante largas décadas, a escala privilegiada para se pensar o Desenvolvimento era a de abrangência do pensamento das elites e dos interesses do capitalismo monopolista de Estado: escala regional / nacional, especialmente assente nos grandes projectos de agricultura e industrialização, não se reconhecendo grande relevância às incidências de maior proximidade, a local. Na maior parte do mundo, e também em Portugal, faltava até aos anos 70 do século XX a actuação descentralizada nos diferentes lugares, de modo a se ter um papel mais decisivo na diminuição das assimetrias locais, e por conseguinte regionais e nacionais (cf. Moreno, 2005). Ou seja, o centralismo, especialmente no campo das decisões políticas, não tinha em devida consideração os problemas e as potencialidades locais.

No entanto, a reacção à crise dos referidos anos 70 e o processo de evolução europeia e nacional permitiram o florescimento da consciência da necessidade do Desenvolvimento Local, passando pela afirmação das autarquias e pelo reforço do seu papel como agentes institucionais capazes de agilizar a resposta às necessidades (cf. Henriques, 2000).

A afirmação do Desenvolvimento Local tem como especial referência a França após as leis de descentralização de 1981 (Moreno, 2002). Contudo, como a experiência francesa teve repercussões noutros países e nas políticas comunitárias, os restantes países membros passam a ser alvo de orientações para a reestruturação de base local. O mesmo autor faz referência a dois tipos de Desenvolvimento Local, um de âmbito rural e outro de âmbito urbano, sendo este considerado “desenvolvimento social” segundo MENGIN e MASSON (1989<sup>1</sup>). No entanto, em Moreno et al. (2003) argumenta-se que a criação ou reforço de pessoas e dos seus ambientes sociais e territoriais surge como aplicável tanto em meio rural como urbano.

Uma explicação para o aparecimento da realidade do Desenvolvimento Local é referida por Cabugueira (2000), mencionando o estímulo pelas “iniciativas locais de emprego que tinham como objectivo reduzir as taxas de desemprego das economias locais”, sendo um instrumento da reestruturação produtiva do Desenvolvimento Local. Este autor refere que, segundo Barquero, o “desenvolvimento económico local converte-se, durante os anos 80, na estratégia territorial dominante”, como uma forma de agilizar o processo de actuação no terreno, sem estar na dependência do poder central do Estado. Deste modo, pretendeu-se dar uma maior flexibilidade nas operações das iniciativas locais.

Neste contexto, o papel dos actores locais é fundamental, desde os cidadãos ao poder autárquico, passando por empresários, reflectindo uma autonomia que lhes permita ter um poder de decisão maior, actuando mais de acordo com as necessidades locais e não esperando demasiado pelo Estado Central, cuja intervenção ou apoio poderá vir de forma desajustada em relação às necessidades locais.

Defendem os ideólogos do movimento que deverá ser a própria comunidade a agir no local, como actor colectivo privilegiado no processo de desenvolvimento, pensando global e agindo local, com a mobilização de todos os agentes locais: autarquias, população, empresários locais, escolas, associações, instituições, etc.. Com a entrada de Portugal na CEE e com os subseqüentes programas de co-financiamento (incluindo os PDR que originaram os quatro Quadros Comunitários de Apoio aplicados até 2013), foi possível a obtenção de um capital fundamental para que territorialmente as várias regiões acelerassem o seu processo de desenvolvimento, mais dotadas de infra-estruturas e serviços básicos, capazes de propiciar a assistência às populações locais e a referida mobilização de todos os agentes.

Associado ao conceito de Desenvolvimento Local surge outro, o de Desenvolvimento Rural, simultaneamente como meio e resultado dinâmico da revitalização económica, social e demográfica dos territórios rurais, que se encontravam mais ou menos fragilizados, pelo

---

<sup>1</sup> Idem



envelhecimento dos seus habitantes, pela fuga dos jovens para os meios urbanos, pela falta de oportunidades de emprego, entre outros problemas estruturais. O lançamento do PIC LEADER, em 1991 foi um instrumento, que com recurso a Fundos Comunitários, pretendeu dar uma nova vitalidade a estes territórios, através do LEADER I (1991-93), LEADER II (1994-99), LEADER + (2001-2006) e, mais recentemente, do ProDeR (2007-2013). Com incidência no rural, estes programas orientaram-se para o combate às debilidades dos territórios ameaçados por graves problemas estruturais, estimulando-os para uma nova vitalidade, através da criação de emprego, apostando na modernização da agricultura, no turismo rural e na diversificação de actividades, por exemplo.

A descentralização do poder tem sido o mecanismo processual a tornar possível o aumento de protagonismo dos poderes locais, nomeadamente com as Câmaras Municipais, tendo estas como atribuições e competências a satisfação das necessidades das comunidades locais, criando condições de proximidade para o desenvolvimento socio-económico, o ordenamento do território e a qualidade ambiental, o abastecimento público, o saneamento básico, a saúde, a educação, a cultura e o desporto<sup>2</sup>.

Este é o quadro em que cabe explorar um dos domínios de valorização económica e social com repercussões no Desenvolvimento Local – como afirmado atrás, este Relatório tem como caso de estudo o Artesanato, aplicado ao município de Peniche, o que pressupõe a existência de uma mobilização activa dos recursos do património histórico-cultural neste território. De facto, havendo a possibilidade de o poder local usar a cultura como alavanca de promoção da identidade e memória (valorizando a história, as referências comuns), qualquer acção com esse objectivo terá de ser planeada à escala local, com a envolvimento de todos os actores locais.

---

<sup>2</sup> Tudo isto com o apoio dos instrumentos de planeamento e de ordenamento que as autarquias têm podido desenvolver e que pretendem traduzir, no âmbito local, a estratégia definida nos planos de âmbito nacional e regional. Ao exprimir territorialmente a estratégia de desenvolvimento local, articulam-se as políticas sectoriais com incidência local e definem-se as condições de uso do solo, em articulação com o que emana das vontades e necessidades sentidas localmente e aqui politicamente assumidas.

## 2.2. A importância do Artesanato

“O afecto é a mais-valia do objecto artesanal e do vender. É o afecto, a entrega generosa e solitária do artífice e do pequeno lojista ao seu jeito que terá ímpar o produto nas suas mãos”.

Carlos Laranjo Medeiros (1994)

O artesanato é uma actividade que pode ser considerada “tão antiga como o próprio Homem” (Thirion e Cavaco, 2003). No início, eram as actividades primordiais que prestavam apoio às tarefas domésticas e agrícolas, através da manufactura de utensílios para a casa, vestuário e calçado, bem como alguns adornos e objectos de decoração, tendo igualmente uma importância simbólica e metafísica, ao nível da produção de produtos relacionados com a religião, algo que antigamente era essencial para as pessoas, pela necessidade que estas tinham de ter objectos ligados com o “divino”.

O artesanato é uma actividade assim muito diversa que, segundo Augusto Santos Silva (2000), é uma “arte que se entende, que se concretiza em louça, em bonecos, em imagens de santos, em brinquedos, em utensílios, etc”, que serve para demonstrar a importância inerente às actividades artesanais. Estes objectos correspondiam à satisfação das necessidades locais apoiando-se na utilização de matérias-primas endógenas.

Os produtos oriundos do artesanato transformaram-se, assim, em elementos fundamentais dos territórios, reflectindo as necessidades e as potencialidades que cada região possuía, representando uma mais-valia económica, estando dotada de valores históricos e culturais, que representam vários séculos de saberes e técnicas, que foram sendo transmitidas, em especial por via da herança familiar, através de ensinamentos de pais para filhos, de forma a manter assim vivas tradições, que fazem parte da imagem de vários territórios.

É assim importante olhar para o artesanato como um elemento que faz parte da sua herança cultural, em que a história dos territórios pode ser descrita através do seu património, sendo o artesanato uma das componentes que está inserido nesta caracterização, ao envolver técnicas antigas de manufactura, que foram evoluindo com o passar dos séculos, seguindo as tendências da evolução do progresso tecnológico, e com o desenvolvimento das capacidades que os países tinham no âmbito do comércio, atingindo cada vez mais mercados mais longínquos. Eram produtos caracterizados por elevado nível de aperfeiçoamento, fazendo deles um bem bastante dispendioso, por requererem muito tempo de dedicação por parte do artesão na sua concepção.

O processo de transformação de matérias-primas era um processo complexo e demorado, que estava na maioria dos casos nas mãos de uma pessoa, o artesão, tendo em alguns casos recurso a aprendizes que, por norma, eram membros do mesmo agregado

familiar, num processo de aprendizagem longo, em que eram precisos bastantes anos para adquirir um nível de aperfeiçoamento. Tal sucedia por o artesão deter a participação em todas as fases de produção das peças, desde a escolha de matérias-primas até à etapa final, a sua comercialização.

Com a evolução dos tempos, a importância dos produtos artesanais decresceu, devido à concorrência gerada pelos produtos industriais que, pela sua forma massificada de produção, eram produzidos em série e com preços mais competitivos, apesar do seu grau de aperfeiçoamento ser muitas vezes reduzido em comparação com os produtos artesanais. As artes e ofícios tradicionais passaram a ter uma menor importância, reduzindo-se, gradualmente, o número de artesãos em actividade, pois a concepção de produtos artesanais passou a ser algo economicamente menos rentável.

Em Portugal, o artesanato representou no passado uma posição de relevo, sendo responsável pelo abastecimento de produtos, para a função doméstica, no campo do trabalho (em especial o trabalho do campo), existindo um elevado número de tipos de produtos artesanais que tiveram um papel importante no desenvolvimento de várias actividades.

O artesanato, em Portugal, não sofreu de imediato os efeitos de concorrência dos produtos industriais, pelo que em muitas regiões, um pouco por todo o país, foi possível manter formas tradicionais de produção, que fez com muitas das formas tradicionais de concepção de produtos se mantivessem até aos dias de hoje.

No entanto, apesar da tardia industrialização, o artesanato começou, em particular a partir do século XX, a sofrer fortes dificuldades, provocados pelo fraco desenvolvimento económico que o país há muitos séculos tinha vindo a conhecer, pelo que as actividades artesanais, como representando um dos sectores mais frágeis da sociedade, não foi capaz de competir com os produtos oriundos da indústria, numa primeira fase, e actualmente sofrendo a competição de produtos produzidos em países como a China, com preços em que o artesanato não é capaz nem pode competir, pelas suas características.

Outra limitação do artesanato deve-se à fraca capacidade empresarial dos artesãos, que não conseguiram adaptar-se às novas exigências do mercado, não apostando na inovação como uma ferramenta fundamental para a concepção de novos produtos e técnicas de divulgação e comercialização que salve o artesanato da marginalização a que foi colocada.

O envelhecimento dos artesãos é um factor importante que explica o abandono que tem existido no campo do artesanato, sendo que uma fatia importante dos artesãos se encontra acima dos 50 anos, o que cria fortes desequilíbrios e representa uma séria ameaça ao futuro do sector.

O artesanato foi desde sempre uma actividade cujos conhecimentos eram transmitidos

por via familiar, em muitos casos através da passagem de testemunho de pais para filhos, mantendo assim o sector vivo, e com artesãos capazes de dar continuidade ao trabalho dos pais. No entanto, com a perda de importância do artesanato, ao nível da quebra na geração de mais-valias, os artesãos começaram a encorajar os seus filhos para outras profissões economicamente mais rentáveis. A actividade artesanal, passa a ser visto pelos próprios artesãos, como algo sem futuro, incapaz de oferecer aos seus filhos condições favoráveis de rendimento. Os próprios jovens olham para o artesanato com algumas reservas, dirigindo-se para outras ocupações, que lhes permitam obter um nível de rendimento superior, apesar de em muitos casos terem pena de não poderem dar continuidade ao trabalho dos seus antepassados, são obrigados pelas exigências dos tempos modernos, especialmente no âmbito da remuneração, a tomarem uma decisão, que é a de abandonarem o artesanato, tendo em vista a busca de uma melhor qualidade de vida, com níveis de rendimento mais atractivos.

Apesar de o artesanato ter atravessado um período bastante conturbado, nas últimas décadas foi alvo de um acréscimo de atenção por parte da sociedade civil e dos poderes públicos, através da valorização dos elementos pertencentes do património histórico-cultural, que coloca o artesanato num patamar de eleição, por ser visto como um marco importante, tanto de caracterização das localidades como de geração de emprego e riqueza. O artesanato é visto como um elemento que faz parte da identidade local e, num mundo global em que as fronteiras são diariamente ultrapassadas, existindo assim o perigo de descaracterização das comunidades, têm-se concertado esforços para proteger os elementos identitários que sejam objecto de diferenciação com outros locais. Procura-se assim a manutenção e o estímulo dos vários marcos que fazem parte integrante da cultura, um recurso que se entende dever ser preservado e protegido.

Este sentimento de apoio ao artesanato tem vários factores que podem servir como explicação. Por um lado, a visão das pessoas alterou-se, como explica o presidente do PPART, ao existir um “sentimento de respeito, de salvaguarda e de recuperação do património construído”, que tem originado que muitas pessoas encarem os produtos tradicionais como um bem a salvaguardar e a proteger, através da sua aquisição.

É difícil dissociar esta situação, de acréscimo na procura de produtos artesanais, do desenvolvimento do turismo. De facto, nos últimos anos, observou-se um desenvolvimento das actividades turísticas, com um aumento gradual do número de turistas.

Segundo Oliveira das Neves, Andreia Magalhães e Sónia Relvas (2001), existe um vasto conjunto de indicadores que explica este aumento do número de turistas, com especial apetência pelo espaço rural.

O século XX marcou um aumento do nível de vida das famílias, em que estas puderam

dispor de níveis de rendimento superiores, que lhes tem permitido usufruir de um conjunto de bens e serviços mais alargado. Por outro lado, o aumento do tempo livre, com a redução do horário laboral e do aparecimento dos períodos de férias, tem possibilitado às pessoas disporem de mais tempo para se dedicarem a actividades lúdicas; o incremento dos níveis de escolaridade, que tornou se traduz num aumento do grau de exigência, no âmbito da qualidade dos serviços e produtos pretendidos; a melhoria das acessibilidades, que favoreceu a capacidade das pessoas se deslocarem para novos locais com maior regularidade, com redução do custo e do tempo de viagem; o desenvolvimento dos meios de comunicação, que tem vindo a facilitar o conhecimento dos vários destinos turísticos, bem como dos produtos que estes destinos têm para oferecer; a generalização do modo de vida urbano, que conduziu a uma frequente “saturação” da vida urbana, pelo consequente desgaste provocado pelo “stress” diário, desde a preocupação com a vida profissional, o caos do tráfego, todo um conjunto de situações que têm vindo a desgastar as famílias; e por fim, pela própria pressão exercida pela diversificação da oferta que o turismo tem vindo a ser capaz de oferecer, que se tem vindo a transformar gradualmente como um meio de afirmação pessoal e social das pessoas.

Estas condições que ajudam a explicar a importância que o turismo tem vindo a ganhar, relacionando-as com o verificado ressurgimento do interesse pelos produtos artesanais, que são caracterizados por terem elevados níveis de qualidade, que não se encontram facilmente. O artesanato e o turismo estão interligados de forma intrínseca, incentivando-se mutuamente, da mesma forma que o turismo pode ser um forte estímulo ao escoamento de produtos artesanais.

Actualmente o perfil de consumidores alterou-se: o seu grau de exigência é maior, aliado a um aumento do poder de compra e da crescente escolarização das pessoas, pelo que há mais selectividade na busca do tipo de produtos pretendidos. Os consumidores desejam algo de diferente em relação ao em que encontram diariamente nos seus locais de residência, e pelo facto de a prática do turismo se ter generalizado, os turistas pretendem adquirir recordações da viagem, que sejam não só símbolo das férias passadas, mas também um símbolo que sirva como uma memória do local, que simbolize a riqueza histórica do destino turístico. É nesta óptica que o artesanato ganha maior protagonismo, ao oferecer uma considerável diversidade de produtos, que estão relacionados com a memória e a identidade do local.

O artesanato está bem presente em Portugal, pois existem várias práticas de expressão mais tradicionais que foram capazes de resistir à erosão dos tempos. De facto, encontram-se um pouco por todo o país produtos oriundos das formas mais tradicionais de

produção, que têm transformado certos locais em lugares de eleição, para um número significativo de visitantes, nacionais e estrangeiros, que olham para estes produtos como um bem diferenciador do que podem encontrar no seu dia-a-dia.

Portugal possui (segundo o estudo do IQF, *Turismo em Portugal*), condições favoráveis para satisfazer um nicho cada vez maior de turistas, que procurem uma ligação mais próxima com a natureza e o património cultural, sendo um país de eleição no âmbito da riqueza histórico-cultural, tendo possibilidades de oferecer um conjunto de produtos e sensações bastante diversificadas, tendo no seu património histórico-cultural, elementos ligados à gastronomia, arqueologia, vestuário, tradições, eventos festivos, entre outros elementos, tal como o artesanato, que se transformam em elementos privilegiados no campo do favorecimento territorial, ou seja, ajudam a desenvolver e a transmitir a imagem do território para o exterior.

Um dos obstáculos com que o artesanato se depara, no âmbito do seu desenvolvimento, prende-se com a resistência, em especial dos artesãos mais velhos, em inovar e lançar esta actividade rumo ao século XXI, ao não alterar a sua forma de produção e a visão da actividade, pois da mesma forma que os tempos mudam e evoluem, o artesanato terá de acompanhar este progresso, com a vantagem de se manter um produto que representa o passado, mas que seja capaz de acompanhar os tempos modernos, numa junção das duas escalas temporais, aspecto que faz o contraponto em relação aos restantes produtos.

Assim sendo, coloca-se uma questão: será que a inovação não vem descaracterizar o artesanato? Vários autores defendem que a inovação é um dos caminhos que podem ajudar o artesanato a resistir aos efeitos, tanto da crise mundial como da concorrência industrial. Segundo Denise Esteves (2008), “nem a modernização exige abolir as tradições, nem o destino fatal dos grupos é ficar fora da modernidade”, que sugere que o artesanato não pode colocar-se à margem do caminho da inovação, opinião partilhada por Augusto Santos Silva (2000), que refere que o artesanato se deve adaptar às novas exigências tanto do mercado.

A importância da inovação é reforçada pelo director do CEARTE, o Dr. Luís Neves Rocha, que defende que para que o artesanato sobreviva, terá de se modernizar, sem que com isso perca a sua identidade e o que o torna autêntico. Ou seja, terá que inovar através de técnicas de produção, com meios tecnológicos mais eficientes, e ao nível das técnicas de marketing e comercialização, que suprima umas das mais fortes carências do artesanato, que se trata da sua fraca capacidade de difusão pelos mercados.

O CEARTE defende que os artesãos devem estar dotados de conhecimentos no âmbito da informática, dominando conhecimentos em campos básicos, mas essenciais, como a construção de um blogue ou um site que promova os seus produtos, em mercados mais

longínquos que os actuais. Como exemplo, o director do CEARTE refere que um dos produtos do caso de Estudo, as rendas de bilros de Peniche, se podem inovar através do design, através da criação de novas peças, com outra função utilitária, que não faça perder a sua identidade, mas que capte desse modo novos consumidores.

A questão da originalidade do produto é referida por José Cabral Ferreira (1983), que defende que “toda a alteração a introduzir há-de respeitar quanto possível esta característica, responsável principal pela qualidade do produto, da sua originalidade, pormenor e acabamento”, defendendo que é importante a inovação nas formas de produção, respeitando obviamente a sua génese, mas que o artesanato deve produzir produtos novos da mesma forma que “as aldeias têm de ser renovadas”, para que o artesanato não fique estagnado e parado no tempo. A associação entre artesanato e inovação não é impossível, pois o artesanato é uma actividade com um enorme potencial no contexto da modernidade, podendo ser adaptado, através de novas formas de utilidade, sendo que os vários produtos artesanais podem ajustar-se às novas vivências e exigências que fazem parte da actualidade. O artesanato não deve parar, pois como diz o ditado popular, “parar é morrer”, ou seja, é essencial estar de braço dado com a inovação, mantendo a originalidade e tipo de produto, satisfazendo assim um mercado cada vez mais exigente e ávido de bens materiais.

Como foi afirmado antes, é importante, num mundo que faz do progresso a sua bandeira, que o artesanato siga esta tendência, sendo que tem a mais-valia de aliar o passado com o futuro, algo que é difícil de ver em outras actividades, a capacidade de ser um marco do passado, com capacidade de se inovar e se afirmar no futuro.

### **2.3. A Relevância das produções artesanais para o Desenvolvimento Local**

Nas últimas décadas, o país tem sofrido profundas e marcantes alterações na sua estrutura social e económica. Com efeito, a agricultura tem vindo a perder cada vez mais a sua importância no campo do emprego e na geração de mais-valias; várias indústrias transformadoras têm sido encerradas, originando um aumento significativo do desemprego; e o turismo não pode ser encarado como a “salvação” de todos os problemas económicos dos municípios.

A estas mudanças na estrutura económica dos municípios juntam-se as alterações demográficas que têm afectado Portugal, sobretudo devido à queda acentuada da taxa de natalidade e o envelhecimento gradual da população portuguesa, factores que afectam sobretudo o interior do país, onde muitos jovens, pela insuficiência de oportunidades de

emprego (especialmente emprego com remunerações atractivas), se deslocam para as cidades em busca de melhores condições de vida.

Face a este diagnóstico urge inverter esta tendência, apostando em instrumentos que contribuam para o desenvolvimento local, nomeadamente apostando num marco do património que todos os territórios possuem, que se trata da sua história, tradição, memória e identidade, que são um capital social e cultural que representam uma mais-valia cujo potencial não deve ser ignorado, mas sim alvo de uma política de protecção e de valorização. Verifica-se em Portugal a existência de um património cultural muito rico e diversificado, tendo potencialidades ao nível do turismo cultural, capazes de atrair uma elevada procura, tanto interna como externa.

Num país que tem uma história bastante rica, repleta de tradições e costumes seculares, que são em muitas ocasiões a imagem de marca de certos territórios, deve-se apostar neste património como ferramenta privilegiada no campo do Desenvolvimento Local, que represente uma oportunidade única, por se encontrar ligada com outros sectores.

O Desenvolvimento Local “resulta da sinergia das forças e capacidades locais com os meios exógenos, investimentos privados ou créditos públicos” (Kayser, 1994), que se aplica a todos os sectores, onde se inclui a cultura, onde se insere o “património, a natureza e a criação” (idem).

O artesanato está englobado neste vector cultural, ao ser parte do património, que pode representar uma enorme utilidade ao assumir-se como um dos mecanismos capazes contribuir para o desenvolvimento dos territórios, especialmente nas seguintes áreas:

- a) Criação de alternativas de emprego e de estímulo às micro-empresas;
- b) Promoção do crescimento e desenvolvimento de outros sectores económicos, como o comércio e o turismo;
- c) Auxílio na divulgação da imagem de um território para o exterior;
- d) Contributo para a manutenção da memória e da identidade de um território;
- e) Estímulo para o intercâmbio geracional, através da passagem de conhecimentos, técnicas e experiências dos mais idosos (os detentores das técnicas de produção artesanal), e os mais jovens, que poderão dar um cunho mais inovador e criativo nas produções artesanais.

Actualmente defende-se que o Desenvolvimento Local deve partir da mobilização dos recursos que um território possui (económicos, humanos, sociais, culturais, físicos e institucionais), de modo a aproveitar as tendências actuais de valorização da identidade local, através da interligação entre saberes, técnicas e métodos antigos, adaptados aos tempos mais recentes, ou seja, com introdução que ideias e conceitos novos, não destruindo as



especificidades que a cultura e as artes tradicionais possuem, mas dando um cariz mais dinâmico e criativo.

A elaboração de uma política cultural, que englobe o artesanato, deve ser de âmbito local, ao ter presente que a cultura é algo de identitário de uma localidade, que a torna diferente das outras, tendo por isso que ser dinamizada e desenvolvida por actores e políticas locais, que se encontram mais adaptados à realidade local.

O artesanato tem uma história bastante rica e relevante, ao ter representado uma importante actividade de apoio às tarefas domésticas e agrícolas, produzindo utensílios essenciais para o lar e correspondendo a uma satisfação das necessidades locais.

No entanto, devido ao progresso e sobretudo à Revolução Industrial, as artes e ofícios tradicionais entraram em declínio, por não terem capacidade de concorrer com os produtos de menor custo oriundos das indústrias, vocacionadas para a produção em massa. A profissão de artesão sofreu um forte decréscimo, entrando em vias de extinção, o que poderia representar a perda de um património histórico de valor incalculável, sendo que passou a ser vista e encarada principalmente como um “hobby” e não como uma actividade de sustento. Apesar deste declínio, muitas actividades artesanais sobreviveram aos tempos, apesar de indefesas face à produção industrial e praticamente sem apoios, seja por parte do Estado ou por parte dos agentes privados. Muitas destas artes e ofícios tradicionais resistiram devido à persistência dos poucos artesãos ou, em alguns casos, pessoas que consideram importante manter vivas estas tradições.

Actualmente, os tempos são de esperança para o artesanato, pois constata-se um crescimento da preocupação da sociedade pelos valores locais e pelos marcos identitários nacionais. Aliado a este facto observam-se mudanças profundas nas sociedades urbanas, em que existe cada vez mais uma certa vontade de retorno ao “campo”, ou da interacção com o mesmo, de modo a poder aliviar do “stress” citadino, de conhecer a história e as tradições locais.

Esta tendência surge pelo aumento da procura generalizada pelos traços distintivos que as várias localidades têm para oferecer, que remetem geralmente para o artesanato, a cultura popular, o património arquitectónico, os recursos naturais, as actividades turísticas e a gastronomia. Esta emergência de valores, gostos e preferências de uma sociedade em mudança tem origem em vários factores, dos quais se destacam:

- (i) A crescente valorização dos produtos artesanais/regionais e o consequente aumento da procura de produtos garantidos e com “bilhete de identidade” (sobretudo nos mercados de maior potencial, os urbanos);

- (ii) a crescente disponibilidade económica da população para eleger como factores importantes no acto da decisão/compra outros elementos que não os preços;
- (iii) a crescente acessibilidade das populações não rurais aos produtos tradicionais através da multiplicação dos pontos de venda (nomeadamente as grandes e médias superfícies para os produtos agro-alimentares, mas também as unidades comerciais especializadas e as feiras/mostras); e
- (iv) a grande aceitação, por parte do mercado consumidor, dos produtos regionais devido à forte imagem de qualidade e genuinidade a eles associada e à procura pela autenticidade dos produtos associados a uma origem geográfica<sup>3</sup>.

Que impacto pode ter a aposta no artesanato, como meio capaz de impulsionar o desenvolvimento de um território? Observam-se várias potencialidades ligadas ao artesanato, desde a possibilidade de gerar emprego, potenciar a criação de micro-empresas, valorizar o turismo, entre outros factores. A aposta neste modelo apresenta dois impactos positivos:

- (i) reforço da identidade dos territórios e das populações, valorizando a componente cultural;
- (ii) impulso económico, como factor de geração de emprego, oportunidades de negócio e suporte a outras actividades, como p.e., o turismo.

O artesanato depara-se actualmente com grandes dificuldades, estando inclusive a lutar pela sua sobrevivência. Os artesãos existentes têm uma idade avançada, factor que coloca em risco a manutenção de conhecimentos, técnicas e saberes antigos; a produção industrial é um concorrente demasiado forte ao produzir em grande escala a preços mais competitivos; a procura não excede a oferta existente, fazendo com que os artesãos sofram dificuldades no que toca ao escoamento dos seus produtos, não obtendo assim lucros que compensem o tempo dispendido na produção dos vários produtos artesanais.

É importante uma estratégia que estimule o artesanato, tornando esta actividade um instrumento que promova o Desenvolvimento Local, transformando-se numa alternativa credível de criação de emprego, factor chave para o desenvolvimento de um território.

Esta opção pode ser encarada como um complemento a outros sectores de actividade como o comércio, a agricultura, o turismo, a cultura, entre outras actividades, ou seja, que ao desenvolver o artesanato, outras actividades seja influenciadas de forma positiva, retirando assim mais-valias, p.e., em termos de aumento dos seus volumes de negócio.

Torna-se fundamental antes de se elaborar uma estratégia que promova o artesanato, fazer uma reflexão sobre as mais-valias que o seu desenvolvimento poderá representar.

---

<sup>3</sup> Informação retirada do Estudo Estratégias para a Valorização e Promoção do bordado de Castelo Branco, Espaço e Desenvolvimento (2007)

O artesanato é uma actividade que se situa no cruzamento de várias áreas económicas e sociais da sociedade, sendo um marco importante no âmbito do Desenvolvimento Local, com especial incidência no âmbito da preservação da identidade e da imagem, que os territórios têm vindo a criar ao longo dos tempos, sendo algo que pode considerar como um marco que torna as comunidades únicas, e por si só diversas do ponto de vista histórico-cultural.

O artesanato pode ter um impacto positivo no âmbito da criação de alternativas viáveis de emprego, como foi referido pelo CEARTE, pode ser uma ocupação de jovens criativos e inovadores, que empreguem o seu saber e seu temperamento jovem e inovador, ao serviço de uma actividade que, actualmente possui níveis de procura interessantes.

Um Estudo promovido pelo IEFP sobre o Turismo em Portugal, faz uma ponte entre os produtos artesanais e o turismo. O produto final dos artesãos é descrito como o retrato da localidade, simbolizando a cultura, o seu património e a sua história, sendo um meio privilegiado de promoção do território. Este facto, origina que o artesanato seja encarado como um “souvenir turístico”, que funcione como uma recordação do local. O artesanato passa a funcionar como um meio de marketing territorial, sendo objecto de promoção do território por outros locais.

É importante reter, que a generalidade dos turistas possui um nível de vida superior, tendo capacidade de adquirir estes bens tendencialmente mais caros, que são um elemento de diferenciação entre outros objectos banais, que se podem encontrar em qualquer superfície comercial.

O artesanato deve ser visto como uma actividade com potencialidades económicas e sociais, capaz de gerar emprego e riqueza, para além de ser um excelente meio de promoção territorial, pelo grau de simbolismo que os produtos artesanais possuem, sendo um factor de valorização local. O artesanato, representa o orgulho que os cidadãos locais têm na sua comunidade, colocando nestes produtos uma carga simbólica extremamente importante.

#### **2.4. Enquadramento Legal e Institucional das actividades artesanais**

O artesanato é uma actividade cuja definição não se apresenta como uma missão fácil, em grande medida derivado da diversidade de produtos oriundos das práticas artesanais.

Contudo, o recurso à evolução do quadro normativo nos últimos anos afigura-se como uma importante ferramenta, que possibilita uma visão mais enquadrada com a realidade do sector. Outro recurso importante para se avaliar a importância do artesanato prende-se com a evolução institucional dos organismos que têm vindo, nos últimos 30 anos, a fazer das artes e ofícios um objecto de estudo, com contributos relevantes para a compreensão do sector, e

para o seu desenvolvimento, através da promoção de iniciativas que ajudaram a proteger e a desenvolver o artesanato.

No ano de 1980, foi lançado o primeiro documento que apresenta um enquadramento do conceito de artesanato e artesão, concebido no seio da então Secretaria de Estado do Emprego e do Ministério do Trabalho, pela necessidade de actuar sobre o artesanato, através da Portaria nº 1099/80, de 29 de Dezembro, que definiu o artesanato como “um saber fazer que reveste processos produtivos e de organização dos trabalhos peculiares, diferentes e específicos em cada região, em interdependência com as necessidades e valores do quotidiano, apesar da concorrência da produção industrializada”. O documento surge como um mecanismo de protecção da autenticidade e genuidade dos produtos artesanais contra a adulteração e menor qualidade de alguns produtos que eram apresentados como sendo tradicionais, em grande medida resultados de produção industrial, muito mais virada para a produção em massa com menos custos, não tendo assim em conta as especificidades que cada produto artesanal possui.

As artes e ofícios tradicionais começam a ser vistos com um enorme potencial económico e cultural, devendo ser uma prioridade evitar a sua decadência e desaparecimento. O objectivo é preservá-los e, na medida do possível, promovê-los nas diferentes regiões do país, mantendo intocáveis a sua especificidade e qualidade. O artesanato começa a assim a ser encarado em especial nos meios mais rurais, como uma alternativa viável de emprego, em especial pela perda acentuada dos postos de trabalho no sector da agricultura, em grande medida pela diversidade de áreas que o artesanato possui, desde a manufactura de produtos através do recurso às matérias-primas como madeira ou papel, produtos agro-alimentares, têxteis, entre outros, podendo assim absorver um número significativo de pessoas, servindo para criar alternativas viáveis de emprego, dando uma nova vitalidade em especial aos meios rurais, que passaram a sofrer uma crise acentuada, tanto no campo económico, perda de emprego, como demográfico, envelhecimento da população.

Esta Portaria enuncia o conceito de artesão no qual se realça a “intervenção pessoal” do artesão em “todas as fases do processo produtivo”, por oposição ao que acontece na actividade industrial ou de produção em série, sugerindo ainda os aspectos chave associados ao trabalho artesanal, desde a dimensão da empresa (o artesão trabalha “isoladamente, ou em unidades de tipo familiar ou associado”), o tipo de actividade (o artesão “transforma matérias-primas e produz ou repara objectos”) e o carácter artístico do tipo de produção (existência de um “sentido estético e habilidade ou perícia manual”).

Em 1981, através do Decreto-Lei nº 154/81, de 5 de Junho, é estabelecido, de forma experimental, uma estrutura de animação e apoio ao sector, com âmbito regional e tendo

coordenação a nível central, com a seguinte estrutura: (i) um Conselho Interministerial, que funciona na dependência do Ministério do Trabalho; (ii) uma Comissão Executiva, que funcionava junto do conselho directivo do IEFP; e (iii) Núcleos de Apoio Regional ao Artesanato, que funcionavam junto de cada Direcção Regional do IEFP.

Apesar de ter operado apenas por um período experimental de um ano, esta estrutura então concebida reforça a importância quer do carácter multidimensional do artesanato, transversal a tantas áreas de actividade (p.e. ordenamento do território, comércio, cultura, educação, emprego e turismo), quer da articulação entre os diferentes actores e agentes do sector, ao nível governamental, da administração pública regional e local, e ao nível particular (empresas artesanais, artesãos e suas associações).

No mesmo ano, o Decreto-Lei nº 303/81, de 12 de Novembro, veio a reafirmar a definição de artesãos como “os que utilizem fundamentalmente a criatividade e a perícia manual no processo produtivo”, além de contribuir para o processo de regulamentação das cooperativas de artesanato e reforçar o domínio das técnicas manuais e o uso da criatividade, por parte dos profissionais artesãos, como características fundamentais no processo de produção artesanal.

O Decreto-Lei nº 802/82, de 24 de Agosto, introduz na definição do conceito de artesão a actividade de prestação de serviços sociais, apresentando as várias actividades consideradas como sendo artesanais. Foi um decreto muito importante, como refere Antunes (1999), para demarcar algumas actividades do artesanato, que não obstante incluir algumas actividades como lavandarias, cabeleireiros, esteticistas ou fotógrafos, ajudou a clarificar a abrangência do sector.

Três anos depois, é constituído, na Cidade do Porto, o Centro Regional de Artes Tradicionais (CRAT), uma associação privada de utilidade pública, sem fins lucrativos, cuja missão visava “a promoção do estudo e divulgação das actividades e produtos das artes tradicionais em exercício na região Norte, bem como das versões inovadoras de tais técnicas, saberes e formas, com vista à sua expansão<sup>4</sup>”. O CRAT tem desenvolvido uma actividade proeminente no “estudo e divulgação das artes tradicionais, da Região Norte do País”, com o intuito de conhecer e investigar o sector do artesanato, de modo a poder facultar respostas, sobre a actividade do artesanato, no âmbito da caracterização dos artesãos, e na criação de possíveis respostas aos desafios com que o artesanato se depara, seguindo os seguintes quatro eixos de actuação: (i) estudos e documentação; (ii) exposições; (iii) animação/formação; e (iv) apoio ao artesão.

---

<sup>4</sup> Segundo Graça Ramos, Directora Executiva do CRAT

O CRAT foi parte activa no processo de criação do PPART, sendo o responsável pela edição da revista “Mãos”, numa parceria com o CEARTE, o PPART e o CRAA, que desde 1996 até 2008 lançou 31 edições. Esta revista tem tido um papel relevante no processo de divulgação e protecção das várias actividades artesanais pelo país, sendo uma montra de boas práticas e de exemplos a seguir por outros artesãos.

O Programa de Conservação do Património Cultural, criado em 1985 pelo Decreto-Lei nº247/85, de 12 de Julho, tutelado pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, foi uma medida activa de emprego, cujo objectivo era promover a criação de novos empregos em áreas ligadas à conservação do património cultural. As acções desenvolvidas no âmbito deste programa estavam dirigidas a pessoas à procura de primeiro emprego, podendo ser promovidas por entidades públicas ou privadas que estivessem vocacionadas para a área da conservação do património cultural.

Em 1986 surge em Coimbra uma entidade de direito público, de âmbito nacional, precursora da formação profissional específica nas artes e ofícios tradicionais, denominada Centro de Formação Profissional do Artesanato (CEARTE), através da parceria entre o IEFP e a Cárias Diocesana de Coimbra. Assentou na visão do Padre António Sousa, que defendia o apoio do Homem através da valorização humana, que percebeu que o artesanato poderia representar uma mais-valia na criação de emprego e geração de riqueza, com o apoio dos Fundos Comunitários que surgiram fez com que o CEARTE fosse o único centro de formação profissional exclusivamente direccionado para o artesanato, situação que ainda decorre actualmente.

O CEARTE abrange uma vasta oferta formativa distribuída pelas várias áreas artesanais: cerâmica, têxtil, madeira, encadernação, serralharia, cestaria/canastraria, agro-alimentar e outros campos de formação, como a reparação de electrodomésticos, gestão, formação de formadores e património.

Segundo o director do CEARTE, este centro possui cinco grandes níveis de actividade:

- (i) *Formação de Novos Artesãos*; que tem dois beneficiários potenciais, jovens e desempregados, numa formação polivalente e de banda larga, que torne o artesão capaz de dominar um vasto leque de conhecimentos tanto sócio-culturais, de gestão, comercialização do produto e informática;
- (ii) *Formação Contínua dos Activos*; que deriva do facto de o artesanato ser uma actividade em que requer dos artesãos uma aprendizagem ao longo da vida; tendo o CEARTE cerca de 180 cursos (em 200) para activos, que tem vindo a dar formação um pouco por todo o país, indo de encontro às necessidades dos

artesãos: a formação tem sido providenciada em várias áreas, como design, gestão, informática, línguas (nomeadamente o inglês), entre outros;

- (iii) *Inovação*; neste domínio o CEARTE tem desenvolvido projectos de reinserção do artesanato em projectos europeus (como por exemplo o AvantCraft), apostando em dar ao artesanato uma componente mais inovadora e moderna, mas sem retirar o carácter tradicional que os vários produtos têm, mas sim dando-lhes uma maior capacidade de penetração nos vários mercados, tanto a nível nacional como internacional;
- (iv) *Organização do sector*; o CEARTE tem prestado auxílio na elaboração da legislação que serve de apoio ao sector, tanto no âmbito do enquadramento do artesanato, como do PPART; faz parte do grupo que atribui as Cartas de Artesão; esteve presente na elaboração do Estudo Sectorial do Artesanato e participou na elaboração dos conteúdos do Catálogo Nacional de Qualificações;
- (v) *Centro Novas Oportunidades*; aspecto mais recente, mas de grande importância para a afirmação do artesanato, que tem duas componentes: uma escolar e outra profissional. Este recurso é muito importante na atribuição de uma carteira e de uma certificação profissional para os artesãos, pois eles, em muitos casos, são autodidactas; o CEARTE está, assim, acreditado pelo Centro Nacional de Qualificações e pelo IEFP, a atribuir um conjunto de competências para o artesanato.

Em 1988 é criado o Projecto das Artes e Ofícios Tradicionais, da responsabilidade do Ministério da Educação, que permitiu aprofundar o conhecimento do sector, alargando o conceito de artesanato, na análise da complementaridade com outras actividades e chegou-se à conclusão da urgência de se actuar de modo a não se perderem os elementos identitários da cultura local, que poderão assumir-se como um recurso inestimável na promoção de territorialidades activas. Este projecto lançou as bases que estariam na origem da aprovação do Programa das Artes e Ofícios Tradicionais, estabelecido no final de 1992.

O Programa das Artes e Ofícios Tradicionais (PAOT) foi uma ferramenta em que, pela primeira vez, se demonstrou a nível governamental um interesse em atenuar ou resolver a dispersão das medidas de apoio ao artesanato, sendo mais uma clara demonstração da aposta na valorização das artes e ofícios tradicionais.

O PAOT encontrava-se tutelado pelo Ministério da Indústria e Energia, em colaboração com os Ministérios do Planeamento e da Administração do Território, da Justiça, da

Agricultura, da Educação, do Emprego e da Segurança Social, do Comércio e Turismo e Cultura. Tinha como objectivos operacionais os seguintes (cf. RCM n.º 47/92)<sup>5</sup>:

- (i) Promover a qualidade das artes e ofícios tradicionais.
- (ii) Estimular a livre iniciativa e a vocação empresarial do artesão, bem como a criação e manutenção de modalidades específicas e qualificadas de emprego.
- (iii) Promover o desenvolvimento das escolas nacionais de artes e ofícios tradicionais e assegurar a respectiva coordenação.
- (iv) Participar na formação profissional e no desenvolvimento da qualificação empresarial do artesão.
- (v) Estimular a difusão e o conhecimento das artes e ofícios tradicionais.

Em 1995 e 1996, foram criadas três linhas de apoio, Programa das Iniciativas de Desenvolvimento Local (PIDL), Regime de Incentivos às Microempresas (RIME) e as Iniciativas Locais de Emprego (ILE), que visavam a criação de postos de trabalho, através do recurso à valorização das potencialidades locais, onde se poderia enquadrar o artesanato. No entanto, estas três medidas não obtiveram os resultados pretendidos, em grande medida pelo facto de o artesanato não poder ser encarado como uma actividade capaz de criar muitos postos de trabalho. Assim, os apoios deveriam ser, em primeiro lugar, para manutenção dos postos de trabalho, pesando ainda do facto de os artesãos não se encontrarem qualificados, não dispondo, assim, de meios para se candidatarem aos respectivos apoios.

O Programa Escolas-Oficinas, criado ao abrigo da Portaria nº 414/96, de 24 de Agosto, foi uma iniciativa levada a cabo pelo IEFP, que se destinava a representar um papel importante na inserção social de jovens e adultos, e pelo combate ao desemprego. Este programa representou um importante mecanismo de transmissão de saberes e técnicas artesanais, aferindo competências para a aplicação de um ofício tradicional.

Devido à manutenção da indefinição quanto ao conceito de artesão, pelo desconhecimento da real dimensão social e económica das artes e ofícios artesanais pelo país, e ainda existir dispersão de medidas e instrumentos de apoio ao sector e a inexistência de uma única estrutura oficial que as gerisse foi criado em 1997 o Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais (PPART). O PPART surge numa tentativa de criar as bases normativas para que o sector fosse enquadrado tanto a nível jurídico como normativo.

A criação do PPART<sup>6</sup>, marca o ressurgimento efectivo de uma política integrada de promoção do artesanato, assente na actuação concertada dos vários departamentos da

---

<sup>5</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/92, de 12 de Dezembro - Aprova o Programa das Artes e Ofícios Tradicionais.



administração pública, desde o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (órgão que tutela), Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Ministério da Economia e Inovação, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, Ministério da Cultura e dos diferentes agentes da sociedade civil com responsabilidade na matéria, como a ANIMAR, CEARTE, CRAT e CPD, bem como representantes do movimento associativo dos artesãos das sete regiões nacionais, que se traduziu numa união de várias vertentes da sociedade política e civil, em que o artesanato se enquadrava.

Estava assim lançada uma estratégia de intervenção para o artesanato que permitia “combinar os saberes tradicionais com saberes novos” (p.e. design, novas tecnologias de produção e marketing) e que se baseava “na mobilização e adaptação dos instrumentos disponíveis nas políticas de apoio às microempresas, de desenvolvimento local, de emprego, de educação e formação, de cultura, ciência e tecnologia” (cf. RCM n.º 136/97).

Após o lançamento do PPART, sentiu-se a necessidade de definir os conceitos de actividade artesanal e artesão, de modo a elaborar um conjunto de requisitos para que estas actividades fossem alvo de apoios específicos. É assim criado o Decreto-Lei n.º 41/2001, de 9 de Fevereiro, que seria alterado pelo Decreto - Lei nº110/2002, de 16 de Abril, que veio consagrar os seguintes conceitos:

- (i) *Actividade artesanal* – “actividade económica, de reconhecido valor cultural e social, que assenta na produção, restauro ou reparação de bens de valor artístico ou utilitário, de raiz tradicional ou contemporânea, e na prestação de serviços de igual natureza, bem como na produção e preparação de bens alimentares”. É ainda referido que a actividade artesanal deve manter uma “fidelidade para com os produtos tradicionais” sendo que o produto deve ser algo de “fabrico individualizado e genuíno”, mantendo uma abertura à inovação, à utilização de processos tecnológicos e matérias-primas, que por motivos ambientais, de higiene e segurança no trabalho, possam diminuir a “penosidade do processo produtivo ou rentabilizar a produção”, tendo presente que se deve preservar a qualidade e a natureza do produto artesanal.
- (ii) *Artesão* – “trabalhador que exerce uma actividade artesanal, dominando o conjunto de saberes e técnicas a ela inerentes, ao qual se exige um apurado sentido estético e perícia manual.” Os artesãos terão o seu estatuto reconhecido caso tenham a Carta de Artesão, um documento que profissionaliza o artesão.

---

<sup>6</sup> Resolução do Conselho de Ministros nº136/94, de 14 de Agosto – Aprova o Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais.

- (iii) *Unidade produtiva artesanal (UPA)* - “toda e qualquer unidade económica, legalmente constituída e devidamente registada, designadamente sob as formas de empresário em nome individual de responsabilidade limitada, cooperativa, sociedade unipessoal ou sociedade comercial que desenvolva uma actividade artesanal.”

A publicação da Portaria n.º 1193/2003 vem estabelecer as normas regulamentares emitidas pelos Decretos-Lei nº 41/2001 e 110/2002, definindo a tramitação processual relativa ao reconhecimento dos artesãos e de unidades produtivas artesanais e fixando as regras de organização e funcionamento do Registo Nacional do Artesanato. É criado um Grupo de Trabalho, tendo em vista a atribuição, suspensão e revogação das cartas de artesão e de unidade artesanal, assim como a profissionalização dos artesãos e a sua integração no sector económico, através da regularização da sua actividade fiscal e comprovação do domínio de saberes e técnicas com a apresentação de certificados que comprovem a frequência e aprovação em formação profissionais, ou comprovação de experiência profissional. Destinado à inscrição dos artesãos e das UPA acreditadas, o Registo Nacional do Artesanato integra: (i) O repertório de actividades artesanais, composto por uma lista de actividades artesanais em correspondência com a Classificação das Actividades Económicas; (ii) a secção dos artesãos que, organizada de acordo com o repertório, agrega informação relativa aos artesãos (p.e. identificação, morada, actividades desenvolvidas); e (iii) a secção das UPA que integra informação relativa à sua denominação social, forma jurídica, número de trabalhadores ou localização.

O repertório enquadra as actividades artesanais no âmbito dos seguintes treze grandes grupos de domínios:

- (i) Artes e ofícios têxteis (p.e. tecelagem e confecção de bordados).
- (ii) Artes e ofícios da cerâmica (p.e. olaria e azulejaria).
- (iii) Artes e ofícios de trabalhar elementos vegetais (p.e. cestaria e cordoaria).
- (iv) Artes e ofícios de trabalhar peles e couros (p.e. gravura em pele e fabrico de foles).
- (v) Artes e ofícios de trabalhar a madeira e a cortiça (p.e. carpintaria agrícola e marcenaria).
- (vi) Artes e ofícios de trabalhar o metal (p.e. gravura em metal e ourivesaria-filigrana).
- (vii) Artes e ofícios de trabalhar a pedra (p.e. cantaria e calcetaria).
- (viii) Artes e ofícios ligados ao papel e artes gráficas (p.e. fabrico de papel e encadernação).
- (ix) Artes e ofícios ligados à construção tradicional (p.e. arte de pedreiro e cerâmica de construção).

- (x) Restauro de património, móvel e integrado (p.e. restauro de têxteis e restauro de pintura).
- (xi) Restauro de bens comuns (p.e. restauro de instrumentos musicais e restauro de papel).
- (xii) Produção e confecção artesanal de bens alimentares (p.e. produção de azeite e fabrico de vinagres).
- (xiii) Outras artes e ofícios (p.e., salicultura e fabrico de perucas).

A definição do quadro das actividades artesanais, dos conceitos de artesão e UPA, bem como das normas regulamentares inerentes ao reconhecimento dos estatutos respectivos, e sua inscrição no Registo Nacional do Artesanato, a cargo da Comissão Nacional do PPART, constituindo elementos estruturantes para a renovação e valorização do sector das artes e ofícios, de modo a atenuar a marginalização do sector, colmatando algumas das seguintes metas operacionais, às quais a Comissão teve que, por compromisso, dar resposta (cf. Artigo 2.º do Capítulo I, do DL n.º 110/2002):

- (i) “Identificar os artesãos, as unidades produtivas artesanais e as actividades artesanais, conferindo-lhes maior visibilidade e valorização social e contribuindo, também, para a dignificação das profissões ligadas ao artesanato, nomeadamente junto dos mais jovens”;
- (ii) “Contribuir para uma adequada definição e ajustamento das políticas de incentivo e de discriminação positiva para o sector”;
- (iii) “Reforçar a consciência social da importância das artes e ofícios como meio privilegiado de preservação dos valores da identidade cultural do País e como instrumento de dinamização da economia e do emprego a nível local”;
- (iv) “Assegurar a produção de dados estatísticos que permitam obter informação rigorosa e actualizada sobre o sector, através do registo dos artesãos e das unidades produtivas artesanais”;
- (v) “Reforçar o papel das associações, bem como das federações ou outras estruturas representativas dos artesãos ou das unidades produtivas artesanais, na divulgação e promoção das artes e ofícios”.

Em 2001 é criada a FPAO (Federação Portuguesa de Artes e Ofícios), que tem contribuído para a regulamentação do sector do artesanato. A FPAO tem procurado contribuir activamente para o desenvolvimento do artesanato português, sensibilizando para que sejam

implementadas políticas que apoiem as artes e ofícios tradicionais, para que estas saiam da marginalização, e possa ser um “embaixador da identidade cultura dos portugueses”<sup>7</sup>.

Em suma, verifica-se o esforço que tem sido feito, no sentido de reconhecer o valor patrimonial e socioeconómico das artes e ofícios tradicionais para a “afirmação da identidade nacional, a criação de factores competitivos assentes na diferença, a promoção do desenvolvimento local e da fileira turística, a valorização de profissões com conteúdo criativo e a promoção do emprego qualificado” (cf. RCM n.º 136/97), sendo que actualmente o artesanato é uma actividade enquadrada jurídica e institucionalmente, e estruturada em termos associativos.

O artesanato tem sido alvo de alguns estudos, cujo objectivo tem sido caracterizar o sector, de modo a apresentar o estado das actividades artesanais, a fim de quantificar o número de artesãos existentes, tentando criar as bases que caracterizem sectorialmente o artesanato. Estes estudos têm sido muito importantes, sendo promovidos por entidades como o CRAT, o CEARTE e o IEFP, de onde se destaca o estudo, “O Sector das Actividades Artesanais em Portugal”, que ajuda a compreender a evolução do artesanato em Portugal, analisando de que modo esta actividade, apesar das suas debilidades, pode vir a realizar no seu futuro.

Este enquadramento legal e institucional foi fundamental para definir o artesanato, criando as bases de apoios pelo qual o artesanato se pode reger, deixando de ser encarada como uma actividade morta e tradicionalmente vista como uma “coitadinha”, mas algo com potencial, sendo uma alternativa válida de criação de emprego e riqueza, para além do seu carácter de representação simbólica de matéria histórica e identitária.

---

<sup>7</sup> Retirado de <http://www.fpao.org/>

### **Ponto III - Artesanato em Peniche – Objectivos de Intervenção**

#### **3.1. Visão Estratégica Global do PADAP**

O Plano de Acção para o Desenvolvimento do Artesanato em Peniche (PADAP) constitui um projecto que visa a elaboração de uma estratégia de promoção de um dos recursos endógenos que o município possui, designadamente o sector do artesanato.

Este projecto encontra eco pelo recente aumento do interesse demonstrado pelo que é mais tradicional e cuja sobrevivência se encontra ameaçada. A revitalização deste sector, constitui uma forma de geração de mais-valias económicas. O PADAP pretende actuar nos seguintes domínios:

- a) Recensear o número de artesãos por tipo de actividade/ produção, actualizando os dados relativos a este tecido produtivo;
- b) Caracterização das várias actividades do artesanato em Peniche;
- c) Incentivo ao aumento do número de artesãos e produtos;
- d) Criação de condições para o processo de certificação de produtos tradicionais como Rendas de Bilros, Doces de Peniche, materiais alusivos ao Mar, etc.
- e) Estímulo do relacionamento geracional, entre os artesãos mais velhos e os mais jovens, promovendo a troca de conhecimento e experiências entre gerações diferentes;
- f) Promoção do artesanato, a nível nacional e internacional, como identidade de Peniche;
- g) Sensibilização da população local sobre a importância de preservar esta tipologia de produção tradicional;
- h) Incentivo dos vários actores locais, Câmara Municipal, associações de artesãos, empresas, de modo a que contribuam de forma colectiva para o desenvolvimento do artesanato em Peniche;
- i) Promoção de eventos, como feiras de artesanato, que sejam um pólo dinamizador na divulgação dos produtos artesanais.

O PADAP pretende ser um instrumento que promova a estratégia local de promoção de um território, através da manutenção da autenticidade de recursos locais, enquanto actividades económicas, capazes de gerar emprego, e enquanto Património Cultural do município de Peniche. Considerando a problemática central de revalorização e promoção das produções que correspondem a elementos identitários, admite-se estar perante exemplos de recriação de práticas e de produtos ou artes tradicionais que se pretendem potenciar como símbolos da distinção de um local.

Este projecto visa a aposta na valorização das produções artesanais e manifestações culturais de cariz tradicional que possuem potencialidades e oportunidades susceptíveis de criar rentabilidades económicas consideráveis e serem um instrumento de promoção da imagem de Peniche no exterior.

É imprescindível encetar estratégias que visem a valorização das produções locais e que estejam integradas com outras actividades económicas, que potenciem a formação de uma massa crítica/escala de produção economicamente viável. No entanto, a valorização e qualificação de produções artesanais é vista como tendo um potencial económico relativamente modesto, por parte dos vários actores locais.

É importante criar condições para que esta actividade se torne atractiva não só para o aumento da produção, mas igualmente como um produto capaz de ter um escoamento assinalável e por, conseguinte, cativar empresários locais, que se mostrem interessados em comercializar as várias representações que o artesanato em Peniche possui, criando uma plataforma de colaboração, com múltiplas vantagens para a economia local.

Esta perspectiva encontra-se articulada com a problemática verificada do desenvolvimento de um território que apresenta debilidades (pela localização excêntrica na Região do Oeste e pela economia vincadamente ligada a sectores tradicionais como a pesca), mas cuja tendência de estagnação ou mesmo de retracção, pela crise que estes sectores têm vindo a conhecer, pode ser invertida através de estratégias de desenvolvimento que estimulem a procura turística e a dinamização do tecido económico e social local.

As várias manifestações culturais e artísticas apresentam complementaridades com outras actividades económicas, em que se destaca o turismo e o comércio, sendo importante que, na estratégia global de desenvolvimento económico de Peniche, exista a articulação entre todas as actividades económicas, aspecto essencial para que o artesanato não esteja “isolado” no que diz respeito às políticas de desenvolvimento.

Assim, o desenvolvimento de grande parte das actividades que podem favorecer a economia local, como o comércio, o turismo, a indústria e os serviços, de algum modo deve excluir o desenvolvimento da actividade artesanal e do património cultural, pois o artesanato representa potencialidades em termos de criação de benefícios importantes, como p.e., a promoção do Turismo em Peniche, que pode ser favorecida pelo impacto que os vários produtos artesanais representativos da identidade do concelho podem ter no exterior, no âmbito da promoção territorial.

Deste modo, todas as várias manifestações culturais e artísticas de Peniche, como o artesanato, devem integrar as estratégias de Desenvolvimento Local, com base em medidas

políticas que garantam a sua projecção e integração com os restantes recursos, numa lógica de desenvolvimento integrado.

A intervenção decorrente do PADAP deverá contribuir para a manutenção do rigor e da definição das produções e produtos que constituem um elemento identitário de Peniche, ou seja, manter a originalidade que desde sempre caracterizou os vários produtos. No entanto, é preciso ter presente que estes não podem estar parados no tempo, tendo que se inovar, de modo a triunfar, e obter receitas que permitam a sobrevivência desta actividade. No processo de divulgação do território a partir dos diferentes produtos alimentares e não alimentares, comercializáveis, será incontornável a segmentação do mercado-alvo, de acordo com as diferentes tipologias anteriormente identificadas. Além disso, as possíveis relações a estabelecer com outros domínios, como p.e., o turismo cultural, deverão ser acauteladas de acordo com a vocação de cada produto/produção no seu enquadramento territorial.

O município de Peniche possui condições favoráveis para que o artesanato represente uma das “bandeiras” do território, pela importância que representa para a respectiva história, sendo um marco do seu património, com condições para estimular o desenvolvimento das várias actividades económicas, acima referenciadas.

### **3.2. Enquadramento da Área de Estudo – Peniche**

O município de Peniche situa-se no limite sul do distrito de Leiria, sendo um dos 13 municípios que compõe a sub-região do Oeste, com uma área de 77,6 km<sup>2</sup>, e divide-se em 6 freguesias. Três são urbanas - Ajuda, Conceição e São Pedro - que formam a área da cidade, e 3 freguesias rurais - Atouguia da Baleia, Ferrel e Serra D’EL Rei.

O território de Peniche reflecte bem a diversidade territorial dos concelhos do litoral afastados das Áreas Metropolitanas, caracterizados por aglomerados urbanos de maior concentração demográfica (freguesias da Ajuda, Conceição e São Pedro, que constituem a unidade “Cidade de Peniche”) e por núcleos urbano-rurais de menor densidade mas com forte expressão de paisagem humanizada e dinâmica de actividades (Atouguia da Baleia, Ferrel e Serra d’El Rei).

A sua paisagem natural é bastante apreciada, pelas suas praias, que têm vindo a ganhar destaque internacional pelas provas de surf, que tem potenciado um reconhecimento além-fronteiras do município. Outra particularidade de Peniche prende-se com o arquipélago das Berlengas, um importante marco nacional, com uma grande riqueza e diversidade de fauna e flora, sendo uma das candidaturas em análise pela UNESCO, como Reserva da Biosfera, que a ser aceite, seria um reconhecimento da plenitude da beleza e diversidade das ilhas Berlengas.

No município de Peniche, do seu património arquitectónico destaca-se a Fortaleza que serviu de protecção às invasões marítimas, e foi utilizada mais tarde como edifício prisional, tendo actualmente um museu integrado. Também as igrejas de todo o concelho retratam bem a riqueza arquitectónica local.

Nas últimas décadas, Peniche tem revelado uma evolução positiva moderada da sua população residente, acompanhando a tendência da maioria dos municípios do Oeste, estando em 2009 situado em quinto lugar quanto ao número de residentes da sub-região Oeste (Quadro 1).

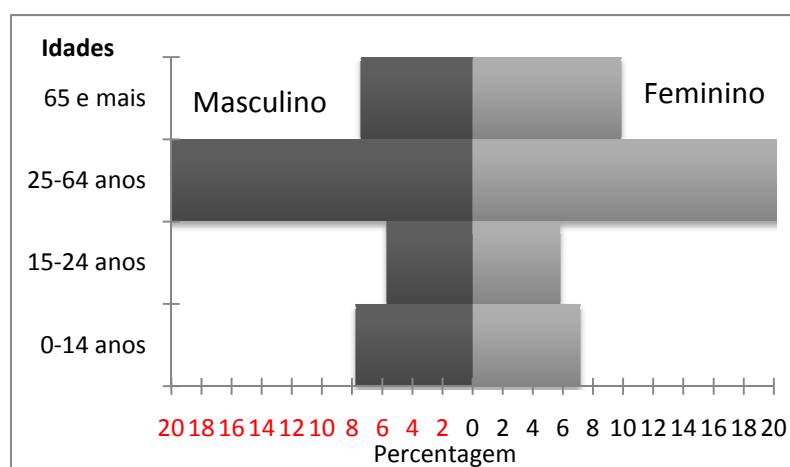
**Quadro 1-Evolução da população residente, entre 1991 e 2009**

Concelho	1991		2001		2009		Var. 1991-2001	Var. 2001-2009
	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Alcobaça	54.382	17,2	55.376	16,3	55.617	15,2	1,8	0,5
Alenquer	34.098	10,8	39.180	11,6	47.396	12,9	14,9	0,4
Arruda dos Vinhos	9.364	3,0	10.350	3,1	12.586	3,4	10,5	21,0
Bombarral	12.727	4,0	13.324	3,9	13.819	3,8	4,7	21,6
Cadaval	13.516	4,3	13.943	4,1	14.694	4,0	3,2	3,7
Caldas da Rainha	43.205	13,7	48.846	14,4	53.017	14,5	13,1	5,4
Lourinhã	21.596	6,8	23.265	6,9	25.786	7,0	7,7	8,5
Nazaré	15.313	4,9	15.060	4,4	14.383	3,9	-1,7	10,8
Óbidos	11.188	3,5	10.875	3,2	11.397	3,1	-2,8	-4,5
Peniche	25.880	8,2	27.315	8,1	28.656	7,8	5,5	4,8
Sobral de Monte Agraço	7.245	2,3	8.927	2,6	10.694	2,9	23,2	4,9
Torres Vedras	67.185	21,3	72.250	21,3	77.997	21,3	7,5	19,8
<b>Total Oeste</b>	<b>315.699<sup>8</sup></b>	<b>100,0</b>	<b>338.711</b>	<b>100,0</b>	<b>366.042</b>	<b>100,0</b>	<b>7,3</b>	<b>8,0</b>

Fonte: INE

A estrutura etária, da população de Peniche sofre alguns dos mesmos constrangimentos do resto do país, apresentando uma configuração associada a um elevado índice de envelhecimento, ou seja, em que a população idosa é superior à jovem.

**Gráfico 1-Estrutura etária, segundo o género**



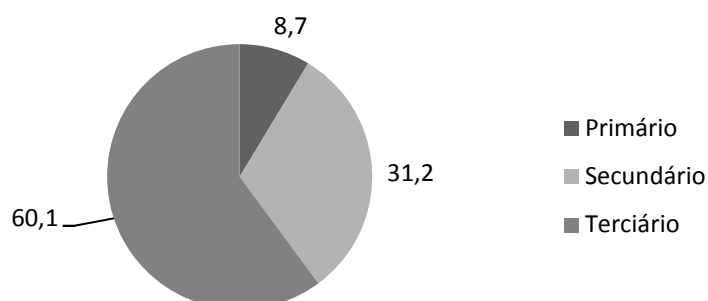
Fonte: dados do INE; elaboração própria

<sup>8</sup> Para efeitos de análise não foi considerado o concelho de Mafra com 43.731, que em 1991 fazia parte da NUT III do Oeste, sendo posteriormente integrado na NUT III da Grande Lisboa



Quanto à divisão dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, verifica-se um forte predomínio do sector terciário, embora o sector primário e secundário ainda tenham alguma importância no campo da empregabilidade no município (Gráfico 1).

**Gráfico 2- Estrutura da População Activa, por sector de actividade, segundo os trabalhadores dependentes nos estabelecimentos do município (2008)**



Fonte: dados do INE; elaboração própria

Com um importante porto de pesca, Peniche mantém a sua tradição no âmbito da actividade piscatória, que se transformou num dos símbolos locais, com um peso importante no campo do emprego e da actividade empresarial.

O sector secundário não está muito dissociado do sector primário, já que a maior parte da indústria se dedica à transformação dos produtos agrícolas e do pescado. Verifica-se igualmente, um número significativo de empresas ligadas à indústria da madeira e de produtos metálicos. O sector da construção apresenta, igualmente, um número significativo de empresas (Quadro 2).

**Quadro 2-Número de Empresas da Indústria Transformadora em Peniche, 2008**

CAE (rev.3)	Nº	%
Indústrias alimentares	35	25,5
Indústria do vestuário	5	3,6
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	21	15,3
Impressão e reprodução de suportes gravados	5	3,6
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	4	2,9
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	7	5,1
Indústrias metalúrgicas de base	1	0,7
Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos	28	20,4
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	3	2,2
Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis	1	0,7
Fabricação de outro equipamento de transporte	5	3,6
Fabrico de mobiliário e de colchões	13	9,5
Outras indústrias transformadoras	2	1,5
Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	7	5,1
<b>Total</b>	<b>137</b>	<b>100,0</b>

Fonte: INE

O sector terciário tem assumido um protagonismo cada vez maior, no papel de dinamização do município, especialmente pelo impacto do desenvolvimento do Turismo, que têm tido um papel cada vez mais relevante na vida económica de Peniche. De facto, o turismo tem ganho um lugar de destaque neste município, pela qualidade das suas praias, que têm ganho relevo pela organização de provas de surf, uma modalidade que tem cativado um número significativo de amantes da modalidade, ajudando desse modo a transmitir uma imagem de um território na “Crista da Onda”.

**Quadro 3-Número de Empresas em Peniche, 2008**

<b>CAE (rev.3)</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*	128	4,4
B - Indústrias Extractivas	2	0,1
C - Indústrias Transformadoras	137	4,7
D - Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1	0,03
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição	1	0,03
F - Construção	492	16,8
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	764	26,1
H - Transportes e armazenagem	50	1,7
I - Alojamento, restauração e similares	375	12,8
J - Actividades de informação e de comunicação	21	0,7
L - Actividades Imobiliárias	55	1,9
M - Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	187	6,4
N - Actividades administrativas e dos serviços de apoio	109	3,7
P - Educação	123	4,2
Q - Actividades de saúde humana e apoio social	128	4,4
R - Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	73	2,5
S Outras Actividades de serviços	278	9,5
<b>Total</b>	<b>2.924</b>	<b>100,0</b>

Fonte: INE

\* O INE, nesta CAE apenas coloca os dados da Pesca

O sector primário ainda tem grande importância em Peniche, pois neste município verifica-se que parte da população ainda está ligada ao sector da pesca, como os pescadores ou as mulheres que remendam as redes, ou os agricultores que cultivem os produtos frescos para vender (Quadro 4).

**Quadro 4-Número de empregados em Peniche, 2008**

CAE (rev.3)	Nº	%
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*	600	7,6
B - Indústrias Extractivas	-	-
C - Indústrias Transformadoras	1.325	16,7
D - Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	-
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição	-	-
F - Construção	1.206	15,2
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	2.001	25,2
H - Transportes e armazenagem	146	1,8
I - Alojamento, restauração e similares	840	10,6
J - Actividades de informação e de comunicação	25	0,3
L - Actividades Imobiliárias	79	1,0
M - Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	237	3,0
N - Actividades administrativas e dos serviços de apoio	556	7,0
P - Educação	141	1,8
Q -Actividades de saúde humana e apoio social	286	3,6
R - Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	86	1,1
S Outras Actividades de serviços	309	3,9
<b>Total</b>	<b>7.938</b>	<b>100,0</b>

Fonte: INE

\* O INE, nesta CAE, apenas coloca os dados da Pesca

Quanto à absorção de empregados em Peniche, destacam-se três sectores; a indústria transformadora, a construção e o comércio. Nota-se que a Pesca continua a representar um sector ainda muito importante na vida económica do município, ao empregar um número ainda significativo de pessoas, juntamente com as Indústrias agro-alimentares (Quadro 5), que se relaciona com a vocação piscatória de Peniche.

**Quadro 5-Número de empregados da indústria transformadora em Peniche, 2008**

CAE (rev.3)	Nº	%
10 Indústrias alimentares	814	61,8
14 Indústria do vestuário	5	0,4
16 Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	63	4,8
18 Impressão e reprodução de suportes gravados	12	0,9
22 Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	120	9,1
23 Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	54	4,1
25 Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos	81	6,1
28 Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	9	0,7
30 Fabricação de outro equipamento de transporte	109	8,3
31 Fabrico de mobiliário e de colchões	26	2,0
33 Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	25	1,9
<b>Total</b>	<b>1.318</b>	<b>100,0</b>

Fonte: INE

No que toca à dimensão das empresas, verifica-se que a maioria é de dimensão muito reduzida quanto ao número de empregados, o que reflecte a realidade empresarial do município (Quadro 6).

**Quadro 6-Empresas em Peniche, segundo o escalão de pessoal ao serviço, 2008**

Nº de pessoas	Nº	%
< 10	2.797	95,7
10-49	112	3,8
50-249	14	0,5
>250	1	0,03
<b>Total</b>	<b>2.924</b>	<b>100,0</b>

Fonte: INE

### **3.3. Expressão e significado das actividades artesanais em Peniche**

Peniche conhece uma forte tradição no âmbito das manifestações culturais e tradicionais, pelo que se observa que a oferta de artesanato é bastante diversificada. De facto, existem vários exemplos de produtos artesanais bastante apreciados, como p.e., as rendas de bilros, os “amigos de Peniche”, as miniaturas de madeira que simbolizam os barcos (ligação de Peniche com o Mar). Estes produtos artesanais são importantes como “imagem local de Peniche”, e estão de forma intrínseca ligados ao sector do turismo, pela qualidade e genuinidade que os caracteriza, sendo produtos com uma grande procura, especialmente pelo seu carácter único, ao não serem encontrados facilmente em qualquer local.

Os traços e manifestações culturais encontram-se bastante enraizados em Peniche, aspecto que faz com que o artesanato seja capaz de imprimir uma marca identitária forte, sendo um factor de distinção que Peniche possui, constituindo um meio de promoção do território, especialmente no âmbito turístico.

A caracterização das actividades artesanais em Peniche foi dividida em três partes, que correspondem aos três grandes grupos de artesanato verificados no concelho. Trata-se de uma análise que pretende avaliar as três grandes formas de representação do artesanato em Peniche: manualidades e artes decorativas; artesanato alimentar; rendas de bilros.

Esta análise teve como suporte a realização de três inquéritos, numa colaboração entre o Gabinete Oliveira das Neves e a Câmara Municipal de Peniche, cujos objectivos foram:

- (i) providenciar um olhar sobre o estado da actividade, caracterizando quem produz as peças de artesanato, de modo a poder compreender o porquê da sua ligação a esta actividade e se conseguem retirar do artesanato proveitos económicos;
- (ii) obter uma visão mais esclarecida e crítica dos artesãos, de modo a recolher sugestões sobre medidas que possam contribuir para desenvolver o artesanato.

### **3.3.1. A dimensão dos Artesãos de Peniche**

Como se referiu, o Inquérito aos Artesãos de Peniche (Anexo I) constituiu um instrumento de leitura do estado desta actividade. Este inquérito incidiu numa amostra de 32 artesãos, sendo realizado por técnicos da Câmara Municipal de Peniche.

Numa primeira fase procedeu-se à caracterização socio-demográfica dos artesãos, avaliando a faixa etária, o género, a escolaridade obtida e a frequência de formação profissional ligada ao artesanato, de modo a perceber se a formação teve impacto significativo no desenvolvimento das capacidades dos artesãos, especialmente no âmbito da inovação e criatividade.

Uma das debilidades que o artesanato em Peniche conhece prende-se com a faixa etária dos artesãos, pelo peso dos artesãos nascidos na década de 50 do século passado (34,4%), seguido pelo dos que nasceram cerca de 20 anos depois (28,1%), factor que pode constituir uma ameaça séria na sobrevivência do artesanato, no sentido em que o conhecimento dos saberes e técnicas artesanais se encontra nas mãos de elementos mais idosos. Assim, existe o risco acrescido de, com o desaparecimento destes, não existir continuidade, de modo a que um dos grandes desafios do artesanato de Peniche é revitalizar a sua mão-de-obra, com possibilidade de duplo ganho, no âmbito do rejuvenescimento dos artesãos e pelo cariz mais moderno e inovador que os jovens são capazes de oferecer ao artesanato.

No campo da escolaridade, predomina o ensino secundário, o que se pode explicar pelo forte peso dos artesãos nascidos na década de 70, que atingiram qualificações mais altas. Alguns artesãos possuem o ensino superior, o que pode propiciar uma maior inovação e criatividade do sector (Quadro 7).

No que diz respeito ao género dos artesãos, assiste-se a um predomínio dos artesãos do género feminino em relação ao masculino.

**Quadro 7- Caracterização dos artesãos**

Atributos	Nº	%
Género (total)	32	100,0
• Masculino	13	40,6
• Feminino	19	59,4
Ano Nascimento (total)	32	100,0
• 1931 - 1940	3	9,4
• 1941 - 1950	3	9,4
• 1951 - 1960	11	34,4
• 1961 - 1970	4	12,5
• 1971 - 1980	9	28,1
• 1981 - 1990	2	6,3
Escolaridade (total)	32	100,0
• Sem grau de ensino	0	0,0
• 1º Ciclo	4	12,5
• 2º Ciclo	1	3,1
• 3º Ciclo	9	28,1
• Ensino Secundário	14	43,8
• Ensino Profissional	0	0,0
• Ensino Superior	4	12,5

Fonte: *Inquérito aos artesãos de Peniche*, C.M. Peniche.

A freguesia da Ajuda alberga a maior parte dos artesãos, mais de 50% (Quadro 8). Esta freguesia, que corresponde ao centro do Concelho de Peniche, é consequentemente o local mais dinâmico e com mais visitantes, factores que possibilitam um melhor escoamento dos produtos.

**Quadro 8- Distribuição dos inquiridos pelas freguesias**

Freguesia	Nº	%
Ajuda	17	53,1
Atouguia da Baleia	6	18,8
Conceição	5	15,6
Ferrel	2	6,3
São Pedro	2	6,3

Fonte: *Inquérito aos artesãos de Peniche*, C.M. Peniche.

Apesar do envelhecimento dos inquiridos, um número significativo destes revela ter frequentado formação profissional, nomeadamente cursos ligados às Belas Artes, factor que contribuiu para o desenvolvimento de novas práticas na concepção dos produtos artesanais, que ofereceu ao artesanato um conteúdo mais moderno e inovador, virado para o século XXI, e para as exigências do mercado, sempre ávido de novidades. A inovação e modernidade dos produtos artesanais são essenciais para a sobrevivência desta prática, no sentido em, que ao surgirem novos produtos, sejam cativados dos novos compradores, sendo assim um forte estímulo para a economia local, mais em concreto o sector do turismo, com o qual o artesanato se encontra ligado. A aposta em formações profissionais é um dos pontos específicos em destaque (Quadro 9), nomeadamente no ponto das orientações estratégicas, como instrumento capaz de desenvolver o artesanato em Peniche.

**Quadro 9-Número de Inquiridos que frequentaram Formação Profissional**

	Nº	%
Sim	19	59,4
Não	13	40,6
Total	32	100,0

Fonte: *Inquérito aos artesãos de Peniche*, C.M. Peniche.

O artesanato ocupa um lugar de complementar, no que diz respeito à condição face à actividade (Quadro 10), sendo ainda visto como um passatempo, fazendo com que a produção de peças de artesanato não adquira uma maior expressão ao nível da economia local, ocupando um lugar de “hobby”, ou seja, um passatempo (Quadro 11).

**Quadro 10-Meios de subsistência**

	Nº	%
Outro trabalho	23	71,9
Pensão/ Reforma	5	15,6
Artesanato	2	6,3
Rendimentos de Propriedade	1	3,1
Outra situação	1	3,1
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>100,0</b>

Fonte: *Inquérito aos artesãos de Peniche*, C.M. Peniche.

**Quadro 11- Condição face à actividade de artesanato**

	Nº	%
Trabalhador por conta própria sem fins lucrativos (passatempo)	19	59,4
Trabalhador por conta própria com fins lucrativos	12	37,5
Trabalhador por conta de outrem	1	3,1
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>100,0</b>

Fonte: *Inquérito aos artesãos de Peniche*, C.M. Peniche.

Esta visão é reforçada pela inexistência de respostas quanto ao rendimento obtido na concepção e execução dos produtos artesanais, pois muitos artesãos têm outra profissão como actividade principal, que é a responsável pelo sustento, sendo o artesanato visto como um complemento modesto, no seu rendimento.

Assim, é importante dotar o artesanato de mecanismos que tornem esta actividade mais compensadora, através de políticas, em especial de marketing, que cativem mais interessados em adquirir os produtos artesanais. Isto permitiria um *upgrade* significativo no rendimento dos artesãos, e como consequência, ao representar esta actividade um acréscimo significativo no rendimento dos artesãos, cativar novas pessoas, nomeadamente os jovens mais dotados, fazendo com que esta actividade tenha uma posição de relevo como motor auxiliar de Desenvolvimento Local e gerador de riqueza.

A partir da análise do volume de facturação dos artesãos, procurou-se avaliar a mais-valia económica que esta actividade pode representar no respectivo rendimento. No entanto, apenas um número muito reduzido de inquiridos revela valores, sendo que a maioria respondeu que não tem noção dos rendimentos desta actividade, ou que os mesmos são bastante variáveis, pela irregularidade da procura, que reforça a visão do reduzido impacto que o artesanato representa no âmbito da geração de mais-valias económicas.

Associado ao impacto reduzido que o artesanato representa no rendimento de cada artesão, existe um número reduzido de horas dispendido para a sua produção. Com efeito, observa-se um peso significativo de inquiridos que revela dedicar menos de 4 horas diárias, à prática da actividade (Quadro 12), circunstância que reforça a conclusão de que o artesanato é apenas um “hobby” e um complemento à actividade principal.

**Quadro 12-Número de horas por dia, dedicadas à actividade do Artesanato**

	Nº	%
Menos de 2 horas	10	31,3
De 2 a 4 horas	14	43,8
De 5 a 7 horas	5	15,6
Mais de 7 horas	2	6,3
Não responde	1	3,1
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>100,0</b>

Fonte: *Inquérito aos artesãos de Peniche*, C.M. Peniche.

A actividade é predominantemente realizada em casa dos próprios artesãos (Quadro 13), sendo pouco significativo o peso da produção em estabelecimentos ou empresas, o que pode explicar a quase inexistência de uma produção de artesanato virada para a comercialização dos produtos nos grandes espaços de consumo. Acresce o facto de os artesãos trabalharem isolados, não estando coordenados entre si. Se estivessem, isso poderia possibilitar uma produção mais criativa e inovadora. Com efeito, em 32 inquéritos, apenas um artesão referiu trabalhar com outras pessoas, enquanto os 30 restantes indicaram trabalhar sozinhos (um dos inquiridos é monitor de artesanato, não produz peças de artesanato).

**Quadro 13-Local de trabalho do artesão**

Local de trabalho	Nº	%
Casa	24	75,0
Associação Local das Artes (ALA)	2	6,3
Escola Oficina	2	6,3
Casa/ Escola - oficina	1	3,1
Casa/ Estabelecimento	1	3,1
Empresa (Pregaminho)	1	3,1
Não se aplica	1	3,1
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>100,0</b>

Fonte: *Inquérito aos artesãos de Peniche*, C.M. Peniche.



A existência de um espaço com uma infra-estrutura que contribuisse para a formação dos artesãos poderia funcionar como um estímulo à interacção entre estes, fomentando assim a troca de ideias, perspectivas e métodos de trabalho, ligando assim os artesãos, entre si, que são os maiores interessados no florescimento da actividade, de modo a que estes estejam unidos e caminhem na mesma direcção, no desenvolvimento do artesanato.

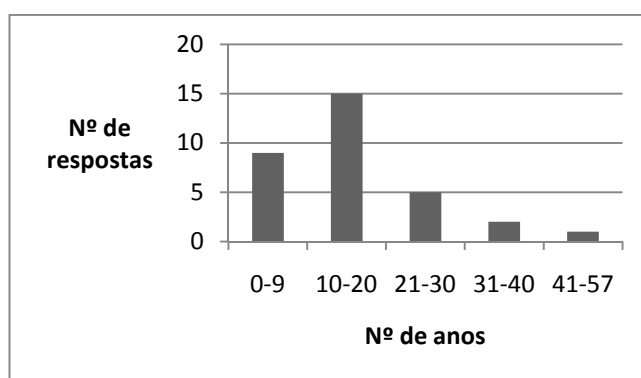
Outra dimensão cujas respostas são bastante convergentes refere-se ao acesso às matérias-primas havendo 29 artesãos que referiram que as compravam directamente nas lojas. Apenas três artesãos indicam outro meio na obtenção das matérias-primas (loais como feiras, carpintarias e armazéns), sendo também referida a reciclagem de produtos.

No tocante ao tipo de materiais, adquiridos para a produção de artesanato, verifica-se uma grande diversidade quanto aos produtos, predominando as tintas, as madeiras e os pincéis. Corresponde ao perfil ligado à criação de peças relacionadas com o mar, como os barcos de marinheiros. Tratam-se de materiais usados nas pinturas (acrescem molduras e telas), outro tipo de arte muito praticada em Peniche.

No que diz respeito, aos locais onde os artesãos se deslocam para adquirir materiais para a produção das peças, existe um peso significativo dos concelhos limítrofes de Peniche, com especial relevo para as Caldas da Rainha, superando mesmo Peniche, como local preferencial para a compra de produtos.

Os artesãos com menos de 20 anos de prática desta actividade têm um peso significativo entre os inquiridos (Gráfico 3), uma vez que boa parte destes nasceu na década de 50 do século passado.

**Gráfico 3-Número de anos de actividade de artesão**



Fonte: *Inquérito aos artesãos de Peniche*, C.M. Peniche.

Quanto à oferta de artesanato, esta é considerada como sendo escassa por mais de metade dos inquiridos (Quadro 14), uma apreciação que sugere que uma dinamização da oferta poderia trazer ganhos relevantes para os produtores de muitas das peças de artesanato do Peniche.

**Quadro 14-Apreciação da oferta de artesanato**

	Nº	%
Escassa	19	59,4
Nem escassa, nem abundante	7	21,9
Abundante	5	15,6
Não responde	1	3,1
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>100,0</b>

Fonte: *Inquérito aos artesãos de Peniche*, C.M. Peniche.

Para criar uma estratégia que desenvolva o artesanato, foi importante recolher as opiniões dos artesãos, sobre as possíveis medidas, na óptica deles, a implementar no intuito de desenvolver este sector. A medida mais referida pelos artesãos, remete para a organização de mais eventos e certames (Quadro 14), o que demonstra o interesse dos artesãos pelos mecanismos que possibilitem o incremento da divulgação, com a possibilidade de poderem mostrar e vender os seus produtos.

**Quadro 15-Ações - tipo visando aumentar a produção de artesanato de Peniche**

	Nº
Criar mais eventos e certames	15
Organizar workshops	10
Beneficiar do apoio da câmara municipal	8
Criar uma associação local de artesãos	8
Criar uma plataforma de comercialização local	4
Outro	15

Fonte: *Inquérito aos artesãos de Peniche*, C.M. Peniche.

Existem outras possíveis medidas referidas pelos artesãos, que foram agrupadas em três grupos: a criação de infra-estruturas (nove respostas), a aposta na formação/qualidade (cinco respostas) e a venda na rua (uma resposta). Constata-se que esta preferência pelas novas infra-estruturas, que foram apontadas pelos artesãos como sendo úteis ao desenvolvimento do artesanato, vai de encontro à resposta referente à criação de mais eventos e certames.

A aposta na formação não é esquecida pelos artesãos, que a consideram como positiva para o incremento da produção de artesanato, no sentido de propiciar uma melhoria nos níveis de qualificação dos artesãos e da qualidade dos seus produtos. Com formação, existiria a passagem de conhecimentos incentivadores da inovação e da criatividade, factores importantes para o desenvolvimento do artesanato de qualidade em Peniche.

Esta estratégia poderia permitir o rejuvenescimento do sector, através da passagem de “testemunho” dos mais velhos para os mais novos, contribuindo para a manutenção dos conhecimentos, técnicas e métodos “vivos”, gerando uma ponte entre o passado rico de

Peniche é um futuro inovador e não deixando assim esta mais-valia de inegável valor perder-se.

A percepção dos artesãos quanto à tipicidade das suas peças de artesanato (se as consideram típicas de Peniche ou não), constitui um dado importante para avaliar se estas têm sido feitas de acordo com as tradições e os elementos característicos de Peniche (mar, pesca, ...). Mais de 50% dos artesãos consideram as suas peças como típicas do Concelho, em especial ligadas à temática do mar e dos pescadores, um símbolo do município (Quadro 16).

**Quadro 16-Apreciação de tipicidade penichense das peças de artesanato**

	Nº	%
Sim	18	56,3
Não	12	37,5
Depende	2	6,3
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>100,0</b>

Fonte: *Inquérito aos artesãos de Peniche*, C.M.

Outra temática artesanal foi a das rendas de bilros, que os artesãos consideram como sendo algo típico e característico da região. Existiu também um número significativo de respostas traduzindo o facto de as peças de artesanato fabricadas não terem muito a ver com os costumes e tradições de Peniche, pois podem ser relacionadas com outros locais, e não directamente com Peniche.

Das peças de artesanato consideradas pelos artesãos como mais típicas do artesanato de Peniche, destacam-se: Arte de Marinheiro, Barcos à Escala, Quadro de Nós e Rendas de Bilros (Quadro 17). Estas respostas demonstram os dois símbolos-chave do artesanato de Peniche, que são então as referências fortes da cultura e da tradição deste município: a ligação à temática do mar e das rendas de bilros.

**Quadro 17-Peças típicas do artesanato de Peniche**

	Nº
Renda de Bilros	32
Barcos à Escala	30
Arte de Marinheiro	29
Quadros de Nós	28
Escultura em Pedra	21
Pinturas com motivos marinhos	20
Cerâmica	13
Peças em Estanho	10
Pintura em Têxteis	9
Bijutaria	5

Fonte: *Inquérito aos artesãos de Peniche*, C.M. Peniche.

A análise da sazonalidade da procura das peças de artesanato aponta como melhor altura do ano para a venda o Verão, beneficiando da forte atractividade turística de Peniche nesta estação, oportunidade que os artesãos encaram como sendo a melhor (Quadro 18).

**Quadro 18-Melhor época para a venda de artesanato**

	Nº
Verão	22
Natal	7
Páscoa	1
Todos os meses do ano	2
Outra	4

Fonte: *Inquérito aos artesãos de Peniche*, C.M. Peniche.

Para obter os índices de criatividade e inovação, questionou-se os artesãos acerca da criação de novos produtos, tendo uma parte considerável dos artesãos indicado que tem tentado criar novos produtos (Quadro 19), uma maneira de diversificar a oferta. Na justificação do “carácter inovador”, várias hipóteses foram apontadas, mas os artesãos convergiram na referência à tentativa de aplicar novas técnicas.

**Quadro 19-Criação de novos produtos**

	Nº	%
Sim	24	75,0
Não	7	21,9
Não responde	1	3,1
Total	32	100,0

Fonte: *Inquérito aos artesãos de Peniche*, C.M. Peniche.

Para os artesãos não existem dois trabalhos iguais, todas as peças tem algo diferente e único pois além, das técnicas serem distintas, o próprio cunho que o artesão oferece a cada peça é diferenciador, bem como o tipo de material ao dispor, factores que originam a criação de peças que se podem distinguir entre si.

Na análise do tipo de produto mais procurado actualmente, constata-se uma diversidade de respostas que torna difícil extrair conclusões. Este facto pode ser demonstrativo da heterogeneidade dos produtos de artesanato em Peniche, ou seja, uma oferta que não está confinada apenas a um produto, mas que se dispersa por uma vasta gama de produtos, típicos de Peniche e outros.

No tocante à existência de acordos para o fornecimento de artesanato, apenas cinco artesãos responderam positivamente.

Quanto ao acesso dos artesãos a algum tipo de apoios para a produção/ venda das suas peças, apenas dois referiram ter recebido apoios, um através da cedência de um espaço da Associação e outro via Escola de formação.

Observa-se um grande predomínio da venda de artesanato dentro do Concelho, existindo pouca iniciativa para a venda fora de Peniche (Quadro 20).

**Quadro 20-Modalidades de venda do artesanato confeccionado**

	No Concelho	Fora do Concelho	Não se aplica
Através de um intermediário	-	1	32
Coloca num espaço comercial (1)	7	4	23
Através de uma associação local, regional ou nacional ligada ao artesanato	1	2	30
Vende directamente ao consumidor (2)	13	8	13
Vende essencialmente no Festival Sabores do Mar	17	-	15
Vende noutros eventos	7	1	25
Outra	7	1	25

(1) As 2 respostas em que os artesãos revelam vender dentro e fora do concelho.

(2) As 8 respostas que revelaram a venda fora do Concelho também incluem a venda dentro do concelho.

Fonte: *Inquérito aos artesãos de Peniche*, C.M. Peniche.

Quanto à principal dificuldade apontada pelos artesãos para desenvolver a sua actividade (Quadro 21), foi apontada a pouca procura para os seus produtos, como uma barreira que limita a expansão do sector em Peniche. Uma explicação para as dificuldades atribui-se como causa a insuficiência do apoio que a autarquia presta aos seus artesãos, sendo preconizada uma atitude mais activa por parte da Câmara Municipal no sentido de impulsionar o desenvolvimento da actividade dos artesãos.

**Quadro 21-Principais dificuldades encontradas na actividade de artesanato**

	Nº
Falta de apoio financeiro	4
Pouca procura	11
Muita oferta/ concorrência	4
Falta de apoio autárquico	8
Outro	11

Fonte: *Inquérito aos artesãos de Peniche*, C.M. Peniche

### 3.3.2. Artesanato alimentar de Peniche – Elementos de Análise

Outro dos ramos do artesanato situa-se no campo da produção alimentar, existindo produtos bastante apreciados e conhecidos dentro e fora dos limites concelhios de Peniche, de onde se destacam os bolos tradicionais (Esses, Pastéis e Amigos de Peniche).

Após a elaboração do Inquérito aos artesãos de Peniche (Anexo II), prolongou-se o levantamento dos vários tipos de artesanato, de modo a que se pudesse caracterizar e analisar, nomeadamente, a importância do ramo alimentar do artesanato. Este Inquérito foi aplicado a 10 unidades artesanais do sector alimentar (Quadro 22).

**Quadro 22-Principal actividade das unidades artesanais**

	Nº	%
Pastelaria/ Panificação	5	50,0
Pastelaria	3	30,0
Cervejaria	1	10,0
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0</b>

Fonte: *Inquérito aos artesãos do sector alimentar de Peniche*, C.M.Peniche

A apetência dos inquiridos no tocante à ligação com os produtos de artesanato alimentar relaciona-se com a sua ocupação profissional, sendo que estão todos eles ligados ao ramo alimentar, em especial com o fabrico de pastelaria e panificação.

Um aspecto a realçar é o facto de metade dos inquiridos, revelar que a empresa foi fundada na década de 80 do século XX, reflexo da importância que o artesanato alimentar pode representar na economia local. Com efeito, como revela a questão seguinte, três unidades indicam ter acima de 15 colaboradores/trabalhadores, existindo quatro unidades com 6 a 14 colaboradores/ trabalhadores e, por fim, três unidades que afirmam ter menos de 5 colaboradores/trabalhadores, expressando uma significativa diversidade na dimensão das empresas existentes em Peniche que se dedicam ao artesanato alimentar.

Através da relação entre o tipo de actividade principal e a dimensão do pessoal ao serviço, verifica-se que as unidades que se dedicam à pastelaria e à panificação, têm uma dimensão superior quanto ao número de colaboradores/ funcionários, como se verifica no quadro nº23.

**Quadro 23-Número de unidades artesanais, por dimensão do pessoal ao serviço**

	< 5	4-14	>15
Pastelaria/ Panificação	-	1	2
Pastelaria	-	3	1
Cervejaria	1	2	-

Fonte: *Inquérito aos artesãos do sector alimentar de Peniche*, C.M.Peniche

Em termos de actividades de fabrico, o conjunto regista uma interessante diversidade de produtos artesanais ligados ao ramo alimentar sendo confeccionados vários tipos de doces, sobretudo Esses, Amigos de Peniche, Penichenses, Peixes de Peniche e São Marcos, os mais referidos pelos inquiridos. Estas respostas convergem com a referência dos inquiridos, quanto aos doces mais característicos de Peniche: os Esses e os Amigos de Peniche.

Quanto ao género dos trabalhadores, observa-se uma divisão aproximadamente equitativa entre trabalhadores do sexo feminino e do sexo masculino. Constata-se também que os produtores, pelo facto de a produção e venda ter um âmbito predominantemente local, conhecem-se na generalidade. Os conhecimentos das receitas tradicionais provêm na sua maioria das experiências de trabalho e da utilização de receitas antigas, não havendo alterações quanto às receitas originais, ou seja, os produtores tentam manter a essência original dos doces e bolos de Peniche.

A formação profissional teve um reduzido impacto, não só no desenvolvimento das técnicas mas também principalmente no tocante aos motivos que levaram os inquiridos a desenvolver este gosto pela doçaria.

Um dado interessante transmitido pelo Inquérito assenta no facto de muitos inquiridos revelarem que se deslocam para fora de Peniche para adquirirem os materiais necessários para a confecção dos respectivos produtos. No entanto, apesar de no inquérito ser questionado o tipo de materiais necessários, nenhum inquirido faz referência aos mesmos, indiciando a diversidade existente.

Não existe uma noção do peso que o artesanato alimentar representa no âmbito da facturação anual das unidades, supondo-se um papel complementar desta actividade em relação às respectivas actividades principais.

O processo de valorização e certificação da doçaria local de Peniche é encarado pelos inquiridos como algo importante, no sentido em que, ao terem os seus produtos reconhecidos como IGP (Identificação Geográfica Protegida) ou DOP (Denominação de Origem Protegida), tal constitui sinónimo de qualidade do produto e que este mantém a sua originalidade intacta, segundo a natureza mais tradicional do fabrico artesanal.

No que respeita ao escoamento dos produtos, um dado interessante consiste no facto de os inquiridos terem como clientes tanto particulares como algumas empresas, incluindo intermediários, recurso que os inquiridos utilizam para poderem colocar os seus produtos à venda, especialmente para concelhos limítrofes, pela facilidade e menor custo de deslocação, com implicações na margem de lucro.

Como forma de captar novos mercados e clientes, os inquiridos indicam que tentam criar novos produtos ou inovar os existentes.

A criação de um espaço que estimule a divulgação e a comercialização dos produtos é encarado pelos inquiridos como um importante mecanismo de estímulo ao desenvolvimento desta actividade, podendo igualmente transformar-se num local para a realização de eventos e certames de modo que possam contribuir de forma decisiva no sentido de dar aos artesãos a oportunidade de expor e comercializar os seus produtos.

### **3.3.3. Rendilheiras de Peniche – Elementos de Análise**

Outro marco bastante importante do artesanato de Peniche, refere-se às rendas de bilros, presentes há vários séculos no concelho. Trata-se de um produto composto de níveis de genuidade e de qualidade, sendo conhecido com frequência pela renda de Peniche.

Actualmente, as rendas deparam-se diante dos mesmos desafios que as restantes vertentes do património artesanal em Peniche, na luta pela sobrevivência, devido ao forte declínio que a renda tem verificado nas últimas décadas, em grande parte provocado pelo advento da industrialização, que se tornou num feroz concorrente, ao produzir materiais semelhantes a preços bastante mais acessíveis.

O aparecimento das Rendas de Bilros é remetido para meados do século XVII, sendo o seu primeiro testemunho a pintora Josefa de Óbidos, que a inclui em vários dos seus quadros.

As Rendas de Bilros, pelo seu grau de perfeição, eram um produto de excelência, com um nicho de mercado interessante, com um número significativo de encomendas. Eram vistas pelas famílias como um importante sustento para a economia familiar, pelo que as raparigas, desde tenra idade, eram iniciadas na aprendizagem desta arte, em que existia a tradição da passagem de testemunho, unindo várias gerações de rendilheiras, desde avós a netas, nesta arte.

No entanto, no século XIX as Rendas de Bilros entraram em declínio. Por um lado, observou-se um abandono das técnicas de produção por parte de um número significativo de rendilheiras, a favor de outras actividades económicas mais rentáveis, fazendo assim a produção das Rendas de Bilros diminuir drasticamente.

Para ultrapassar esta fragilidade, foi criada a Escola de Desenho Industrial Rainha D. Maria Pia (mais tarde Escola Industrial de Rendeiras Josefa Aguiar), que veio a dar um outro impulso às Rendas de Bilros, dando formação às rendilheiras, o que lhes permitiu evoluir no âmbito do desenho, obtendo assim trabalhos com maior grau de perfeição e beleza.

Esta tendência sofreu um retrocesso quando, em 1956, o ensino das Rendas de Bilros, deixou de ser um curso e passou a ser apenas uma disciplina, tendo posteriormente deixado de existir



As Rendas de Bilros enfrentam actualmente um grande desafio, pondo em causa a sua sobrevivência e a manutenção deste potencial histórico e cultural importante.

No entanto, antes de se falar em medidas que possam potenciar esta arte, é primordial conhecer a realidade actual, que pode ser conseguido com um diagnóstico do real estado das Rendas de Bilros. Esta análise foi feita através da elaboração de um Inquérito (Anexo III) pela Escola Superior de Tecnologia do Mar, com o apoio da Câmara Municipal, cujos resultados permitem caracterizar as artesãs das Rendas de Bilros quanto à sua estrutura socio-demográfica e extrair ideias e sugestões susceptíveis de fundamentar a elaboração de um plano de acção com vista a proteger e desenvolver esta produção. No total foram aplicados 104 inquéritos.

Quanto à estrutura socio-demográfica constata-se que uma larga maioria das rendilheiras se encontra acima dos 50 anos e possui baixos índices de escolaridade, 17% sem grau de ensino e cerca de 50% apenas com o 1º ciclo do Ensino Básico. Estes dois indicadores estão de forma intrínseca ligados, pois antigamente a Escola não era vista como uma prioridade pelos pais e, devido aos condicionamentos económicos, o trabalho dos filhos era encarado como um complemento aos seus magros rendimentos, sendo que muitas crianças apenas frequentavam a escolaridade obrigatória, a antiga 4ª classe. Muitas das rendilheiras aprenderam a arte desde muito novas, na sua larga maioria entre os 4 e os 10 anos, elemento demonstrativo da importância que esta actividade tinha como complemento do sustento do agregado familiar.

O principal meio de aprendizagem das Rendas de Bilros é através dos ensinamentos dos familiares e amigos; o segundo meio referido consiste em melhorar a técnica em Escolas-Oficinas.

Quanto à localização geográfica das rendilheiras, verifica-se um dado semelhante ao do Inquérito aos Artesãos que se prende com a freguesia em que residem: a freguesia da Ajuda tem uma maior concentração de rendilheiras, que se explica por ser o centro do concelho (maior acessibilidade a venda das Rendas) e o local que reúne melhores condições para o desenvolvimento das técnicas das Rendas de Bilros pela presença de formadoras que transmitem os conhecimentos necessários para que as técnicas sejam apuradas e melhoradas.

No que respeita à condição económica, observa-se que quase metade das inquiridas trabalha por conta própria, sem fins lucrativos. A actividade apresenta-se pouco rentável em termos económicos, poucas rendilheiras conseguem retirar da sua produção o sustento necessário; as excepções verificadas, de algum lucro correspondem às rendilheiras que aplicam as rendas em peças de vestuário, o que facilita o processo de escoamento dos seus produtos.

A produção das Rendas de Bilros assume um carácter lúdico, como se pode constatar pela questão sobre o principal meio de vida, em que várias rendilheiras vivem das suas reformas ou pensões, constituindo a produção das rendas um meio de ocupar o tempo livre e de terem algum rendimento. Esta constatação é reforçada pelo tempo médio dedicado à renda, entre 2 e 4 horas por dia, em média, dedicadas à concepção das rendas, existindo ainda um número significativo de rendilheiras que dedica menos de 2 horas. É uma dedicação compreensível pela avançada idade da maioria, que afecta a capacidade é (problemas físicos que se verificam nestas idades, como falta de visão, dores no corpo, ...).

Um dos problemas com que se deparam as produtoras das Rendas de Bilros diz respeito à baixa procura que existe para este artesanato, apesar de a oferta não ser muito significativa, em boa parte pelo processo moroso da sua manufactura. No entanto, a oferta excede a procura, o que faz com que as rendilheiras tenham bastantes dificuldades em escoar e retirar mais-valias significativas da venda dos seus produtos. O Verão é considerado o período de excelência para a venda das rendas (como do restante artesanato), facto relacionado com o período do ano em que Peniche acolhe mais turistas.

As peças que são alvo de maior procura são as miniaturas (peixes, búzios, borboletas,...), seguidas pelos naperóns; ao serem artigos de preço acessível, tornando-se desse modo um produto bastante apreciado pelos turistas que os adquirem como forma de recordação de Peniche. A procura das restantes peças é bastante residual e com um peso bem menor.

A avançada idade de boa parte das rendilheiras constitui-se uma resistência à criação de novos produtos, que tenham um cariz mais criativo e inovador, preferindo os artesãos manter a aposta no tipo de renda que desde sempre lhes foi familiar.

A última questão colocada às rendilheiras tinha como objectivo obter uma visão mais esclarecida sobre que medidas poderiam ser aplicadas de modo a desenvolver o artesanato. Os resultados são similares aos do Inquérito aplicado aos artesãos, em que a medida mais referida consiste na criação de um espaço que incentive a produção, divulgação e a comercialização, como mecanismo para ajudar a combater as dificuldades apontadas pelas rendilheiras em escoar economicamente os seus produtos.

Outro indicador interessante remete para o sentimento que a mão-de-obra se encontra envelhecida e que seria da máxima importância que os jovens fossem atraídos para esta actividade, atenuando o declínio e o risco de extinção que as Rendas de Bilros se defrontam. Uma estratégia mencionada para atracção dos jovens para esta actividade remete para o ensino das Rendas de Bilros nas escolas, de modo a que desde cedo fosse cultivado o gosto em dar continuidade a um património do local.

As Rendas de Bilros partilham de um problema comum às restantes produções artesanais do concelho de Peniche: os produtores têm uma idade bastante avançada, sendo que a “injecção de sangue novo”, traria múltiplos benefícios atenuando o risco de estas técnicas de produção entrarem em declínio e mesmo extinção, e por outro lado, permitindo que as Rendas de Bilros ganhassem um conteúdo mais criativo, não perdendo a sua génese e originalidade, mas afirmando-se como um produto inovador.

Um passo importante poderá passar pela formação profissional das rendilheiras, que possibilitem um duplo caminho evolutivo. Num primeiro momento, ao nível do design, elaborando peças que sejam inovadoras e criativas, que demonstrem que as Rendas de Bilros poderão ter outras funções ao nível da decoração e do vestuário, cativando assim novos mercados, mas que mantenham a génese das Rendas de Bilros e os seus traços de originalidade. A formação profissional, pode incidir no campo da comercialização e das capacidades de marketing das rendilheiras, ao dotar estas das mais básicas técnicas de informáticas, como a criação de blogues ou sites. Seria talvez um passo fundamental para que elas pudessem dar a conhecer os seus produtos a mercados mais vastos, podendo assim potenciar o surgimento de pessoas interessadas em adquirir estes produtos.

Outro desafio prende-se com o escoamento dos produtos, pois ao tornar as Rendas de Bilros um produto com uma lógica de mercado que garanta níveis de retorno económico mais interessantes, poderia contribuir para estimular o interesse dos mais jovens por este tipo de arte. A mobilização por parte da Câmara Municipal de Peniche e dos vários agentes locais, através de meios de promoção e marketing, poderá estimular o aumento dos níveis de comercialização, aumentando as receitas das artesãs.

A existência de um local específico para a venda das Rendas de Bilros poderia constituir um importante passo para revitalizar esta actividade, no sentido em que as rendilheiras teriam um local para comercializar os seus produtos, além de trocar experiências e conhecimentos entre elas.

#### **3.4. Análise SWOT das actividades artesanais em Peniche**

A análise das várias vertentes do artesanato em Peniche permite em primeiro lugar elaborar um diagnóstico do estado desta actividade, que possibilite elaborar posteriormente um quadro de potencialidades, debilidades, oportunidades e ameaças com que o sector se depara, de modo a delinear um conjunto de medidas que possam contribuir para desenvolver as actividades artesanais, dotando-as de meios de sobrevivência, que estejam para além da “subsidiodependência”.

As estratégias de intervenção com vista ao desenvolvimento do artesanato devem

tomar em consideração os seguintes domínios: (i) produção (aumentando a produção, mas mantendo os seus níveis de qualidade e autenticidade); (ii) emprego e formação profissional; (iii) associativismo e enquadramento institucional; (iv) distribuição, marketing e comercialização; (v) financiamentos e apoios; (vi) complementaridades com outras actividades, nomeadamente o turismo e o comércio.

A Estratégia de desenvolvimento do património cultural de Peniche<sup>9</sup> é um mecanismo que visa atingir as seguintes metas:

- Salvar o futuro de alguns modos de produção/concepção, bem como de produções e saberes enraizados na cultura local de Peniche e que tendem a entrar em declínio pela falta de atractividade das profissões associadas, assim como pela falta de procura;
- Valorizar aquilo que, ao nível das manifestações culturais e artísticas do sector alimentar e não alimentar, pode ser associado ao território e por esta via, divulgar uma imagem de qualidade das produções que são alvo de diferenciação face a outras similares;
- Criação de uma marca comum para os produtos e produções de Peniche;
- Desenvolvimento de projectos de qualificação diferenciados de acordo com o estatuto dos produtos/produções;
- Apostar na Formação Profissional;
- Estímulo da articulação racional entre os domínios do artesanato, património, turismo e comércio;
- Certificação das Rendas de Bilros de Peniche;
- Investimento numa infra-estrutura de apoio às artes tradicionais e produções locais (espaço de produção, divulgação e venda);

De forma a traçar um quadro geral do estado do artesanato, utilizou-se o recurso da Matriz SWOT, que se encontra dividida na Análise Interna e Externa (Carlos Nunes Silva, 2002). A Análise Interna permitiu identificar as potencialidades e as debilidades, com o objectivo de combater as debilidades detectadas e potenciar as oportunidades existentes. A Análise Externa serviu para identificar os factores que criam as oportunidades, ou seja, o que se tem capacidade de aumentar o potencial de um território, e as ameaças, ou seja, os obstáculos com que o artesanato se depara.

---

<sup>9</sup> De acordo com o *Memorandum de orientação tecnico-científica do PADAP*

Com base nesta avaliação, é possível desenhar uma estratégia a seguir para realizar os respectivos objectivos. A matriz “constitui um instrumento simples e eficaz” para avaliar o posicionamento estratégico que o artesanato pode representar num território, sendo criada para ser uma ferramenta preliminar do processo de decisão, servindo de base à definição de uma estratégia.

A análise interna identifica os pontos fortes e os pontos fracos do território, realçando as suas forças, ou seja, “aquilo que nele se faz bem e aquilo que os outros vêm como as suas potencialidades<sup>10</sup>”, como p.e., dinâmica demográfica, produtividade, capacidade de inovação, etc., bem como as suas debilidades, isto é, “aquilo que deve e pode ser melhorado”<sup>11</sup> (p.e., infra-estruturas obsoletas, produtividade baixa, custos elevados, etc.).

A análise externa serve para estudar os factores que criam as oportunidades, ou seja, quais aqueles que têm “capacidade de aumentar o potencial de um território”<sup>12</sup>. Segundo Silva (2002), “a pesquisa deve ser dirigida à identificação das mudanças nos mercados, na diversificação ou não de actividades, nos estilos de vida, nas inovações tecnológicas, das políticas públicas e nas dinâmicas demográficas, etc”. Para a identificação das ameaças, é importante fazer uma identificação dos obstáculos que o artesanato se depara, tais como, concorrência de produtos externos, ou efeitos nefastos oriundos das vulnerabilidades à recessão, entre outros.

Em síntese, no diagnóstico externo é fundamental estudar a articulação do território em causa com o seu âmbito regional, nacional, europeu e mundial, sobretudo na dimensão económica. Uma vez concluído o diagnóstico, o processo culmina com a elaboração de uma matriz de integração desses resultados, a matriz SWOT, cuja finalidade é proporcionar uma visão sintética das variáveis (dimensões críticas) e da situação do artesanato em relação a cada uma delas.

A Matriz SWOT seguinte, pretende sistematizar o quadro interno do artesanato em Peniche, pontos fortes e fracos, bem com o seu quadro externo, oportunidades e ameaças; fazendo assim o diagnóstico do estado do artesanato em Peniche, de modo a favorecer a análise sobre os melhores rumos a tomar no âmbito do desenvolvimento deste sector.

---

<sup>10</sup> Carlos Nunes Silva, 2002

<sup>11</sup> Idem

<sup>12</sup> Idem

### MATRIZ SWOT

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>Diversidade de produtos artesanais;</li> <li>Manutenção de processos de fabrico mais tradicionais, sinónimo de autenticidade;</li> <li>É um símbolo local, podendo transmitir para o exterior a imagem e identidade de Peniche;</li> <li>Diversidade de bolos tradicionais (esses, ossos, pastéis e amigos de Peniche), que são bastante apreciados e reconhecidos;</li> <li>As Rendas de Bilros são um produto artesanal, muito conhecido um pouco por todo o país;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tendência de envelhecimento dos artesãos, o que se reproduz numa resistência à inovação e num espírito individualista, auto-centrado e com incapacidade de pensamento estratégico;</li> <li>Baixos níveis de formação profissional, que impossibilita a obtenção de melhores índices produtivos e de comercialização;</li> <li>Insuficiente divulgação e promoção externa e interna (decorrente, nomeadamente, do défice de articulação entre as entidades responsáveis por essas áreas);</li> <li>Incapacidade de exportação dos produtos artesanais;</li> <li>Inexistência de uma infra-estrutura que promova e ajude na comercialização dos produtos artesanais;</li> <li>Inexistência de artesãos com carta de artesão (só uma resposta positiva no inquérito);</li> <li>Falta reconhecimento legal dos artesãos, apenas 6 inscrições no Registo Nacional de Artesanato, sendo que impera a Renda de Bilros;</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforço da imagem de Peniche através das acções de recuperação e valorização do artesanato;</li> <li>Criação de uma vivência socio-cultural mais enriquecida para os habitantes;</li> <li>Certificação e qualificação dos produtos representaria um meio de garantir a qualidade e originalidade dos produtos artesanais;</li> <li>Aproveitamento da procura crescente por produtos artesanais;</li> <li>Crescente procura urbana por locais alternativos com espaço de descanso e lazer (e convivência com o património);</li> <li>Existência de um nicho turístico ligado ao património, à cultura e às tradições;</li> <li>Reforço da ligação entre o artesanato, o património e o associativismo com as fileiras do turismo, em particular, e do lazer, em geral;</li> <li>Estímulo à criação de oportunidades de emprego, baseadas no desenvolvimento destes sectores e na resposta às novas procuras;</li> <li>Legislação que reconhece o estatuto do artesão.</li> <li>Expansão da oferta formativa, nomeadamente no âmbito das actividades artesanais;</li> <li>Interesse da C.M.P. em revitalizar o sector.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Concorrência da produção industrial, e de países de produção de baixo custo;</li> <li>Visão do artesanato como actividade com pouco potencial para produzir mais-valias, tanto da parte da população como dos vários actores locais;</li> <li>Abandono e degradação das técnicas pela ausência de estratégias de valorização das produções artesanais;</li> <li>Perigo de erosão de alguns factores identitários;</li> <li>Manutenção de um número reduzido de artesãos (na sua maioria já com uma idade avançada) que praticam esta actividade, com consequências ao nível do conhecimento da realidade e da exploração das potencialidades das técnicas artesanais;</li> <li>Distribuição dos lucros (a grande fatia do rendimento fica no sector retalhista);</li> <li>Efeitos resultantes de eventuais incapacidades dos municípios em delinearem estratégias comuns (especialmente, no âmbito da comunidade intermunicipal do Oeste), de modo a superarem dificuldade inerentes da implantação do artesanato como instrumento de desenvolvimento local;</li> <li>Escassez de alternativas de escoamento e valorização dos produtos;</li> <li>Flutuações na procura de destinos turísticos;</li> <li>Crise e recessão económica mundial.</li> </ul>

Em Peniche os principais problemas com que a actividade artesanal se depara prendem-se, sobretudo, com a dificuldade que existe em colocar os respectivos produtos no mercado, devido às fragilidades económicas que caracterizam a maioria dos artesãos. Neste contexto, deve ser equacionado o papel que a Câmara Municipal poderá desempenhar no apoio à actividade artesanal, podendo ser um parceiro privilegiado no processo de

desenvolvimento do artesanato, ao apoiar os artesãos através de medidas como a cedência de espaços, que seria um estímulo importante na divulgação e comercialização dos vários tipos de produtos artesanais que representam a identidade do concelho. A “Magna Carta Peniche 2025”<sup>13</sup>, referencia o apoio ao artesanato, juntamente com outras actividades-chave, como sectores a desenvolver tendo em vista o desenvolvimento económico de Peniche, portanto classifica o artesanato como actividade capaz de gerar mais-valias económicas.

Por razões que se alicerçam em princípios do Desenvolvimento Local (multiparticipado), é importante reter que o apoio não deverá provir exclusivamente da autarquia, é essencial o envolvimento de todos os agentes locais, desde comerciantes, empresários locais, agentes ligados ao turismo, entre outros.

Devido ao seu carácter único e tradicional, os produtos artesanais possuem condições que podem favorecer procedimentos de certificação, no que seria um reconhecimento das qualidades do artesanato tradicional em Peniche, originando um fluxo adicional de interesse por parte de novos potenciais clientes (oportunidade).

Tendo em conta as várias potencialidades e oportunidades, e o mercado associado à tipologia de áreas de produção artesanal, será feita uma reflexão, com o propósito de propor um conjunto de estratégias de intervenção, que enquadrem, organizem, combinem e articulem:

- as várias oportunidades sistematizadas, que sejam um importante contributo na valorização das várias tipologias de artesanato detectadas;
- os factores considerados como positivos, que foram detectados ao longo do Relatório, isto é, os pontos mais fortes da produção artesanal em Peniche, que devem continuar alvo de uma aposta continuada, como forma de evitar a diminuição da sua força, com especial incidência no seu reforço;
- os aspectos menos bons (debilidades) que foram detectados e sintetizados no diagnóstico, com especial relevo na Matriz SWOT, pelo que o objectivo será de os procurar corrigir;
- actuação sobre as várias ameaças detectadas, de modo a que estas não exerçam uma pressão negativa sobre o sector do artesanato.

A combinação destas duas dimensões, interna (potencialidades e debilidades), com a dimensão externa (oportunidades e ameaças), são fundamentais como modo de enfrentar e potenciar ao máximo, respectivamente, as ameaças e oportunidades que a envolvente regional e nacional possam vir a proporcionar ao artesanato, isto é, aqueles factores que,

---

<sup>13</sup> Oliveira das Neves, II Convenção “Sou de Peniche”, 2008

sendo externos às actividades produtivas em estudo, as influenciam em grande parte, mas cujos efeitos dependerão em boa medida das forças e fraquezas do sector num futuro mais ou menos próximo.

O artesanato em Peniche é uma actividade com enormes potencialidades, no entanto, pode-se constatar o problema da falta de reconhecimento social, tanto por parte das pessoas como poder públicos. Os artesãos são vistos pela sociedade como “coitadinhos”, fazendo com que não exista o sentimento de “orgulho” em produzir peças artesanais.

Em Peniche o artesanato encontra-se muito ligado ao Mar, em especial pela tradição piscatória do concelho, devendo ser um filão a explorar, especialmente pelo facto, de os portugueses serem um povo que valoriza muito o mar, tanto pela sua importância no passado, (os “Descobrimentos”, implicando a travessia dos mares, são um marco de orgulho para qualquer português), como pela importância actual, patentes no turismo balnear e às provas de Surf.

A aposta em produtos relacionados com o mar, desde peças que representem este passado glorioso, ou a ligação que Peniche tem com o Surf (relacionado com as provas da modalidade que têm existido no concelho). Esta visão mais actual deve ser encarada pelos artesãos como representando uma oportunidade de negócio, captando um número diversificado de clientes.

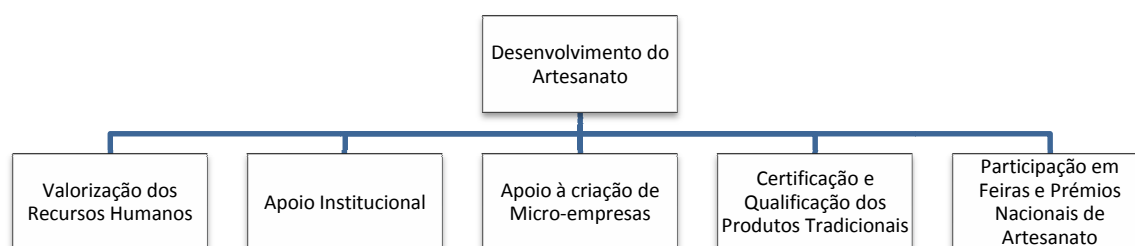
O município de Peniche possui outros dois marcos muito relevantes nas suas actividades artesanais, ligado às Rendas de Bilros e ao sector agro-alimentar. Estes dois produtos possuem potencialidades no domínio da certificação, pelo que, pela sua autenticidade poderão vir a ser certificados como produtos tradicionais.



#### Ponto IV – Linhas de Orientação Estratégica - Síntese dos Instrumentos de Apoio

A Matriz SWOT permite uma leitura mais fidedigna do estado do artesanato, tendo como grande suporte empírico os inquéritos aplicados respeitantes a três tipologias de artesanato: artesãos, artesanato alimentar e rendilheiras. Esta Matriz permite traçar um quadro que caracterize a actual situação do artesanato em Peniche, para que se desenhe algumas reflexões que iluminem o caminho do artesanato rumo a um futuro mais risonho.

Este ponto veicula a delineação de um conjunto de Linhas de Orientação Estratégica, capazes de estimular o desenvolvimento do artesanato de Peniche, assente em vectores:



Estas cinco Linhas de Orientação Estratégica desenvolvem um conjunto de caminhos capazes de criar as bases para que o artesanato em Peniche seja uma actividade sustentável e seja um contributo relevante para o tecido económico e social do município.

No entanto, antes de se promover uma reflexão acerca da importância destas Linhas de Orientação Estratégica, é preciso ter presente, o estado económico do país, que enfrenta graves problemas estruturais, fruto do seu fraco desenvolvimento económico, aliado à recessão mundial, o que tem ocasionado um crescimento inseguro. Como consequência, muitos dos apoios sociais e económicos têm sido congelados, devido aos problemas de capital que afligem o país.

O artesanato como actividade já por si frágil, tem sofrido muitas dificuldades em sobreviver, e os apoios existentes nem sempre contemplam esta actividade económica.

Verifica-se um défice de apoios para a actividade artesanal, observando-se no âmbito do Programa Operacional do Centro (MaisCentro), que as ajudas se encontram direccionadas para a criação de emprego, estando desenquadradas com a realidade do artesanato, pois numa primeira instância é preciso olhar para as micro-empresas artesanais numa óptica de manutenção do emprego, ou seja, de incentivar a que os artesãos não abandonem esta actividade.

O director do CEARTE considera que faltam apoios para a comercialização e para a exportação do artesanato, pelo que os artesãos não têm tido capacidade de divulgar os seus

produtos. O CEARTE tem tentado inverter esta tendência, nomeadamente através do projecto AvantCraft, que possibilitou que muitos artesãos tivessem capacidade de mostrar além fronteiras os seus produtos em feiras internacionais, sendo considerado como um caso de sucesso, no âmbito da divulgação dos produtos artesanais. Este projecto, considerado pelo CEARTE como um caso de referência, é um modelo a seguir para o caminho da inovação do artesanato português. O AvantCraft, permitiu que artesãos e designers de áreas diferentes conciliassem esforços, de modo a desenvolver produtos de excelência, capazes de obter resultados positivos no âmbito da comercialização.

Estes produtos tiveram uma colocação internacional, obtendo resultados interessantes, sendo alvo de elogios pela elevada qualidade dos produtos apresentados, pelo que receberam convites de responsáveis comerciais do Harrods, para serem expostos em Londres, sendo uma montra importante para as peças artesanais portuguesas.

Este tipo de projectos serve para demonstrar que, com inovação e apoio institucional, existem condições para que o artesanato seja capaz de trilhar um caminho mais favorável.

Em seguida serão apresentadas as cinco propostas, que possibilitem o desenvolvimento do artesanato de Peniche.

#### **4.1. Linha de Orientação Estratégica A - Valorização dos Recursos Humanos**

A aposta na Formação Profissional afigura-se como uma das ferramentas essenciais para que uma actividade seja inovadora e competitiva, através da actualização constante de conhecimentos, tendências de moda e marketing. Apesar de existir resistência por parte dos artesãos mais velhos em frequentar acções de Formação Profissional, por considerarem que o método de aprendizagem das técnicas artesanais ser deve feito através da transmissão de conhecimentos, de geração para geração, e não de um modo sistemático e confinado à formalidade institucional. É essencial que para, que o artesanato seja capaz de trilhar um caminho de sucesso, a Formação Profissional esteja presente.

Existem actualmente formações de que os artesãos podem usufruir, que lhes permitem obter níveis de qualificação superiores. No entanto, é importante referir que quando se fala em formação para os artesãos não se está apenas a pensar em dotar os artesãos de novas capacidades técnicas no âmbito da concepção e elaboração dos produtos artesanais, embora seja uma valência importante, especialmente para jovens artesãos. Mas para os artesãos mais experientes e com outra idade, torna-se fundamental dota-los de meios de comercialização e gestão do seu negócio, pois é importante reter que estamos a falar de micro-empresas, que em muitos casos o único empregado é o artesão, ou seja, trata-se de

uma tipologia de produção assente num regime empresarial de empresas com poucos (ou sem) empregados.

Uma das agendas do QREN, em vigor, é a do Potencial Humano, com três Programas Operacionais, o POPH (Programa Operacional do Potencial Humano), com incidência em Portugal Continental, o ProEmprego (Região Autónoma dos Açores) e o RUMOS (Região Autónoma da Madeira), que pretende dar um forte impulso em resolver as debilidades que o país ainda apresenta no campo da qualificação dos portugueses.

No Eixo Prioritário 1 - Qualificação Inicial cujo objectivo é a “qualificação dos jovens, promovendo a sua empregabilidade e a adequação das suas qualificações às necessidades do desenvolvimento sustentado, de aumento da competitividade e de coesão social da economia portuguesa”, e o Eixo Prioritário 2 - Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida, tem como objectivo “o reforço da qualificação da população adulta activa - empregada e desempregada, contribuindo para o desenvolvimento de competências críticas à modernização económica e empresarial e para a adaptabilidade dos trabalhadores”, encontramos aqui dois incentivos importantes para que jovens artesãos, no caso do Eixo I, e artesãos mais experientes, no caso do Eixo II, possam estar assim munidos de novos meios, para potenciar a sua actividade, com vista a uma rentabilidade e sustentabilidade superior.

O Catálogo Nacional de Qualificações (um instrumento de regulação das qualificações fundamental para a formação de jovens e adultos) integra, nas suas áreas de educação e formação, o artesanato como uma das áreas a intervir, que se encontra interligada com outros sectores, como a economia e a cultura, para além de ser encarado como um meio de dar vitalidade a áreas deprimidas, nomeadamente as rurais, de forma a proporcionar a criação de postos de trabalho e de preservação do património histórico-cultural. Existem dentro da área de educação e formação 17 qualificações abrangendo, assim, um número bastante interessante de áreas alvo da formação do artesanato, sendo o espelho da diversidade de tipologias que compõem esta actividade. O Quadro 24 sintetiza essas 17 áreas, bem como a certificação abrangida:

**Quadro 24-Qualificações na área de formação do artesanato**

<b>Qualificação</b>	<b>Certificação</b>
Artesão/ã das Artes do Metal	12º ano e Nível 3
Artesão/ã das Artes do Têxtil	12º ano e Nível 3
Artífice de Ferro	9º ano e Nível 2
Artífice Tanoeiro/a	9º ano e Nível 2
Assistente de Ourivesaria	9º ano e Nível 2
Bordador/a	9º ano e Nível 2
Calceteiro/a	9º ano e Nível 2
Canteiro/a	9º ano e Nível 2
Florista	9º ano e Nível 2
Oleiro/a	9º ano e Nível 2
Pintor/a Artístico/a em Azulejo	12º ano e Nível 3
Tecelão/Tecedeira	9º ano e Nível 2
Técnico/a de Joalharia/Cravador	12º ano e Nível 3
Técnico/a de Joalharia/Filigranas	12º ano e Nível 3
Técnico/a de Ourivesaria de Pratas Graúdas/Cinzelador/a	12º ano e Nível 3
Técnico/a de Pintura Decorativa	12º ano e Nível 3
Técnico/a de Vidro Artístico	12º ano e Nível 3

Fonte: Catálogo Nacional de Qualificações

Esta aposta da Formação Profissional não deve ser encarada como algo que poderá apenas dotar de métodos mais eficazes de produção, indo para além dessa capacitação, como foi referido pelo director do CEARTE, o artesão deve estar apto a dominar um vasto conjunto de domínios, indo desde a escolha das matérias-primas necessárias para a manufactura dos vários produtos artesanais, passando por todo o processo de concepção da peça, até à etapa final, da comercialização, sendo que é nesta terceira etapa onde se encontram mais deficiências.

Como foi indicado pelos artesãos nos inquéritos, existem várias lacunas no processo de comercialização, sendo que como hipótese viável é apontada a criação de um espaço que sirva de produção/divulgação e comercialização.

No entanto, esta lacuna pode ser amenizada, e até mesmo ultrapassada, se os próprios artesãos estiverem dotados de métodos de gestão mais eficazes, apostando eles próprios no processo de divulgação. O domínio das ferramentas elementares informáticas é um passo bastante relevante, no contexto de uma sociedade altamente globalizada, cujos fluxos e trocas de informação e comunicação acontecem a uma velocidade espantosa, sendo que a aposta em meios de divulgação graças ao recurso da Internet, afigura-se como uma ferramenta essencial.

O CEARTE desenvolve várias acções nestes domínios, centrando-se no “apoio técnico, consultoria e formação aos artesãos e micro-empresas, nas seguintes áreas: Contabilidade, Fiscalidade, Gestão, Informática (noções básicas), Tecnologias de Informação e Comunicação, Design, Áreas técnicas específicas e relacionadas com a áreas de formação do CEARTE, Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho”, que permite uma diversidade de acções que os artesãos

possam frequentar, com o intuito de reforçar as suas capacidades técnico-profissionais.

Existem outros parceiros possíveis que podem contribuir para a potencialização do artesanato em Peniche. Um desses exemplos é dado pelo Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e Confecção (CIVEC), com a assinatura de um protocolo entre este Centro e a Câmara Municipal de Peniche, que será um forte impulso para a inovação das Rendas de Bilros, ao estarem associadas a um Centro de Formação privilegiado no campo do vestuário; para além de potenciar as técnicas de produção, dando um toque de mais inovação e modernidade às peças artesanais, pode ser um parceiro importante no processo de comercialização e divulgação desta arte, captando assim clientes e possibilidades de negócios interessantes com uma área de abrangência nacional, pois o CIVEC está presente em vários pontos do país.

O IEFP é um parceiro importante a ter em consideração para o desenvolvimento do artesanato, pois muitos dos apoios existentes provêm ou de incentivos directos geridos pelo IEFP, ou então de Centros de Formação Profissional de Gestão Participada, como são exemplos o CIVEC e o CEARTE. Existem, no entanto, outros centros de Formação Profissional apoiados pelo IEFP, que poderiam ser importantes para o artesanato em Peniche, em que se destaca:

- CEPSA - Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar. É um centro de formação profissional vocacionado e direccionado para o sector alimentar onde se salientam as seguintes áreas de formação: (i) Carnes; (ii) Controlo de Qualidade Agro-Alimentar; (iii) Gestão Alimentar; (iv) Panificação; (v) Pastelaria. Este Centro poderia representar uma mais-valia no desenvolvimento e modernização do sector agro-alimentar em Peniche, nomeadamente, para que este possa seguir as normas das condições de higiene e funcionalidade nos locais de trabalho e de atendimento público do sector. A frequência nestas formações de pasteleiros que se dediquem à concepção dos doces e bolos típicos de Peniche, poderia dar um novo vigor à comercialização destes produtos, de modo a que estes possam ter uma capacidade de penetração mais alargada em mercados mais longínquos que as pastelarias de Peniche, transformando-se assim numa das imagens que Peniche poderia transportar para outras localidades.
- INOVINTER - Centro de Formação e de Inovação Tecnológica. É um centro de formação profissional cujo objectivo é a promoção da actividade de formação profissional para a valorização dos recursos humanos numa perspectiva transversal a todas actividades económicas, através de acções de formação profissional, seminários e estágios, nas suas várias modalidades, apostando em várias áreas onde se destaca a formação em Línguas, Gestão, Marketing, Informática, entre outras. É um centro de formação que não tem influência no distrito de Leiria, apesar de possuir uma abrangência nacional e

actuar em vários pontos do país. A participação de artesãos nestes módulos seria fundamental no âmbito do processo de captação de mais-valias em domínios que lhes permitissem rentabilizar o seu negócio, tendo uma maior capacidade de divulgação dos seus produtos graças ao recurso, p.e., das redes sociais ou de blogues, para além de lhes dar ferramentas que lhes auxiliem a gerir melhor o seu negócio, como formação na área da contabilidade, tornando assim os artesãos mais auto-suficientes e capazes de gerir o seu negócio.

- CITEX - Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil. Este centro, à imagem do apoio prestado pelo CIVEC, poderia dar um outro impulso à produção das Rendas de Bilros, ajudando a que as rendilheiras estejam dotadas de meios mais inovadores de criar peças, para além de ficarem com uma noção mais clarificada das tendências de moda, factor essencial para a captação de clientes. Os centros têm igualmente preocupações em dotar os formandos em conhecimentos nas novas tecnologias e em prepará-los para gerir o seu negócio.

Estes centros têm a mais-valia de poderem captar novos artesãos para as suas fileiras, dando-lhes ferramentas fundamentais para que estes possam poder desenvolver a sua actividade económica numa base sustentável. É preciso ter em consideração que o artesão deve estar presente em todas as etapas de produção, desde a escolha da matéria-prima até à venda do produto final ao consumidor, factor que possibilita a maximização do lucro dos produtos artesanais, na medida em que o artesão, ao dominar todos os passos da concepção do produto até à sua comercialização, poderá ficar ele com a maior fatia do valor do artesanato, não tendo que “dividir” os lucros com intermediários.

#### **4.2. Linha de Orientação B - Apoio Institucional**

O apoio institucional é essencial para o desenvolvimento do artesanato, especialmente por parte da Câmara Municipal de Peniche. A autarquia, deve ser o actor principal, apoiando esta actividade em vários domínios.

Um desses apoios da autarquia, poderia surgir através do seu *site*, criando uma rota de produtos tradicionais, que daria certamente uma outra visibilidade dos vários produtos artesanais, ganhando uma visibilidade para além das fronteiras do município. A criação de rotas turísticas, que contemplem vários recursos e actividades do município, poderia ser um instrumento importante para o artesanato, na medida em que a relação deste património histórico-cultural, que faz parte da identidade e memória local, juntamente com um dos mais importantes vectores económicos do concelho, podem constituir um factor fundamental no processo de divulgação dos vários produtos artesanais. Estas medidas poderia atenuar uma

das carências apontadas pelos artesãos, que se trata da pouca divulgação que existe dos seus produtos.

A autarquia de Peniche poderá ser o parceiro privilegiado para o artesanato, apoiando-o através do processo de divulgação e comercialização dos produtos, colocando os produtos artesanais nas rotas turísticas e, oferecendo facilidades para que os artesãos possam comercializar os seus produtos, através do apoio à criação de eventos e certames que promovam a venda de produtos artesanais, para além de facultar espaços favoráveis para que os artesãos possam colocar as suas peças à venda (Quadro 25).

Deste modo, os artesãos estariam a divulgar as suas obras a um conjunto mais vasto de pessoas retirando, assim, a marginalização deste sector; actualmente o artesanato de Peniche vive da venda ocasional, estando marginalizado ao não estar devidamente integrado no sistema económico local.

**Quadro 25-Actuações desejáveis para desenvolver o artesanato**

	Nº
Construir um espaço de produção/ divulgação e comercialização	20
Apostar na requalificação da actividade (novos activos, formação profissional...)	9
Criar estímulos financeiros para abertura/ Manutenção da actividade empresarial	6
Publicar um livro sobre artesanato/ Promover acções de divulgação do património local	3
Criar uma feira mensal de mostra de artesanato	14
Associar as novas tecnologias de informação e comunicação à promoção do artesanato local (site, e-commerce, plataforma de partilha de conhecimentos...)	2
Incentivar o ensino dos ofícios tradicionais nas escolas do Concelho	6
Outra actuação	2
Não responde	2

Fonte: *Inquérito aos artesãos de Peniche*, C.M. Peniche.

A associação do artesanato de Peniche, juntamente com a NERLEI (Associação Empresarial da Região de Leiria), poderia dar um importante apoio, no âmbito das suas actividades. Esta associação, cujo âmbito é o distrito de Leiria, seria um importante mecanismo de apoio à qualificação e desenvolvimento da actividade empresarial da Região. A NERLEI responde num conjunto de domínios alargado, desde a Formação, apoios à Internacionalização, Comunicação e Imagem, apoio técnico, entre outras ajudas.

O artesanato poderia ganhar um novo fôlego através da inserção dos apoios da NERLEI, sendo um parceiro que poderia originar ganhos significativos no desenvolvimento desta actividade, e assegurando um complemento aos apoios a autarquia e de outras entidades como o IEFP.

### **4.3. Linha de Orientação C - Apoio à Criação de Micro-Empresas**

O artesanato em Peniche é uma actividade encarada na sua maioria como um “hobby”, não existindo uma visão empresarial para que esta prática possa obter resultados mais favoráveis. A maioria dos artesãos, são pessoas cuja actividade principal é outra que não o artesanato, sendo que o impulso à criação de Micro-empresas, poderia originar ganhos interessantes para o artesanato.

O IEFP é um dos parceiros a ter em consideração no apoio ao desenvolvimento do artesanato, ao ser uma entidade que apoia a criação/manutenção do posto de trabalho, para além dos apoios no campo da formação já antes referidos.

Os apoios vinculados pelo IEFP para a manutenção dos postos de trabalho, encontram-se mais direccionados para a realidade do artesanato, pois em primeiro lugar, há que proteger os postos de trabalho existentes, tornando esta actividade mais sólida e sustentável.

Este apoio pode também ser importante, para jovens que tenham acabado o ensino superior, em áreas ligadas às artes e ao design, possam obter junto do IEFP, apoios financeiros (ou isenções fiscais) que lhes permitam criar os seus *ateliers* e oficinas de produção, de forma a captar clientes que lhes permitam escoar os seus produtos, alargando a sua gama de clientes, de modo a obter uma procura interessante que lhes permitam manter a micro-empresa e até mesmo vir a criar condições de absorver novos empregados.

Em Peniche não existem actualmente micro-empresas de artesanato em grande número, estando a concepção entregue a pessoas que se dedicam apenas a tempo parcial a esta actividade, ou seja, vão produzindo de acordo com o seu tempo livre, pelo que o artesanato ganha assim um peso residual no que toca à geração de mais-valias económicas. Apesar de os apoios do IEFP, não serem a “salvação” do artesanato, podem representar um importante contributo para o arranque da actividade empresarial em Peniche.

No entanto, para a criação de micro-empresas e para que estas tenham possibilidade de ter sucesso, é importante o apoio dos agentes locais, nomeadamente através da Câmara Municipal de Peniche, que poderá atribuir ajudas que complementem os incentivos do IEFP.

### **4.4. Linha de Orientação D - Certificação e Qualificação dos Produtos Tradicionais**

A Qualificação e a Certificação dos produtos artesanais de Peniche, em especial o sector agro-alimentar e as rendas de bilros, deve ser encarada como uma prioridade essencial, como mecanismo de valorização e promoção dos produtos. A certificação é um meio importante de garantia de autenticidade e genuidade dos produtos, servindo como um meio de diferenciação para com outras produções, como explica o director do CEARTE, “para separar o trigo do joio”.



Uma investigação do Presidente do PPART, Fernando Gaspar e de Graça Ramos, identificou que a tipologia de produtos passíveis de integrar o sistema de qualificação e certificação deveria seguir os seguintes requisitos:

- “Importância cultural do produto, considerando a tradição da actividade em causa no território associado à origem histórica da respectiva produção, e bem assim a carga simbólica e a capacidade de significação que lhe conferem uma identidade própria”;
- “Importância económica e social da actividade, nomeadamente em termos da sua expressão ao nível do número de oficinas e artesãos existentes”.

As várias tipologias de artesanato em Peniche, estão fortemente ligadas à identidade local, tendo uma carga simbólica do território, especialmente a ligação que Peniche tem com o Mar. As rendas de bilros e as várias peças artesanais (p.e., miniaturas que representam os barcos), são elementos que são a imagem do território, e parte do seu património cultural, combinando assim as características para serem certificados.

A certificação é um meio fundamental de reconhecimento da qualidade que os produtos artesanais de Peniche são demonstradores, diferenciando de produtos de custo inferior, que são “imitações”, que não cumprem os requisitos de exigência tendo como comparação os produtos artesanais.

#### **4.5. Linha de Orientação E - Participação em Feiras e Prémios Nacionais de Artesanato**

Actualmente, verifica-se um fenómeno em Portugal da proliferação de feiras locais, cuja temática abrange regularmente os produtos tradicionais, um local privilegiado para que os artesãos locais e não só, possam dispor de possibilidades em exhibir os seus produtos, estimulando a sua divulgação e comercialização. Estas feiras locais juntamente com a Feira Internacional do Artesanato, são uma mais-valia a ter em consideração pelos artesãos, como método propício de rentabilizar a sua actividade artesanal e ter possibilidades de realizar encaixes relevantes, para além de estarem a divulgar os seus produtos, e mais importante, o local, sendo uma alavanca para o desenvolvimento da actividade turística.

A Feira Internacional do Artesanato, um evento anual que decorre na Feira Internacional de Lisboa, é um acontecimento muito relevante para o desenvolvimento do artesanato, ao ser um local onde os artesãos podem expor os seus produtos, sendo uma mostra privilegiada das suas peças artesanais. Este evento marca pela diferença ao ter participação de artesãos de outros países, sendo fundamental para a troca de ideias e

experiências entre os artesãos, para que o artesanato português, através do contacto com outras realidades, se possa evoluir e desenvolver.

A participação nestas várias feiras deverá ser encarada pelos artesãos, como uma mais-valia fundamental no processo de venda e divulgação apostando numa marca comum do artesanato de Peniche, apresentando os produtos artesanais como um todo, promovendo deste modo o território.

Outras das maiores debilidades verificadas pelos Inquéritos prende-se pelo pouco impacto da Carta de Artesão, que não se encontra difundida em Peniche. A Carta de Artesão pode representar uma mais-valia para valorização da profissão de artesão, inserindo-o assim na vida económica do país, e neste caso, no município de Peniche.

Apesar de a ausência da Carta de Artesão não ser um instrumento de exclusão de acesso aos apoios do IEFP, representa um factor de marginalização, ao impossibilitar a participação dos artesãos nos Prémios Nacionais de Artesanato, em que um dos critérios de selecção é possuir a Carta de Artesão. Deste modo, esta é uma limitação que os artesãos de Peniche têm, não podendo assim, concorrer a estes prémios, que daria em primeiro lugar uma maior visibilidade aos seus produtos, como as Rendas de Bilros ou peças artesanais relacionadas com o Mar.

Estes prémios do IEFP são um incentivo muito interessante pois premeia as categorias de artesanato tradicional e artesanato moderno, e o artesanato de Peniche possui todas as características de produtos artesanais, podendo igualmente apresentar produtos mais modernos e inovadores.

## **V - Conclusão**

A elaboração deste Relatório pretende constituir uma primeira reflexão sobre o estado do artesanato em Peniche, tentando estabelecer algumas pontes que construam um cenário favorável.

O artesanato em Portugal é uma actividade frágil, com várias debilidades e ameaças,;no entanto, deve-se encarar esta situação de forma positiva, ou seja, apoiar esta actividade, de modo a que se torne atractiva, com potencialidades no âmbito do Desenvolvimento Local.

Os artesãos têm de olhar para si como detentores de métodos de produção ímpares, com capacidades de manufatura de objectos únicos e especiais, não olhando para si como uns “coitadinhos”, ou seja, como alguém que mantém uma produção apenas para evitar o desaparecimento da mesma, ou como um “hobby”, sendo importante que os artesãos tomem consciência de que o artesanato representa uma oportunidade importante, que se tem de adaptar aos tempos modernos.

O fenómeno da globalização, que tem significado o fim das barreiras e as trocas constantes entre países, no entanto, esta troca de produtos e hábitos, tem provocado uma descaracterização dos traços nacionais e locais, pelo que há cada vez mais consumidores que tendem a procurar produtos com um carácter de único, que faça a distinção das restantes produções. É nesta perspectiva que se deve enquadrar o artesanato, pois estes objectos são diferentes do que habitualmente se encontra, possuindo um elevado grau de requinte e qualidade, sendo características que fazem a distinção das restantes tipologias de produtos.

É importante que em Peniche o artesanato não seja encarado apenas numa óptica conservadora, enquanto permanência dos valores e dos saberes tradicionais, mas numa óptica progressista, como actividade capaz de dar um contributo relevante para o desenvolvimento, aplicando uma estratégia que transforme o artesanato em algo dinâmico, que seja um motor de revitalização da identidade e da memória da comunidade local.

A associação do artesanato com o turismo é fulcral, aproveitando as sinergias existentes entre os dois sectores, pelo que o sucesso económico do turismo pode representar um forte contributo para a venda de produtos artesanais, da mesma forma que artesanato é um meio de promover o marketing territorial de uma localidade, podendo originar ou aumentar fluxos relevantes de turistas para Peniche.

A dinamização do turismo seria um importante meio de o artesanato ganhar um outro fôlego, no sentido em que é importante reter que a Região do Oeste possui amplas potencialidades turísticas. O PENT (Plano Estratégico Nacional para o Turismo), define um conjunto de linhas de orientação para pólos, sendo que uma delas é da “criação do pólo

turístico do Oeste”, pretendendo dotá-lo de meios que promovam o desenvolvimento de um turismo de qualidade, assente no seu património e natureza. Este desenvolvimento das actividades turísticas no Oeste e, por conseguinte, de Peniche, teria um impacto importante no desenvolvimento do artesanato, criando assim condições para um aumento substancial de consumidores dos produtos artesanais. A aposta neste tipo de turismo estará direccionada a um público mais específico, composto por turistas com um poder económico superior e, desse modo, mais exigente no que toca aos produtos pretendidos.

Na ligação do artesanato com o turismo, os artesãos poderiam retirar mais-valias, através do estabelecimento dos *ateliês*, que é apontado pelo CEARTE como uma das estratégias a seguir. Através da criação de *ateliês* que possam transmitir uma imagem que combine a tradição com a modernidade, isso seria um estímulo aos visitantes, criando desse modo condições para a promoção das peças artesanais e para a valorização de todo o esforço empregue pelos artesãos na concepção e elaboração do artesanato. Esta medida seria, assim, um meio mais inovador de promover a prática artesanal, já que em Peniche as peças são manufacturadas em casa dos artesãos. Deste modo, estes poderiam retirar benefícios importantes da criação de *ateliês*, juntando vários artesãos, se possível que produzam com tipologias diferentes, de modo a promover a diversidade das artes e ofícios tradicionais locais.

Ao longo do presente Relatório, foram propostos cinco Linhas de Orientação Estratégicas, que podem contribuir para o desenvolvimento das actividades artesanais em Peniche, dotando-a de meios capazes de obter melhores níveis de comercialização, retirando desse modo, o estado de marginalização a que foi colocado. Os cinco vectores propostos são os seguintes: (i) Valorização dos Recursos Humanos; (ii) Apoio Institucional; (iii) Apoio à criação de Micro-empresas; (iv) Certificação e Qualificação dos Produtos Tradicionais; e (v) Participação em Feiras e Prémios Nacionais de Artesanato.

Estas cinco linhas de Orientação Estratégica, pretendem apontar um conjunto de soluções a aplicar, capazes de ter um impacto importante no artesanato em Peniche, com o intuito de integrar esta actividade no tecido económico local, retirando deste modo o estado de marginalização e de actividade vista como um “hobby”.

A Formação Profissional deve ser encarada como uma prioridade para os artesãos, ao ter presente que vivemos numa sociedade altamente competitiva, sendo importante ter a consciência que é olhando para o futuro e inovando na sua forma de produzir, de comercializar e divulgar os seus produtos, que irão obter ganhos significativos.

O CEARTE é um possível parceiro que não tem sido alvo de aposta por parte dos artesãos, nem através de protocolos promovidos pela autarquia, mas que deverá ser visto pelos responsáveis do artesanato em Peniche como uma alavanca fundamental para que o

artesanato ganhe maiores níveis de excelência, possibilitando desse modo, uma maior capacidade de penetração no mercado.

Naturalmente, a autarquia de Peniche, deve afirmar-se mais como um parceiro privilegiado dos artesãos, sendo um mediador que estimule a assinatura de protocolos com diversos Centros de Formação Profissional do IEFP, em várias áreas, que permita deste modo que os artesãos ganhem meios mais significativos de produção e comercialização dos produtos. Estes centros possuem a mais-valia de estarem ao corrente das tendências de consumo, para além de serem um intermediário bem localizado, cujas áreas de influência têm âmbito nacional, permitindo desse modo actuar em vários mercados e feiras, um pouco por todo o país.

A diversidade de produtos artesanais existentes em Peniche deve potenciar da parte da CMP, uma aposta na criação de uma infra-estrutura que seja um local privilegiado, que tenha uma dupla função: (i) existência de um local de troca de experiências e conhecimentos entre os vários artesãos, que promova, desse modo, um fórum de intercâmbio, juntando assim diferentes tipos de artesãos, com diferenças na idade, mas semelhanças no interesse em desenvolver as suas capacidades produtivas; e (ii) estímulo na divulgação e comercialização do artesanato, existindo assim um local onde os artesãos possam colocar os seus produtos à venda, transformando-se assim num ponto fundamental de onde os visitantes e turistas que tenham interesse em conhecer este património, possam levar uma recordação (o chamado *souvenir*) de Peniche.

A necessidade deste espaço privilegiado, que promova a promoção e venda de artesanato, é encarado pelos artesãos como algo prioritário, de modo a poder representar uma mais-valia, ligada com o turismo.

Verifica-se que o artesanato em Peniche se caracteriza por algo que não está devidamente estruturado, faltando uma visão empresarial e conjunta do potencial da actividade. Por outro lado, muitos dos produtos são manufacturados numa óptica de passatempo, não tendo assim um impacto decisivo no tecido económico.

Neste contexto, é importante a consciência, da parte dos artesãos, sobre o interesse em obterem a Carta de Artesão, de modo a terem a sua situação devidamente regularizada e cumprindo os requisitos legais, permitindo uma melhor integração no tecido económico local e nacional.

A posse da Carta de Artesão é essencial para que os produtos artesanais possam concorrer aos Prémios Nacionais de Artesanato, cuja presença é já uma vitória, pelo impacto que pode ter no processo de divulgação em outros pontos do país, para além dos prémios monetários, que são certamente um atractivo importante para os artesãos.

O principal desafio que os artesãos de Peniche terão de enfrentar, é o processo de afirmação de que os seus produtos são diferentes dos outros, ou seja, demonstrar aos consumidores o que o artesanato tem de especial em relação aos restantes produtos de maior ou menor qualidade. Trata-se de transmitir aos consumidores o seu carinho e afecto que dão à concepção dos seus produtos, e que o que produzem é ímpar, ou seja, único. Como referido por Laranjo (1994), os objectos artesanais são alvo de uma atenção e afecto, que não se verifica em outra tipologia de produção.

É nesta óptica que as formas de expressão artesanal poderão originar mais-valias, que lhes permitem tornar esta actividade sustentável, viável e com potencialidades futuras no campo da geração de desenvolvimento e riqueza para o Desenvolvimento Local.

Existe uma diversidade de produtos com elevado potencial, de onde se pode destacar as Rendas de Bilros, os Amigos de Peniche e as miniaturas que representam a ligação que Peniche desde sempre teve com o Mar. Estas produções possuem condições favoráveis para a certificação, sendo produtos únicos, que mantêm níveis de qualidade assinaláveis e traços de autenticidade, sendo elementos de diferenciação de outros produtos.

O artesanato não poderá ser visto como a via mais provável de ultrapassagem dos problemas do município, mas deve ser encarado como algo que pode contribuir para a geração de mais-valias de base histórico-cultural e, mais importante, como uma dimensão diferenciadora, que promova Peniche como um território rico de história e cultura, que tem muito mais para oferecer do que Sol e Mar.

## VI - Bibliografia

- ANTUNES, Lina (1999), *Das Artes e Ofícios Tradicionais: Contributos para o estudo do enquadramento normativo legal*, Observatório das Actividades Culturais nº 6, pp. 17-22
- CABUGUEIRA, Artur Carlos Crespo Martins (2000), *Do Desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Local. Análise de alguns aspectos de política económica regional*, Gestão e Desenvolvimento, nº 9, pp. 103-136
- CAMERON, Rondo (1989), *História Económica do Mundo: de uma forma concisa, de há 30.000 anos até ao Presente*, Publicações Europa-América
- CAVACO, Carminda (1999), *O mundo rural português: desafios e futuros? Lisboa, Desenvolvimento Rural - Desafio e Utopia*, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, Centro de Estudos Geográficos de Lisboa
- CAVACO, Carminda (1994), *Do Despovoamento Rural do Desenvolvimento Local*, Lisboa, Edição Programa das Artes e Ofícios Tradicionais, Direcção Geral do Desenvolvimento Regional
- ESTEVES, Denise Gayou Reis (2008), *As Artes e Ofícios Tradicionais na Contemporaneidade – Práticas (in) Populares*, VI Congresso Português de Sociologia, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- FERREIRA, José Maria Cabral (1983), *Artesanato, Cultura e Desenvolvimento Regional – Um estudo de campo e três ensaios breves*, Temas portugueses, Imprensa Nacional - Casa da Moeda
- GASPAR, Fernando (2008), *As Artes e Ofícios Tradicionais e o Desenvolvimento Local*, In Loco
- GASPAR, Fernando; e RAMOS, Graça (2003), *Certificar, proteger e promover o artesanato português: um futuro (muito) próximo*, Revista Mãos nº23
- GASPAR, Jorge; SIMÕES, José Manuel (coordenadores) et al (2006), *Geografia de Portugal – Planeamento e Ordenamento do Território*, Círculo de Leitores e Autores
- INOFOR - Instituto para a Inovação na Formação, (2001), *O Sector Agro-Alimentar em Portugal*, Lisboa, Colecção Estudos Sectoriais nº 17
- IQF - Instituto para a Qualidade na Formação, (2005), *O Turismo em Portugal*, Lisboa, Colecção Estudos Sectoriais nº 22
- IQF - Instituto para a Qualidade na Formação, (2006), *O Sector das Actividades Artesanais em Portugal*, Lisboa, Colecção Estudos Sectoriais nº 35
- IQF - Instituto para a Qualidade na Formação, (2006), *Preservação, Conservação e Valorização do Património Cultural em Portugal*, Lisboa, Colecção Estudos Sectoriais nº 31,
- KAYSER, Bernard (1994) - *A Cultura Uma alavanca para o desenvolvimento local*, LEADER Magazine nº 8
- LIMA, Alexandra; SILVA, Augusto Santos; MAGALHÃES, Dulce; MONTEIRO, Eglantina (1987), *Ações de Desenvolvimento de Artes Tradicionais – Breve análise de três casos*, Porto, Centro Regional de Artes Tradicionais
- LOPES, António Simões (1995), *Desenvolvimento Regional - Problemática, Teoria, Problemas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- LOPES, António Simões (2006), *Encruzilhadas do desenvolvimento: falácias, dilemas, heresias*, Revista Crítica de Ciências Sociais. Outubro 2006, número 75, pp. 41-61.
- MAGALHÃES, Andreia; et al. (2001), *"O emprego no sector da 'cultura e lazer' na perspectiva do desenvolvimento local"*, Sociedade e Trabalho nº 12/13, pp. 107-118
- MARQUES, Carlos Peixeira; PORTELA, José (1994), *Actividades tradicionais e emprego feminino no Montemuro: Notas de reflexão sobre o Desenvolvimento Local*, Gestão e Desenvolvimento, nº3, pp. 175-185

- MEDEIROS, Carlos Alberto (coord.) et al. (2006), *Geografia de Portugal - Actividades Económicas e Espaço Geográfico*, Círculo de Leitores e Autores
- MEDEIROS, Carlos Laranjo (coord.) (1994), *Os artesãos e as Artes e Ofícios Tradicionais – Esboço de um retrato*, Lisboa, Edição Programa de Artes e Ofícios Tradicionais
- Oliveira das Neves – Consultoria, Estudos e Projectos (2008), *Memorandum de orientação técnico-científica do PADAP*, (2008)
- MENGIN, Jacqueline; MASSON, Gérard (1989), *Guide du développement local et du développement social*, Paris, L'Harmattan
- MORENO, Luís (2002), *Desenvolvimento Local em meio rural: caminhos e caminhanças*, Lisboa, FLUL, dissertação de doutoramento em Geografia Humana
- MORENO, Luís (2003), *A animação do desenvolvimento de áreas desfavorecidas em Portugal: das incidências segmentadas às abordagens territoriais*, Porto, Revista da Faculdade de Letras – Geografia, vol. XIX, pp. 309-317
- MORENO, Luís (coord.); et al. (2003), *Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local*, Lisboa, animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local,
- MURTEIRA, Mário (1990), *Lições de economia política do desenvolvimento*, Lisboa, Editorial Presença, 2ª ed. (revista e actualizada)
- NEVES, António Oliveira das (2008), *Visão Estratégica para Peniche*, Peniche, II Convenção “Sou de Peniche”
- NEVES, António Oliveira das; MAGALHÃES, Andreia; RELVAS, Sónia (2001), *A competitividade das áreas rurais - Uma abordagem na perspectiva das estratégias de marketing*, 1º Congresso de Estudos Rurais - ambiente e usos do território
- NEVES, António Oliveira das (coord.), (2007), *Estratégias para a Valorização e Promoção do Bordado de Castelo Branco*, Espaço e Desenvolvimento
- PEIXOTO, Paulo, *Os meios rurais e a descoberta do património*, Centro de Estudos Sociais – Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas, Faculdade de Economia da Universidade de Lisboa
- PERDIGÃO, Teresa, *Séculos XX e XXI – O custo de uma sobrevivência a Custo*, in Fios: formas e memórias dos tecidos, rendas e bordados, feira internacional de artesanato: 27 de Junho a 5 de Julho de 2009, IEFP,
- THINES, G; LEMPEREUR, A (dir.) (1984), *Dicionário Geral das Ciências Humanas*, Lisboa, Edições 70, 954 p
- PIRES, A. C. (2003) – *Gato por lebre ou a importância da certificação*, Revista Mãos, n.º 23 – Out/Dez 03, Editorial
- PIRES, Ana, *Produções Têxteis Artesanais Portuguesas - Uma exposição e um livro*, fios orientadores, in Fios: formas e memórias dos tecidos, rendas e bordados, feira internacional de artesanato: 27 de Junho a 5 de Julho de 2009, IEFP
- PORTELA, José (coord.); et al. (2008), *Microempreendedorismo em Portugal. Experiências e Perspectivas*, Lisboa, INSCOOP - Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo
- RIOS, Conceição, *A presença das coisas – Da inovação no têxtil artesanal*, in Fios: formas e memórias dos tecidos, rendas e bordados, feira internacional de artesanato: 27 de Junho a 5 de Julho de 2009, IEFP
- SANTOS, Helena (2003), *A propósito dos públicos culturais: uma reflexão ilustrada para um caso português*, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº67, pp.75-97
- SANTOS, Maria Clara Curado dos (1998), *O Artesanato no Concelho da Moita*, Câmara Municipal da Moita - Divisão da Acção Cultural



- SILVA, Augusto Santos (1987), *Artes Tradicionais Portuguesas e Formas Moderadoras de Promove-la*, Porto, Comunicação à Conferência Geral Europeia do World Crafts Council, Centro Regional de Artes Tradicionais.
- SILVA, Augusto Santos (1997), *Cultura: das obrigações do Estado à participação civil*, Sociologia – Problemas e Práticas, nº23, pp. 37-48
- SILVA, Augusto Santos (2000), *Cultura e Desenvolvimento: Estudos sobre a Relação entre Ser e Agir*, Oeiras, Celta Editora
- SILVA, Carlos Nunes (2002), *Planeamento Estratégico*, Cadernos Municipais – Revista de Acção Regional e Local, vol. XVI, pp. 36-44
- TEIXEIRA, Catarina; ESTEVAM, Lúcia; COSTA, Manoela; SOARES, SARA (2008), *Inquérito às Rendilheiras de Peniche*, Peniche, Instituto Superior da Tecnologia do Mar - Instituto Politécnico de Peniche
- THINES, G; LEMPEREUR, A (dir.) (1984), *Dicionário Geral das Ciências Humanas*, Lisboa, Edições 70
- THIRION, Samuel; CAVACO, Cristina (2003), *O desenvolvimento local em meio rural face ao desafio da sustentabilidade: os ensinamentos de 10 anos de Iniciativa Comunitária LEADER em Portugal através de 16 cadernos temáticos*, Lisboa, Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II
- WCED (1987), *Our common future*, Oxford University Press, Oxford ("Relatório Brundtland")

#### Legislação Consultada:

- Portaria n.º 1099/80. DR 299/80 SÉRIE I de 1980-12-29 (Ministério do Trabalho - Secretaria de Estado do Emprego);
- Decreto-Lei n.º 154/81. DR 129/81 SÉRIE I de 1981-06-05 (Ministério do Trabalho);
- Decreto-Lei n.º 303/81. DR 261/81 SÉRIE I de 1981-11-12 (Presidência do Conselho de Ministros);
- Decreto-Lei n.º 246/82. DR 142/82 SÉRIE I de 1982-06-23 (Presidência do Conselho de Ministros);
- Portaria n.º 802/82. DR 195/82 SÉRIE I de 1982-08-24 (Ministério do Trabalho);
- Portaria n.º 1193/2003. DR 237 SÉRIE I-B de 2003-10-13 (Ministérios das Finanças, da Economia, da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, da Educação, da Cultura e da Segurança Social e do Trabalho);
- Portaria n.º 414/96. DR 196/96 SÉRIE I-B de 1996-08-24 (Ministério para a Qualificação e o Emprego);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/92. DR 295/92 SÉRIE I-B de 1992-12-23 (Presidência do Conselho de Ministros);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/97. DR 187/97 SÉRIE I-B de 1997-08-14 (Presidência do Conselho de Ministros);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/97. DR 187/97 SÉRIE I-B de 1997-08-14 (Presidência do Conselho de Ministros);
- Decreto-Lei n.º 110/2002. DR 89 SÉRIE I-A de 2002-04-16 (Ministério do Trabalho e da Solidariedade);

#### Links visitados:

[www.cm-peniche.pt](http://www.cm-peniche.pt)

[www.iefp.pt](http://www.iefp.pt)

<http://www.cfpsa.pt/>

<http://www.citex.pt/>

<http://www.inovinter.pt/>

<http://www.cearte.pt/>

[www.civec.pt/](http://www.civec.pt/)

[www.poph.gren.pt/](http://www.poph.gren.pt/)

<http://www.catalogo.anq.gov.pt/>

## **ANEXOS**

## Anexo I – Inquérito aos Artesãos de Peniche

1 . Ano de Nascimento \_\_\_\_\_

2 . Género

Masculino ☐ Feminino ☐

3 . Residência Habitual

Freguesia \_\_\_\_\_

Concelho \_\_\_\_\_

4 . Indique o Grau de Ensino mais elevado que concluiu com aprovação (resposta única)

Sem grau de ensino ☐

Ensino Básico 1º Ciclo ☐

Ensino Básico 2º Ciclo ☐

Ensino Básico 3º Ciclo ☐

Ensino Secundário ☐

Ensino Médio (curso profissional) ☐

Ensino Superior ☐

5 . Na sua actividade artesanal, o que faz concretamente/ que produtos desenvolve?

\_\_\_\_\_

6 . Teve Formação Profissional relacionada/ específica com a(s) técnicas(s) utilizada(s) na sua actividade de artesão?

Sim ☐

Não ☐

7 . Se Respondeu Sim, preencha, por favor, o seguinte quadro.

	Nome do curso	Entidade formadora/ Local de formação	Ano de conclusão	Frequência	Nível de formação
7.1.					
7.2.					

8. Se teve Formação Profissional, quais os contributos adquiridos?

- |  |                          |
|--|--------------------------|
| Aprender a arte  | <input type="checkbox"/> |
| Certificar os produtos                                   | <input type="checkbox"/> |
| Melhoria da imagem dos produtos                          | <input type="checkbox"/> |
| Melhoria do escoamento dos produtos                      | <input type="checkbox"/> |
| Organização de actividades do ponto de vista empresarial | <input type="checkbox"/> |
| Outros contributos                                       | <input type="checkbox"/> |

9. Se teve Formação Profissional, de que forma esta influencia/ influenciou a prática da actividade (resposta única)

- |  | Porquê? |
|--|---------|
| Influenciou muito <input type="checkbox"/>   | _____   |
| Influenciou pouco <input type="checkbox"/>   | _____   |
| Não teve influência <input type="checkbox"/> | _____   |

10. Se respondeu não à p.6, como aprendeu a arte?

- |  |                                      |
|--|--------------------------------------|
| Com familiares/amigos                  | <input type="checkbox"/>             |
| Numa escola/atelier/casa de artesão(ã) | <input type="checkbox"/>             |
| Vendo outras pessoas fazendo           | <input type="checkbox"/>             |
| Por iniciativa própria                 | <input type="checkbox"/>             |
| De outra forma                         | <input type="checkbox"/> Qual? _____ |

11. Por que razão aprendeu este ofício?

- |                          |                                      |
|--------------------------|--------------------------------------|
| Por gosto próprio        | <input type="checkbox"/>             |
| Para subsistência        | <input type="checkbox"/>             |
| Por lazer                | <input type="checkbox"/>             |
| Por obrigação da família | <input type="checkbox"/>             |
| Para seguir tradição     | <input type="checkbox"/>             |
| Outros                   | <input type="checkbox"/> Qual? _____ |

12. Tem Carta de Artesão?

- Sim ☐ Não ☐

13. Qual a sua condição face à actividade de Artesão? (resposta única)

- Trabalhador por conta de outrem ☐
- Trabalhador por conta de outrem ☐
- Trabalhador por conta própria com fins lucrativos ☐
- Trabalhador por conta própria sem fins lucrativos (passatempo) ☐
- Aprendiz ☐

14. Qual é o seu principal meio de subsistência? (resposta única)

- Artesanato ☐
- Outro trabalho ☐
- Rendimentos de propriedade ☐
- Subsídio de desemprego ☐
- Subsídio temporário ☐
- RMG/ Rendimento Mínimo de Inserção ☐
- Apoio Social ☐
- A cargo da família ☐
- Outra situação ☐

15. Se o artesanato não é a sua principal actividade, qual é?

---

16. Onde realiza as peças de artesanato e com quantas pessoas trabalha? (resposta única)

		Trabalho Sozinha	N.º de pessoas Com quem trabalha	Idade	Habilitações profissionais
Em casa	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/>			
Numa Escola-Oficina	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/>			
Numa empresa. Qual? _____	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/>			
Noutra entidade. Qual) _____	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/>			

17. No caso de ser empresário/a, ou trabalhador/a por conta de outrem numa empresa de artesanato, a empresa tem sede em Peniche

Sim ☐ Não ☐

18. Como tem acesso às matérias-primas? (resposta única)

- Compra-as ☐
- Através do Cliente ☐
- Através da entidade/ empresa para que trabalha ☐
- Outro ☐

19. Que tipo de Material costuma adquirir e onde o faz?

Tipo de material (p.e. Pedra, feltro, cerâmica, azulejos, tintas, pincéis, madeira...)	Como adquire o material? (a quem o compra)	Onde compra? (localização e/ou estabelecimento)

20. Nº de anos de serviço (Prática da actividade)\_\_\_\_\_

21. Quanto tempo dedica em média ao artesanato por dia (horas/dia) (resposta única)

Menos de 2 horas ☐

De 2 a 4 horas ☐

De 5 a 7 horas ☐

Mais de 7 horas ☐

22. Qual o nº de peças produzidas por ano, por tipo de peça/ produto?

	Tipo de Peça	Nº de Peças/ Ano
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		

23. Volume de Facturação Anual? \_\_\_\_\_(indique em Euros)

24. Qual o preço/ custo médio de venda, por tipo de peça?

Tipo de peça	Preço/ custo Médio (em Euros)

25. Na sua opinião, o que deveria ser feito para aumentar a produção de artesanato de Peniche?

- Beneficiar do apoio da câmara municipal ☐
- Criar mais eventos e certames ☐
- Organizar workshops ☐
- Criar uma associação local de artesãos ☐
- Criar uma plataforma de comercialização local ☐
- Outra ☐ Qual \_\_\_\_\_

26. A oferta no mercado de artesanato em Peniche é... (resposta única)

- Escassa ☐      Nem escassa, nem abundante ☐      Abundante ☐

27. Considera as suas peças típicas do artesanato em Peniche? Porquê?

---

---

---

28. Quais as peças que considera típicas do artesanato em Peniche?

	Sim	Não
Arte de marinho		
Barcos à escala		
Quadros de nós		
Renda de bilros		
Pinturas com motivos marinhos		
Bijutaria		
Pintura em têxteis		
Cerâmica		
Escultura em pedra		
Peças em estanho		

29. Qual melhor a época para a venda do seu artesanato?

- Verão ☐
- Natal ☐
- Páscoa ☐
- Todos os meses do ano ☐
- Outra ☐ Qual? \_\_\_\_\_

30. Na sua opinião, o que deveria ser feito para aumentar a venda de artesanato?

Implementar planos de marketing ☐

Criar mais eventos e certames ☐

Criar um espaço de venda e promoção do artesanato ☐

Criar uma plataforma de comercialização local ☐

Apostar num design mais sofisticado ☐

Outra ☐

31. Tem tentado criar novos produtos (novos desenhos, em novos suportes, novos materiais...)?

Sim ☐

Não ☐

31.1 Se sim, descreva-os (o que os distingue das peças tradicionais)?

---

32. Qual o tipo de pela mais procurada actualmente?

---

33. Como é que se poderia inovar na criação dos trabalhos de artesanato?

---

34. Quem adquire o seu artesanato produzido?

Origem/Localização

Empresa/entidade

☐

---

Casas comerciais

☐

---

Oficinas particulares

☐

---

Indivíduo particular

☐

---

Outro. Qual?

☐

---

35. Tem acordos de fornecimento do artesanato que produz com alguma entidade?

Sim ☐

Não ☐

35.1 Se sim, qual (quais)?

---

36. Recebeu algum tipo de apoios para a produção/ venda dos seus produtos de artesanato?

Sim ☐

Não ☐

37. Se respondeu que sim, que tipo de apoios?

---

---



38. Qual a solução/ soluções adoptadas para a venda do artesanato que confecciona?  
(resposta múltipla)

	No concelho	Fora do concelho
1. Através de intermediário	<input type="checkbox"/> 1.1	<input type="checkbox"/> 1.2
2. Coloca num espaço comercial	<input type="checkbox"/> 2.1	<input type="checkbox"/> 2.2
3. Através de uma associação local, regional ou nacional ligada ao artesanato	<input type="checkbox"/> 3.1	<input type="checkbox"/> 3.2
4. Vende directamente ao consumidor	<input type="checkbox"/> 4.1	<input type="checkbox"/> 4.2
5. Vende essencialmente no festival sabores do mar	<input type="checkbox"/> 5.1	-
6. Vende noutros eventos. quais? _____	<input type="checkbox"/> 6.1	<input type="checkbox"/> 6.2
7. Outra. qual? _____	<input type="checkbox"/> 7.1	<input type="checkbox"/> 7.2

39. Quais as suas principais dificuldades que tem encontrado na sua actividade de artesão?

- Falta de apoio financeiro ☐
- Pouca procura ☐
- Muita oferta/ concorrência ☐
- Falta de apoio autárquico ☐
- Outro ☐Qual? \_\_\_\_\_

40. O que deveria ser feito ao nível do concelho de Peniche para desenvolver o artesanato?

(resposta apenas às 2 mais importantes)

- Construir um espaço de produção/divulgação e comercialização ☐1
- Apostar na requalificação da actividade (novos activos, formação profissional...) ☐2
- Criar estímulos financeiros para abertura/manutenção da actividade empresarial ☐3
- Publicar um livro sobre o artesanato/promover acções de divulgação do património local ☐4
- Criar uma feira mensal de mostra de artesanato ☐5
- Associar as novas tecnologias de informação e comunicação à promoção do artesanato local (*site*, *e-commerce*, plataforma de partilha de conhecimentos...) ☐6
- Incentivar o ensino dos ofícios tradicionais nas escolas do concelho ☐7
- Outra sugestão. Qual? ☐8

**Muito obrigado pela sua colaboração!**

## Anexo II – Inquérito ao Sector Alimentar de Peniche

1 . Qual a principal actividade da empresa? \_\_\_\_\_

2 . Qual o ano de fundação da empresa? \_\_\_\_\_

Masculino ☐ Feminino ☐

3 . A empresa tem sede em Peniche?

Sim ☐ Não ☐

4 . Quantos trabalhadores/ colaboradores têm? \_\_\_\_\_

5 . Quais os doces típicos produzidos na empresa?

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

3 \_\_\_\_\_

6 . Qual o doce que considera mais característico de Peniche?

\_\_\_\_\_

7 . Quantos trabalhadores/ colaboradores se dedicam ao fabrico de doces típicos.

Masculino \_\_\_\_\_ Feminino \_\_\_\_\_

8. Conhece outros produtores de doces típicos de Peniche?

Sim ☐ Quem? \_\_\_\_\_

Não ☐

9. Como teve acesso à receita tradicional?

Com familiares/amigos ☐

Fonte documental ☐

Numa empresa ☐

De outra forma ☐ Qual? \_\_\_\_\_

10. Efectuou alguma alteração à receita tradicional/original?

Sim ☐ Que tipo de alteração? \_\_\_\_\_

Não ☐

11. Número de anos que confecciona doces típicos na empresa? \_\_\_\_\_

12. Quanto tempo diário é dedicado em média à actividade de confecção dos doces típicos?

Menos de 2 horas ☐

De 2 a 4 horas ☐

De 5 a 7 horas ☐

Mais de 7 horas ☐

13. Existiram momentos de Formação Profissional relacionada/ específica com a(s) técnica(s) utilizada(s) na confecção do doce?

Sim ☐

Não ☐

13.1 . Se Respondeu Sim, preencha, por favor, o seguinte quadro.

Nome do curso	Entidade formadora/ Local de formação	Ano de conclusão	Frequência	Nível de formação

13.1.1. Se existiram momentos de formação profissional na empresa, de que forma esta influencia/ influenciou a prática da actividade?

Porquê?

Influenciou muito ☐1 \_\_\_\_\_

Influenciou pouco ☐2 \_\_\_\_\_

Não teve influência ☐3 \_\_\_\_\_

13.2. Se respondeu não à p.13, como aprendeu a confeccionar este tipo de doces?

Com familiares/amigos ☐

Numa escola/fábrica/pastelaria ☐

Vendo outras pessoas fazendo ☐

Por iniciativa própria ☐

De outra forma ☐ Qual? \_\_\_\_\_

14. Por que razão aprendeu este ofício?

Por gosto próprio ☐

Para subsistência ☐

- Por lazer ☐
- Por obrigação da família ☐
- Para seguir tradição ☐
- Outros ☐ 6 Qual? \_\_\_\_\_

15. A actividade de confecção de doces é a sua principal actividade profissional?

Sim ☐ Não ☐ Qual é? \_\_\_\_\_

16. Como tem acesso às matérias-primas? (resposta única)

- Compra-as ☐
- Através do Cliente ☐
- Através da entidade/ empresa para que trabalha ☐
- Outro ☐ Qual? \_\_\_\_\_

17. Que tipo de Material costuma adquirir e onde o faz?

Tipo de produto	Onde compra? (localização e/ou estabelecimento)

18. Qual o volume de produção anual por tipo de produto?

Tipo de produto	Volume de produção/ Ano (unidade/kg)

19. Volume de Facturação Anual? \_\_\_\_\_ (indique em Euros)

20. Considera que a sua actividade pode ser enquadrada numa iniciativa de valorização e certificação da doçaria local de Peniche?

Sim ☐ Não ☐

21. Acha necessário aumentar a produção dos seus produtos

Sim ☐ Não ☐

21.1. Se sim, o que deveria ser feito para aumentar a produção?

- Beneficiar do apoio da Câmara Municipal ☐
- (divulgação, concursos, uniformização da imagem dos estabelecimentos/dos produtos)
- Criar mais eventos e certames ☐
- Organizar workshops ☐
- Criar uma associação de produtores locais (especificar consoante o caso) ☐
- Criar uma Identificação Geográfica Protegida ☐
- Certificar o produto ☐
- Inserir o produto num programa de qualidade ☐
- Outra. Qual? ☐

22. Se confecciona mais que um doce, qual o tipo de doce com mais procura actualmente?

---

23. Quem adquire os doces que confecciona/produz?

		Origem/Localização
Empresa/entidade	<input type="checkbox"/>	<hr/>
Fábrica	<input type="checkbox"/>	<hr/>
Indivíduo particular	<input type="checkbox"/>	<hr/>
Outro. Qual?	<input type="checkbox"/>	<hr/>

24. Tem acordos de fornecimento com alguma destas entidades (lista anterior)?

Sim ☐ Não ☐

24.1. Se sim, com qual (quais)?

---

25. Tem tentado criar novos produtos?

Sim ☐ Não ☐

26. Já beneficiou de algum apoio?

Sim ☐ Não ☐

26.1 Se sim a que nível? 

---

27. Na sua opinião, o que deveria ser feito para aumentar o consumo dos seus doces?

- Implementar planos de marketing ☐
- Criar mais eventos e certames ☐
- Criar um espaço de venda e promoção da gastronomia local ☐
- Apostar numa imagem de marca local associada aos estabelecimentos/unidade ☐
- Distinguir níveis de qualidade dos produtos (premiar produtos/ pratos) ☐
- Proteger os produtos de alterações/ desvios das receitas tradicionais ☐
- Outra ☐ Qual 

---

28. Quais as suas principais dificuldades que tem encontrado na sua actividade de artesão?

- |                            |                                      |
|----------------------------|--------------------------------------|
| Falta de apoio financeiro  | <input type="checkbox"/>             |
| Pouca procura              | <input type="checkbox"/>             |
| Muita oferta/ concorrência | <input type="checkbox"/>             |
| Falta de apoio autárquico  | <input type="checkbox"/>             |
| Outro                      | <input type="checkbox"/> Qual? _____ |

29. O que deveria ser feito ao nível do concelho de Peniche para desenvolver o artesanato?

(resposta apenas às 2 mais importantes)

- |  |                          |
|--|--------------------------|
| Construir um espaço de produção/divulgação e comercialização   | <input type="checkbox"/> |
| Apostar em recursos humanos (com formação específica)  | <input type="checkbox"/> |
| Criar estímulos financeiros para abertura/manutenção da actividade empresarial   | <input type="checkbox"/> |
| Publicar um livro sobre as produções alimentares/promover acções de divulgação do património local   | <input type="checkbox"/> |
| Criar uma feira mensal de mostra de produtos alimentares   | <input type="checkbox"/> |
| Sujeitar os produtos a auditorias de qualidade   | <input type="checkbox"/> |
| Associar as novas tecnologias de informação e comunicação à promoção do artesanato local ( <i>site, e-commerce, plataforma de partilha de conhecimentos...</i> ) | <input type="checkbox"/> |
| Dinamização de concursos gastronómicos   | <input type="checkbox"/> |
| Incentivar o ensino da actividade nas escolas do concelho  | <input type="checkbox"/> |
| Outra sugestão. Qual?  | <input type="checkbox"/> |
- 

**Muito obrigado pela sua colaboração!**

## Anexo III – Inquérito às Rendilheiras

1 . Ano de Nascimento \_\_\_\_\_

2 . Residência Habitual

Freguesia \_\_\_\_\_

Concelho \_\_\_\_\_

3 . Indique o Grau de Ensino mais elevado que concluiu com aprovação (resposta única)

Sem grau de ensino ☐

Ensino Básico 1º Ciclo ☐

Ensino Básico 2º Ciclo ☐

Ensino Básico 3º Ciclo ☐

Ensino Secundário ☐

Ensino Médio (curso profissional) ☐

Ensino Superior ☐

4. Com que idade começou a aprender a Renda de Bilros? \_\_\_\_\_

5 . Teve Formação Profissional relacionada/ específica com a(s) técnicas(s) utilizada(s) na sua actividade de artesanato?

Sim ☐

Não ☐

6 . Se Respondeu Sim, preencha, por favor, o seguinte quadro.

	Nome do curso	Entidade formadora/ Local de formação	Ano de conclusão	Frequência	Nível de formação
6.1.					
6.2.					

7. Se teve Formação Profissional, de que forma esta influencia/ influenciou a prática da actividade (resposta única)

	Porquê?
Influenciou muito	<input type="checkbox"/> _____
Influenciou pouco	<input type="checkbox"/> _____
Não teve influência	<input type="checkbox"/> _____

8. Se respondeu não à p.5, como aprendeu a arte?

Com familiares/amigas	<input type="checkbox"/>
Numa escola/atelier/casa de rendilheiras	<input type="checkbox"/>
Vendo outras senhoras	<input type="checkbox"/>
Por iniciativa própria	<input type="checkbox"/>
De outra forma	<input type="checkbox"/> Qual? _____

9. Por que razão aprendeu a fazer Renda?

Por gosto próprio	<input type="checkbox"/>
Para subsistência	<input type="checkbox"/>
Por lazer	<input type="checkbox"/>
Por obrigação da família	<input type="checkbox"/>
Para seguir tradição	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/> Qual? _____

10. Tem Carta de Artesã?

Sim ☐ Não ☐

11. Qual a sua condição face à actividade de Artesão? (resposta única)

Trabalhador por conta de outrem	<input type="checkbox"/>
Trabalhador por conta de outrem	<input type="checkbox"/>
Trabalhador por conta própria com fins lucrativos	<input type="checkbox"/>
Trabalhador por conta própria sem fins lucrativos (passatempo)	<input type="checkbox"/>
Aprendiz	<input type="checkbox"/>



12. Onde confecciona as rendas e com quantas pessoas trabalha? (resposta única)

		Trabalho Sozinha	N.º de pessoas Com quem trabalha	Idade	Habilitações profissionais
Em casa	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/>			
Numa Escola-Oficina	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/>			
Numa empresa. Qual?	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/>			
Noutra entidade. Qual)	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/>			

13. No caso de ser empresária, ou trabalhadora por conta de outrem numa empresa de rendas, a empresa tem sede em Peniche?

Sim ☐ Não ☐

14. Como tem acesso às matérias-primas? (resposta única)

Compra-as ☐

Através do Cliente ☐

Através da entidade/ empresa para que trabalha ☐

Outro ☐

15. Que tipo de Material costuma adquirir e onde o faz?

Tipo de material (p.e. Pedra, feltro, cerâmica, azulejos, tintas, pincéis, madeira...)	Onde compra? (localização e/ou estabelecimento)

16. De que forma obtém os desenhos? (resposta que hierarquiza por ordem de importância)

Compra ☐

Em revistas/ publicações já existenteOs ☐

Através de outras rendilheiras/ colegas ☐

A empresa onde trabalha disponibiliza ☐

O cliente traz consigo ☐

Eu própria desenho ☐

Outra. Qual ☐

17. Nº de anos de serviço (prática da actividade) \_\_\_\_\_

18. Quanto tempo dedica em média ao artesanato por dia (horas/dia) (resposta única)

Menos de 2 horas ☐

De 2 a 4 horas ☐

De 5 a 7 horas ☐

Mais de 7 horas ☐

19. Qual o nº de peças produzidas por ano, por tipo de peça?

Tipo de peça	Nº de peças / ano
Naperons	
Aplicações para quadros ou decorativas (p.e., guaritas)	
Panos de tabuleiro	
Lenços	
Voltas de lençol	
Miniaturas (p.e. peixes, búzios, borboletas...)	
Outra. Qual?	

20. Volume de Facturação Mensal? \_\_\_\_\_ (indique em Euros)

21. Volume de Facturação Anual? \_\_\_\_\_ (indique em Euros)

22. Na sua opinião, o que deveria ser feito para aumentar a produção de artesanato de Peniche?

Beneficiar do apoio da câmara municipal ☐

Criar mais eventos e certames ☐

Organizar workshops ☐

Criar uma associação local de rendilheiras ☐

Criar uma plataforma de comercialização local ☐

Outra ☐ Qual \_\_\_\_\_

23. A oferta no mercado de artesanato em Peniche é... (resposta única)

Escassa ☐

Nem escassa, nem abundante ☐

Abundante ☐

24. Qual o preço/ custo médio de venda, por tipo de peça?

Tipo de peça	Nº de peças / ano
Naperons	
Aplicações para quadros ou decorativas (p.e., guaritas)	
Panos de tabuleiro	
Lenços	
Voltas de lençol	
Miniaturas (p.e. peixes, búzios, borboletas...)	
Outra. Qual?	

25. A procura no mercado de artesanato em Peniche é... (resposta única)

Escassa ☐

Nem escassa, nem abundante ☐

Abundante ☐

26. Qual melhor a época para a venda do seu artesanato?

- Verão ☐
- Natal ☐
- Páscoa ☐
- Todos os meses do ano ☐
- Outra ☐ Qual? \_\_\_\_\_

27. Na sua opinião, o que deveria ser feito para aumentar a venda das Rendas de Bilros?

- Implementar planos de marketing ☐
- Criar mais eventos e certames ☐
- Criar um espaço de venda e promoção do artesanato ☐
- Criar uma plataforma de comercialização local ☐
- Apostar num design mais sofisticado ☐
- Outra ☐

28. Tem tentado criar novos produtos (novos desenhos, em novos suportes, novos materiais...)?

Sim ☐ Não ☐

28.1 Se sim, descreva-os (o que os distingue das peças tradicionais)?

\_\_\_\_\_

29. Como é que se poderia inovar na criação dos trabalhos de Rendas de Bilros de Peniche?

\_\_\_\_\_

30. Qual o tipo de peça mais procurada actualmente? (Resposta única)

- Naperons ☐
- Aplicações para quadros ou decorativas (p.e., guaritas) ☐
- Panos de tabuleiro ☐
- Lenços ☐
- Voltas de Lençol ☐
- Miniaturas (p.e., peixes, búzios, borboletas...) ☐
- Outra. Qual) \_\_\_\_\_ ☐

31. Quem adquire o seu artesanato produzido?

		Origem/Localização
Empresa/entidade	<input type="checkbox"/>	_____
Casas comerciais	<input type="checkbox"/>	_____
Oficinas particulares	<input type="checkbox"/>	_____
Indivíduo particular	<input type="checkbox"/>	_____
Outro. Qual?	<input type="checkbox"/>	_____

32. Tem acordos de fornecimento do artesanato que produz com alguma entidade?

Sim ☐ Não ☐

32.1 Se sim, qual (quais)? \_\_\_\_\_

33. Qual a solução/ soluções adoptadas para a venda do artesanato que confecciona?  
(resposta múltipla)

	No concelho	Fora do concelho
1. Através de intermediário	<input type="checkbox"/> 1.1	<input type="checkbox"/> 1.2
2. Coloca num espaço comercial	<input type="checkbox"/> 2.1	<input type="checkbox"/> 2.2
3. Através de uma associação local, regional ou nacional ligada ao artesanato	<input type="checkbox"/> 3.1	<input type="checkbox"/> 3.2
4. Vende directamente ao consumidor	<input type="checkbox"/> 4.1	<input type="checkbox"/> 4.2
5. Vende essencialmente no festival sabores do mar	<input type="checkbox"/> 5.1	-
6. Vende noutros eventos. quais? _____	<input type="checkbox"/> 6.1	<input type="checkbox"/> 6.2
7. Outra. qual? _____	<input type="checkbox"/> 7.1	<input type="checkbox"/> 7.2

34. Quais as suas principais dificuldades que tem encontrado na sua actividade de artesão?

Falta de apoio financeiro ☐

Pouca procura ☐

Muita oferta/ concorrência ☐

35. O que deveria ser feito ao nível do concelho de Peniche para desenvolver o artesanato?

(resposta apenas às 2 mais importantes)

Construir um espaço de produção/divulgação e comercialização ☐

Apostar na requalificação da actividade (novos activos, formação profissional...) ☐

Criar estímulos financeiros para abertura/manutenção da actividade empresarial ☐

Publicar um livro sobre o artesanato/promover acções de divulgação do património local ☐

Criar uma feira mensal de mostra de artesanato ☐

Associar as novas tecnologias de informação e comunicação à promoção do artesanato local (*site*, *e-commerce*, plataforma de partilha de conhecimentos...) ☐

Incentivar o ensino das Rendas de Bilros nas escolas do concelho ☐

Outra sugestão. Qual? ☐

\_\_\_\_\_

**Muito obrigado pela sua colaboração!**